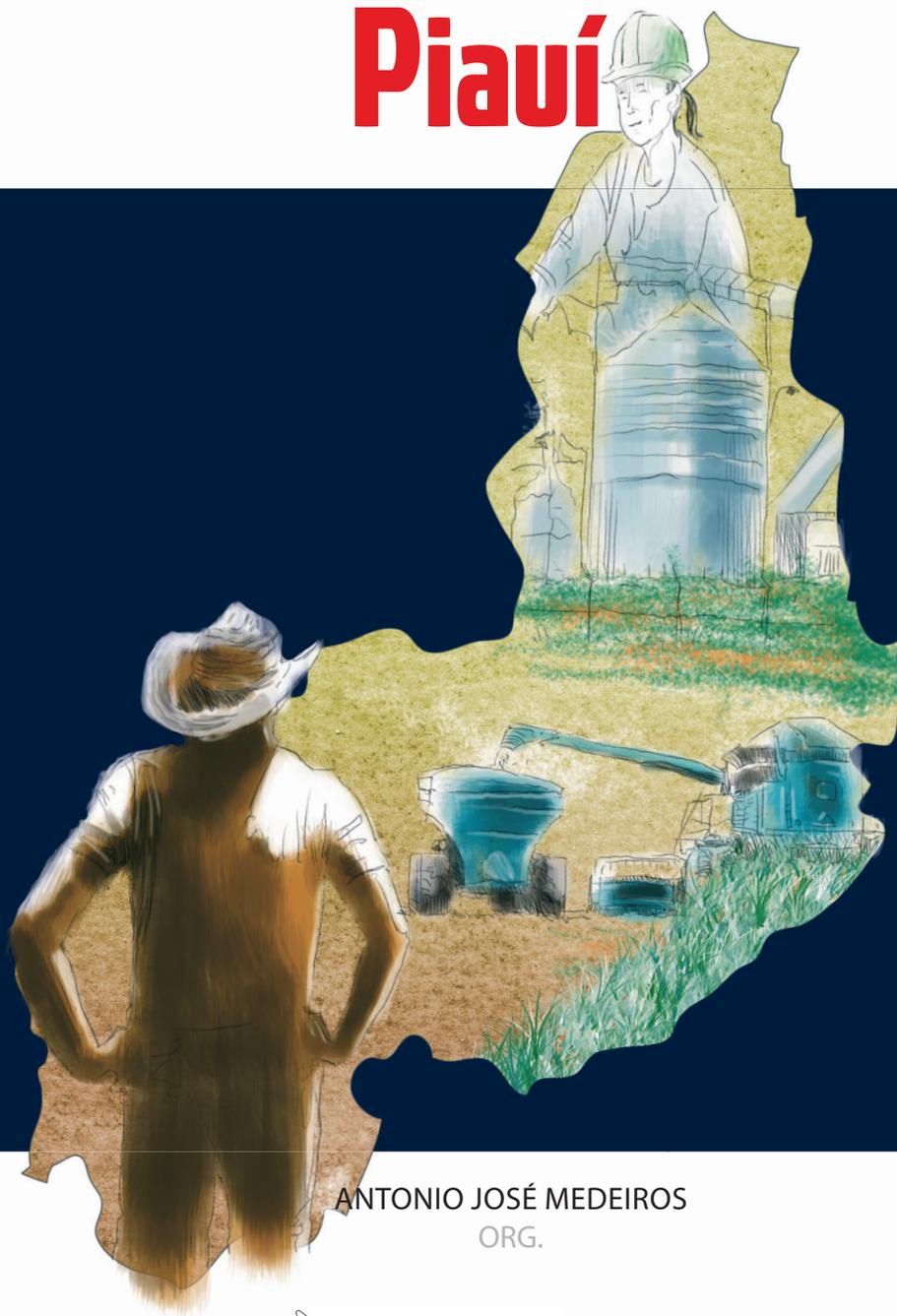


ESTUDOS

Estados Brasileiros

Piauí



ANTONIO JOSÉ MEDEIROS
ORG.



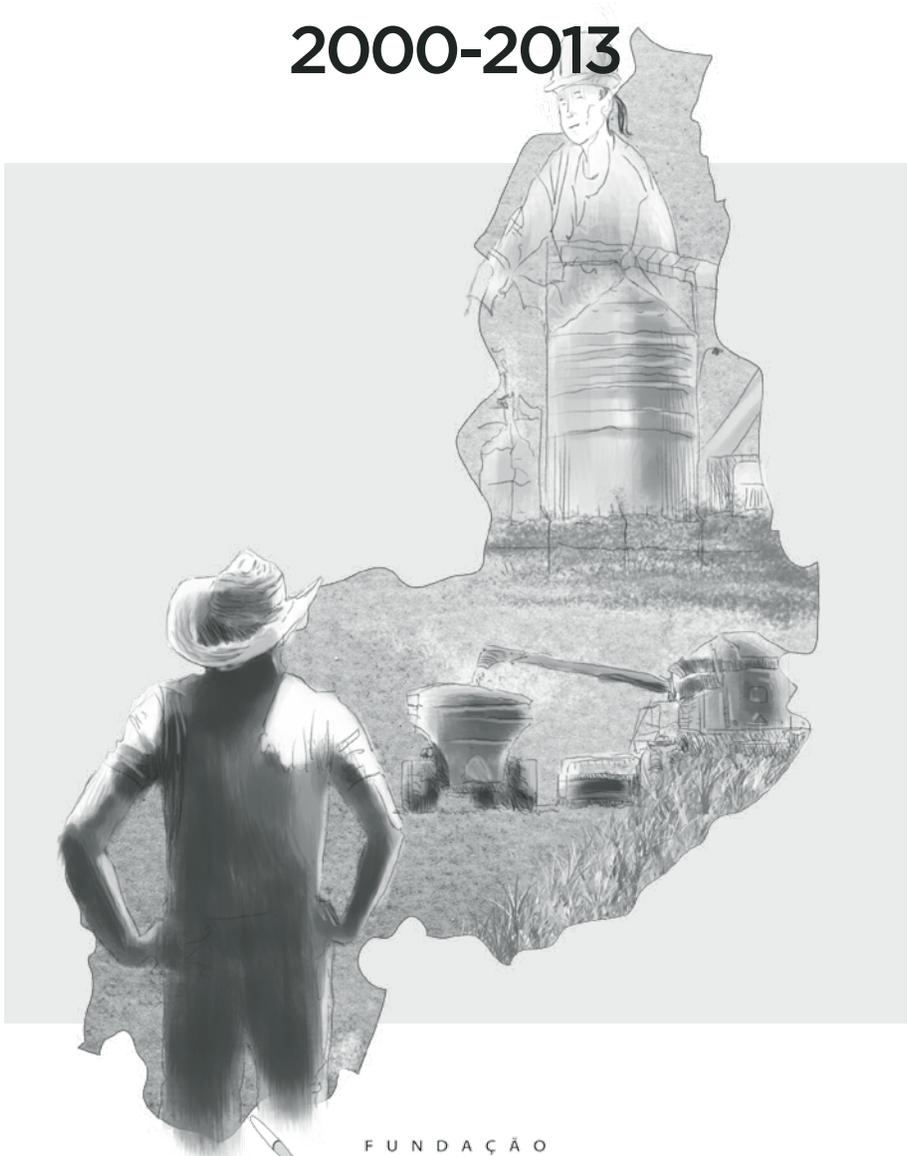
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Piauí

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Elaine Andreoti

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 244 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P583 Piauí 2000-2013 / Antonio José Medeiros, org. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
134 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-221-0

1. Piauí - Política. 2. Piauí - Economia. 3. Piauí - Demografia. 4. Piauí - Aspectos sociais. 5. Piauí - Inclusão social. 6. Piauí - Administração pública. I. Medeiros, Antonio José. II. Série.

CDU 32(812.2)
CDD 320.98122

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

5 APRESENTAÇÃO

9 INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE

OS AVANÇOS DA INCLUSÃO SOCIAL

15 O PERFIL DA POPULAÇÃO

21 INCLUSÃO SOCIAL

A marca das transformações recentes

33 BEM-ESTAR SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO

SEGUNDA PARTE

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

59 INTEGRAÇÃO REFLEXA NA ECONOMIA NACIONAL

75 INFRAESTRUTURA

83 TRABALHO E RENDA

91 A QUESTÃO AMBIENTAL

TERCEIRA PARTE

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ATIVA

101 GESTÃO PÚBLICA E AÇÃO DO ESTADO

111 DINÂMICA POLÍTICA

Atores, alianças, projetos

117 PAC E INVESTIMENTOS

127 CONCLUSÃO

O debate sobre as perspectivas do desenvolvimento do Piauí

133 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

PIAUÍ 2000-2013

AVANÇOS NA INCLUSÃO SOCIAL E DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

ANTONIO JOSÉ MEDEIROS
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O Piauí existe. E está se movendo.

“Estado mais pobre da federação” – esta foi (e ainda é, em parte) a afirmação corrente sobre a realidade do Piauí. No imaginário dos piauienses, construiu-se, então, uma visão que incorpora uma contradição: “o Piauí é pobre porque é marginalizado e discriminado, mas também porque suas elites são descompromissadas. Mas... o Piauí não é pobre; é uma terra de muitos recursos e de oportunidades não aproveitadas”. Tal discurso já está presente nos relatórios de presidentes da Província, no século XIX, e foi mais elaborado por intelectuais nas primeiras décadas do século XX, persistindo até hoje. A consideração da posição do Piauí no contexto nacional é, portanto, uma constante no debate sobre a situação desse estado.

A colonização do Piauí se fez com base nas fazendas de gado. Houve, de início, um período dinâmico de “integração colonial” em que a chamada “terra do meu boi morreu” exportava gado para as capitânicas da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais, e até mesmo para a Guiana Francesa. Por 200 anos (1700-1900), com períodos de estagnação e períodos de dinamismo (momentos de “integração colonial e imperial”), a pecuária extensiva associada à agricultura de subsistência constituiu a base da economia piauiense. Capistrano de Abreu, numa perspectiva mais histórico-antropológica que econômica, vê o Piauí como integrante de uma “Civilização do Couro” que se formou no sertão nordestino.

No início do século XX, o Piauí se torna uma economia regional exportadora, nos moldes então vigentes no Brasil. O modelo extrativista exportador – de ma-

niçoba, carnaúba e babaçu – foi a base de uma significativa expansão da economia, da comunicação interna pelo rio Parnaíba e da consolidação de núcleos urbanos, com seus impactos políticos e culturais. É por esse lado que o estado participa do lento processo de integração nacional desencadeado desde 1930. Esse modelo entra em crise por volta dos anos 1950, quando os derivados do petróleo substituem os insumos oferecidos pelo extrativismo.

Concomitante à crise local, intensificou-se o processo de industrialização e urbanização no Brasil, com repercussões em todo o território nacional. Desde os anos 1950, portanto, o desenvolvimento do Piauí passou a depender menos de seu dinamismo interno e mais da dinâmica do desenvolvimento do país. Estruturou-se um modelo de “integração reflexa” (ou passiva) na economia nacional que vem se reproduzindo há mais de 60 anos. Em consequência, prossegue a urbanização do estado e há uma continuada expansão da infraestrutura social e econômica, com seus momentos de crescimento mais dinâmico ou mais lento.

A primeira década do século XXI, mantendo-se o modelo de integração reflexa, foi um momento de dinamismo e de marcada diferença em relação aos períodos anteriores no que se refere à distribuição da renda e à descentralização e interiorização dos serviços e investimentos públicos.

Este estudo pretende acompanhar tal processo ocorrido nesse período. Na primeira parte, buscamos analisar como o novo padrão de desenvolvimento com distribuição da renda repercutiu no estado e que nova situação social se configurou a partir das políticas públicas implementadas. Na segunda, consideramos o perfil da estrutura econômica estadual e seu desempenho, complementando a análise com um balanço da infraestrutura. Merecem destaque a participação do trabalho e a questão ambiental.

Na terceira, procuramos demonstrar de que modo a estrutura administrativa, em especial das finanças públicas, e a dinâmica político-eleitoral caracterizam o contexto em que se dão o debate sobre as perspectivas de desenvolvimento do Piauí no período, com destaque no investimento proveniente do consumo. Seria esta a oportunidade de o Piauí conquistar uma posição de integração ativa na economia nacional, com suas repercussões sociais e políticas?

Por sua natureza de procurar oferecer uma visão geral do estado, o texto é sintético e dá destaque aos dados, na medida do possível, de uma série histórica entre 2000 e 2013, e sempre na perspectiva comparativa entre a situação do Piauí com a do Brasil em geral.

A iniciativa da Fundação Perseu Abramo em promover esse estudo sobre a situação dos estados no contexto da federação é por demais valiosa. As reuniões de trabalho do grupo responsável pelo estudo em cada estado e o Fórum de apresentação dos trabalhos foram enriquecedores.

Agradeço a Regina Sousa pela confiança em propor meu nome para realização do trabalho. Várias pessoas contribuíram para esse texto, inclusive em dois debates realizados. De modo especial, agradeço ao economista Sérgio Gonçalves, técnico da Secretaria de Planejamento do Piauí (Seplan/PI) e a Francisco Limma, Superintendente Regional do INCRA no Piauí. Agradeço também Jordy Querner que, com sua competência, realizou todo o trabalho de configuração das tabelas, gráficos e figuras.



PRIMEIRA PARTE

OS AVANÇOS DA INCLUSÃO SOCIAL

○ PERFIL DA POPULAÇÃO

O Piauí ocupa a 18ª posição, entre os 27 estados brasileiros, no que se refere à participação na população brasileira. Desde o primeiro recenseamento, de 1872, o estado multiplicou sua população 15,4 vezes (de 202.222 para 3.118.360), enquanto o Brasil multiplicou 19,2 vezes (de 9.930.478 para 190.755.799). Assim, na oscilação entre 2% e 1,6%, configura-se uma tendência à redução na participação desde 1970. Em 2010, a população do estado somava 1,63% da população do país e, segundo projeções do IBGE, em 2020 representará 1,53%, e apenas 1,44% em 2030.

Tabela 1

Evolução da participação do Piauí na população do Brasil

1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
2,03	1,86	1,86	1,91	1,98	2,01	1,77	1,80	1,79	1,75	1,67	1,63

BGE – Censos Demográficos

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRAÇÃO

Vários fatores têm contribuído para essa perda de participação. A taxa de natalidade (nascidos vivos por mil habitantes), embora decrescente desde 1970, ainda se mantinha maior que a taxa do país; na última década foi de 14,28%, ligeiramente menor que os 14,40% do Brasil. Também na última década, a emigração (140.815 pessoas) continuou maior que a imigração (88.740), resultando num saldo migratório negativo. Daí a taxa anual de cres-

cimento demográfico do estado, de 0,92% ao ano entre 2000 e 2010, ter sido menor que a do Brasil (1,17%). Ressalte-se que não se trata mais dos grandes surtos migratórios como nas décadas de 1950 a 1980, mesmo em época de seca, como a que se prolongou nos últimos anos. Com a continuidade do processo de ocupação do Centro-Oeste e do Norte, todos os estados do Nordeste tendem a diminuir a taxa demográfica.

Os 97.342 imigrantes residentes no Piauí, em 2010, representam apenas 3% da população e vêm das seguintes regiões: Nordeste – 1%; Sudeste – 1%; Centro-Oeste – 0,6%; Norte – 0,3%; e Sul – 0,1%.

GÊNERO

Em 2010, a distribuição da população por gênero apresentou praticamente o mesmo padrão do Brasil. O desequilíbrio entre os gêneros se manifesta em algumas comunidades rurais e tende a assumir um caráter sazonal.

Tabela 2

População por gênero

	Piauí				Brasil – 2010
	2000		2010		
Homens	1.398.290	49,1	1.528.422	49,01	49,0
Mulheres	1.444.988	50,9	1.589.938	50,99	51,0
	2.843.278		3.118.360		

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Quando se observa a composição étnico-racial, o Piauí apresenta um quadro bastante diferenciado da média nacional.

Tabela 3

População por raça 2010

	Piauí		Brasil	
Parda	1.996.371	64,1	82.820.452	43,1
Branca	759.361	24,4	90.621.281	47,7
Preta	292.951	9,4	14.351.162	7,6
Amarela	66.731	2,1	2.105.353	1,1
Indígena	2.944	0,09	821.501	0,4

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Um aspecto chama a atenção: a sociedade piauiense é uma sociedade de pardos – 64,1%, em contraposição a 43,1% no Brasil, conforme o Censo de 2010.

Os amarelos representam 2,1% da população do Piauí e 1,1% da brasileira. Como não houve imigração dos países asiáticos para o Piauí, parte dos que se autodeclararam de cor amarela certamente se incluíam entre os pardos, como definido pelo IBGE¹.

Os brancos representam apenas um quarto (24,4%) da população do estado, enquanto no Brasil eles representam quase a metade (47,7%).

Os pretos representam 9,4%, acima dos 7,6% do Brasil. Embora a pecuária não fizesse uso intensivo da mão de obra escrava, a ausência de imigração estrangeira para o Piauí na passagem do século XIX para o século XX certamente contribuiu para a imigração de negros de outras regiões. A Fundação Palmares já certificou 56 comunidades como quilombolas; no Incra regional tramitam mais 50 processos de reconhecimento. O movimento dos quilombolas estima em aproximadamente 175 as comunidades existentes no estado, com população ainda não levantada, dependendo de estudos antropológicos em curso.

Por fim, como resultado da guerra de extermínio que marcou a colonização do estado, o número de indígenas é muito pequeno: 2.944 habitantes, ou 0,09% da população (no Brasil, 0,4%). Isso significa que, dos 821 mil indígenas recenseados em todo o país em 2010, no Piauí estão apenas 2.944, ou seja, 0,4% deles. Destes, 1.333 (45%) vivem na capital Teresina; apenas na cidade de Piri-piri a Associação Itacoatiara dos Remanescentes Indígenas tenta conquistar terra para se estabelecer como comunidade.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: DIREITOS E VISIBILIDADE

No Censo Demográfico de 2010, o IBGE qualifica melhor a situação das pessoas com deficiência, distinguindo em cada tipo de deficiência os que “não conseguem” (deficiência grave ou severa), “conseguem com grande dificuldade” (média) e “conseguem com alguma dificuldade” (leve) exercer suas capacidades. Aos que apresentam deficiência mental essa classificação não se aplica.

Considerando o nível grave ou severo (não consegue), o percentual de pessoas com deficiência em relação ao total da população é de 0,78% no Piauí (0,80% no Brasil). O maior número é de pessoas com deficiência motora, provavelmente na maioria dos casos provocada por causas externas (acidentes).

As pessoas com nível médio de deficiência (grande dificuldade) representam 7,87% da população no Piauí, acima da média de 6,05% no Brasil.

1. A revista *Veja* de 11/12/2013 traz na matéria “Oriente-se, Censo” o provável equívoco atribuído a erros no uso de aparelhos eletrônicos em vez de formulários de papel.

Tabela 4**Piauí – pessoas com deficiência**
2010

Deficiência	Não consegue	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
Visual	7.559	138.672	556.525
Auditiva	4.730	37.474	143.771
Motora	12.310	69.335	160.040
Pessoas com deficiência	24.599 (0,78%)	245.481 (7,87%)	860.336 (27,58)
Mental	50.876 (1,63%)		
Total			3.118.360

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Feitas essas distinções pelo próprio Censo Demográfico, pode-se ter uma visão mais precisa da situação, pois os 27,58% da população do Piauí (23,91% no Brasil) que se somam aos percentuais anteriores são pessoas com deficiências leves (consegue com alguma dificuldade). Nesse último nível de deficiência, os deficientes visuais constituem o maior número de pessoas.

As pessoas com deficiência mental são 1,63% no Piauí e 1,36% no Brasil. Provavelmente esses números se referem a deficiências graves e médias. É quase impossível a classificação num recenseamento; mas nas escolas o problema tem se manifestado numa proporção que chama a atenção, em relação a deficiências mentais médias e leves.

Evidentemente, as pessoas com deficiência merecem cuidado especial e diferenciado. Como veremos adiante, essa foi uma área priorizada pelo governo estadual em suas políticas públicas. E, mais importante: houve uma mudança significativa de mentalidade das famílias, que não procuram mais “esconder” os que têm alguma deficiência.

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO ETÁRIA

A evolução da composição etária entre 2000 e 2010 apresenta no Piauí a mesma tendência de todo o Brasil, embora o ritmo seja mais lento.

A população de 0 a 19 anos diminuiu de 45,7% para 36,3% (no Brasil, para 33,1%; apenas na última década a natalidade no Piauí equiparou-se à do Brasil). A população de 20 a 59 anos aumentou de 45,7% para 53% (no Brasil, para 55,7%), fato que se explica pela lenta queda da taxa de natalidade entre os piauienses versus o saldo migratório negativo.

A população de 60 anos e mais no Brasil aumentou para 11%, e no Piauí aumentou de 8,2%, em 2000, para 10,6%. Apesar das diferenças nas condições sociais entre o estado e o país, as taxas são muito próximas.

Tabela 5

Evolução da composição etária

	Piauí 2000		Piauí 2010		Brasil 2010
0 a 4 anos	301.954		247.531		
5 a 9 anos	302.741		272.591		
10 a 14 anos	349.797		309.914		
15 a 19 anos	345.590		301.868		
	1.300.082	45,7	1.131.904	36,3	33,1
20 a 24 anos	275.690		301.449		
25 a 29 anos	208.284		275.371		
30 a 39anos	362.171		453.672		
40 a 49 anos	271.682		359.160		
50 a 59 anos	188.415		264.927		
	1.306.242	45,7	1.654.579	53	55,7
60 a 64 anos	74.385		99.156		
65 anos e mais	162.569		232.721		
	236.954	8,2	331.877	10,6	11
População Total	2.843.278		3.118.360		190.755.799

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

RURAL E URBANO

As diferenciações entre a situação estadual e a situação nacional começam a se manifestar realmente quando se considera a distribuição espacial (situação de domicílio) da população entre a cidade e o campo; o que, aliás, tem implicações econômicas e sociais importantes.

No Piauí como no Brasil, a redução da população rural entre 2000 e 2010 foi relativamente pequena: em torno de 3%. É claramente o efeito das políticas de transferência de renda, de apoio à agricultura familiar e da descentralização da oferta de serviços, como veremos adiante. Mas a participação da população rural do Piauí na população total é mais que o dobro da brasileira: 34,23% (no Brasil é de 15,64%).

Tabela 6

População por situação de domicílio

Domicílio	Piauí				Brasil			
	2000		2010		2000		2010	
Urbana	1.788.590	62,9	2.050.959	65,77	137.953.959	81,25	160.925.792	84,36
Rural	1.054.688	37,1	1.067.401	34,23	31.845.211	18,75	29.830.007	15,64

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Um aspecto adicional precisa ser ressaltado: os piauienses vivem em cidades pequenas, e muitos de seus moradores continuam trabalhando na agricultura. Um único município (a capital Teresina) tem mais de 800 mil habitantes e concentra 26% da população; também só um município (Parnaíba) tem mais de 140 mil habitantes; apenas três têm mais de 50 mil, e três têm mais de 40 mil. Sobem para 54 (24,1%) os municípios com mais de 10 mil habitantes. Assim, do total de 224 municípios, 62% têm menos de 10 mil habitantes – 79 deles (35,2%) têm mais de 5 mil, e 83 (37%) têm menos de 5 mil.

O que vale ressaltar é a relativa dispersão da população piauiense: os 62% de municípios com menos de 10 mil habitantes concentram 72% da população. Com esse perfil de distribuição, o Piauí não enfrenta (ainda?) o problema da concentração de pessoas em grandes áreas metropolitanas. A rigor, a formação de uma “grande Teresina” ainda está em processo. Já a concentração das atividades econômicas, dos serviços, dos impostos e da renda é bem maior, como veremos adiante.

INCLUSÃO SOCIAL

A MARCA DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

As transformações ocorridas no Piauí, na primeira década do século XXI, são resultantes da nova característica que assumiu o padrão de desenvolvimento no Brasil, combinando crescimento e distribuição da renda. Se a inclusão social é o foco e o principal resultado do novo modelo, seus rebatimentos sobre as desigualdades regionais são evidentes. Nesse sentido, regiões mais pobres, como o Nordeste, e estados mais pobres, como o Piauí, são duplamente beneficiados no processo.

O NOVO MODELO: CRESCIMENTO E INCLUSÃO

As políticas sociais de transferência de renda definem o rumo do novo processo de desenvolvimento: “transferência de renda é injeção na veia das famílias”, diz Tânia Bacelar. Um ambiente econômico externo favorável contribuiu para que uma opção política de redução das desigualdades e combate à pobreza se tornasse viável sem pressões inflacionárias ou conflitos sociais agudos. E o processo ganhou dinâmica própria. O aumento da renda, reforçado pelo acesso ao crédito, estimulou o consumo e dinamizou o comércio e, em boa parte, a própria produção. A descentralização dos serviços e dos investimentos públicos – com destaque para as políticas educacional, agrícola e habitacional e, em parte, de saneamento – deu impulso e maior consistência ao modelo.

Na realidade, a Constituição Federal de 1988 já havia criado o marco institucional para essas mudanças, mas, evidentemente, coube às políticas públicas sociais e econômicas, firmemente direcionadas para a distribuição de renda, dos últimos dez anos (governos Lula e Dilma) concretizar as potencialidades existentes.

Destoando do ambiente neoliberal que já dominava o cenário mundial, a Constituição de 1988 reorganizou o Estado brasileiro em torno de três opções básicas: democracia e respeito aos direitos, federalismo cooperativo e promoção da igualdade e do bem-estar social (ver artigo 3º da CF).

Do *ponto de vista* federativo, teve impacto positivo no Piauí, assim como em todos os estados com renda *per capita* abaixo da média nacional, a criação dos FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), não só pela garantia de um fluxo de receita, mas, sobretudo, pelo caráter republicano dessas transferências constitucionais. É visível a melhoria da infraestrutura urbana e da oferta de serviços básicos, mesmo em cidades pequenas.

Do ponto de vista social, a introdução de um título específico na Constituição – “Da ordem social” – representou um novo arranjo institucional (também de forte marca federativa). A nova política social procura superar o “assistencialismo de primeira dama” e passa a se inspirar na ideia de direitos e, portanto, de universalização. Os horizontes abertos nas áreas da seguridade social (previdência, saúde e assistência), bem como da educação, cultura, desporto e das ações que têm como foco família/criança/adolescente/jovem/idoso, vão gradativamente orientando a formulação e implementação de políticas sociais que têm grande repercussão na distribuição regional da renda. Basta lembrar o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), seguida do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), que evoluiu para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb).

OS RESULTADOS

Os resultados do novo modelo de desenvolvimento permitem caracterizar a amplitude, o volume e a consistência das transformações havidas.

Nos últimos doze anos, em valores nominais, o PIB do Piauí quadruplicou:

Tabela 7

Piauí – Evolução do PIB (em R\$ bilhões)

2000	6,063	2004	9,817	2008	16,760
2001	6,473	2005	11,129	2009	19,033
2002	7,425	2006	12,781	2010	22,060
2003	8,777	2007	14,136	2011	24,607

Fonte: IBGE – Contas Nacionais. Elaboração: Fundação Cepro

Por outro lado, a taxa média anual de crescimento do PIB do estado entre 2000 e 2010 foi de 6,3%; do Brasil, 4,3%. Conforme dados recentemente divul-

gados pelo IBGE/Cepro (novembro de 2013), o valor do PIB estadual, em 2011, foi de R\$ 24.607 bilhões – um crescimento de 6,1% em relação a 2010. O Brasil cresceu 2,7%. Esse dado indica que no Piauí (e provavelmente em todo o Nordeste e Norte) o modelo adotado em 2003 ainda apresenta bastante vigor.

Tabela 8**Piauí e Brasil – Taxa de crescimento do PIB**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Piauí	5,4	6,3	4,5	6	2	8	6,2	4,2	6,1
Brasil	1,1	5,7	3,2	4	6,1	5,2	0,3	7,5	2,7

Fonte: IBGE – Contas Nacionais. Elaboração: Fundação Cepro

Um dado que sinaliza muito bem o impacto maior do modelo centrado na renda e no consumo no crescimento dos estados mais pobres é a relação renda/PIB: no Piauí, em 2010, foi 0,71%; e no Brasil, 0,48%.

O PIB *per capita* do Piauí em 2010 foi R\$ 7.022,00 e em 2011 R\$ 7.835,00; cresceu 10,7%; no Brasil, o crescimento foi de 7,5%.

O desafio que se coloca é reduzir mais aceleradamente a distância em relação à média nacional. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, em seu livro *O desenvolvimento social no Brasil* (p. 73), apresenta a evolução do PIB *per capita* do Piauí como percentual da média nacional desde 1940:

Tabela 9**PIB *per capita* do Piauí como % da média nacional**

1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
43,6	21,2	23,1	20,3	20,8	25,8	28,8	33,8*

(*) A proporção calculada por Albuquerque difere da apresentada abaixo pela Cepro/IBGE

Em 1940, o PIB *per capita* do Piauí era 43,6% menor que o da média nacional; o estado vivia o auge do modelo agroexportador da carnaúba e do babaçu. No período da Sudene e do “milagre”, durante o regime militar, houve uma queda, evidenciando o modelo de crescimento com concentração de renda. Os números começaram a ter uma tendência ascendente em 1990 e mantiveram o ritmo na década de 2000.

Na última década, com uma única oscilação, o incremento da renda *per capita* do Piauí tem se mantido mais rápido que o do Brasil (Tabela 10).

Esse movimento é o mesmo identificado por estudo do Ipea para o Brasil, o qual mostra como a evolução dos índices da renda por habitante e da desigualda-

Tabela 10**PIB *per capita*, em valores correntes**

	Piauí	Brasil	A/B (%)
2006	4.211,87	12.686,60	33,1
2007	4.661,56	14.464,73	32,2
2008	5.372,40	15.991,55	33,5
2009	6.051,10	16.917,66	35,7
2010	7.072,80	19.766,33	35,7
2011	7.835,75	21.252,00	36,8

Fonte: IBGE. Elaboração: Cepra.

de na distribuição pessoal da renda – e provavelmente regional – passou por três momentos: 1960-1980 – crescimento da renda por habitante e da desigualdade; 1980-2000 – estagnação da renda por habitante e da desigualdade; 2000-2010 – crescimento da renda por habitante e redução da desigualdade. Com certeza, as mudanças na distribuição social da renda têm repercussão regional.

Tomando como referência os 55 anos de fundação da Sudene, a redução da distância *per capita* estadual e da média nacional tem sido bastante lenta e oscilante. Nesse sentido, é significativa a reversão da tendência que tem se manifestado ao longo dos últimos 11 anos (2000-2013) e decisiva a consolidação (e aceleração) dessa tendência. De qualquer modo, crescendo uma vez e meia o que a renda *per capita* do Brasil cresce, como ocorreu em 2011, o Piauí levará cerca de 40 anos para se igualar à média nacional. A aceleração desse ritmo, teoricamente, é possível. O município de Uruçuí, no cerrado, em dez anos, passou de 33% do PIB *per capita* nacional para 100,5%.

O Índice de Gini no Piauí tem seguido a mesma trajetória que no Brasil: apresentou uma pequena redução entre 1991 e 2002 – de 0,690 para 0,621; e ao longo da década acumulou uma queda significativa para 0,555 em 2009 e 0,500 em 2011. No Brasil, a redução foi de 0,597 em 2002 para 0,540 em 2009 e 0,520 em 2011. Nessa perspectiva, não há uma diferença de concentração de renda entre Piauí e Brasil; em 2011, segundo a Pnad, o estado apresentou um resultado até melhor.

Tabela 11**Piauí e Brasil – Evolução do Índice de Gini**

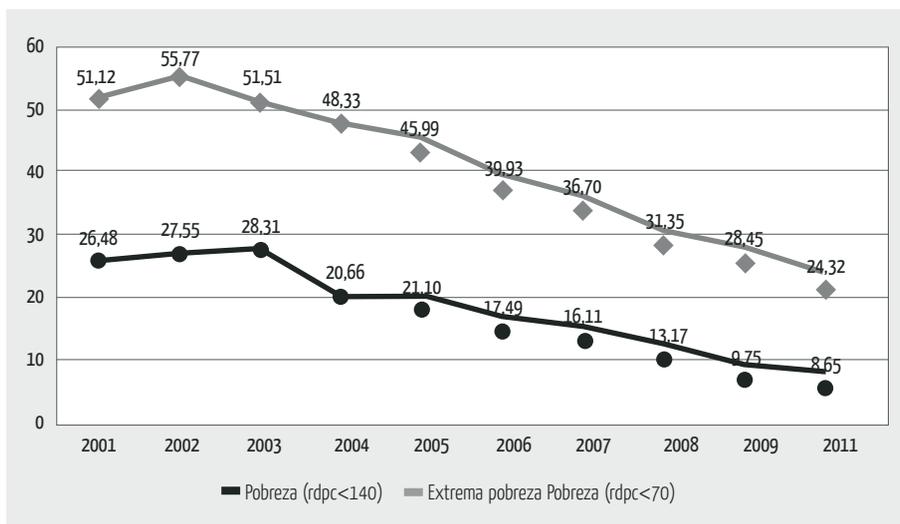
Área	2002	2003	2005	2007	2009	2011
Piauí	0,621	0,602	0,590	0,593	0,555	0,500
Brasil	0,597	0,581	0,567	0,554	0,540	0,520

Fonte: Pnad. Elaboração: Ipea

O resultado mais significativo das transformações rumo a uma maior inclusão social é a redução da pobreza.

Gráfico 1

Piauí – Evolução da pobreza e extrema pobreza 2001-2011



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Ipece
Foram empregadas as linhas de pobreza de R\$ 140 e de extrema pobreza de R\$70.

Em dez anos, no Piauí, metade das pessoas (de 52,1% para 24,3%) que viviam na pobreza saiu dessa condição; são 800 mil ao todo. Na extrema pobreza, viviam 26,4% em 2001 e 8,6% em 2011. No Brasil, as taxas eram de 27% em 2001 e 10,6%, em 2011, de pessoas vivendo em situação de pobreza; e em extrema pobreza eram 12,4% e 4,7% para os mesmos anos.

Estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos aponta a situação do Piauí como a de maior êxito proporcional de redução da pobreza no Brasil. Segundo projeções do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com o Programa Brasil Sem Miséria, o percentual de pessoas vivendo em extrema pobreza deve cair para 7% em 2014, bem próximo à média nacional em 2010, que foi de 6,3%.

A melhoria no IDH pode ser considerada a síntese de todo esse movimento rumo a uma maior inclusão social. O Piauí evoluiu da classificação de índice “muito baixo” em 1991, e que permaneceu em 2000, para a classificação de “médio” em 2010, com exceção da educação, que continua com o índice “baixo”.

Cabe aqui uma observação. Há um desencontro na avaliação da educação: enquanto a política educacional brasileira coordenada pelo MEC está

voltada para a universalização do atendimento na educação básica da população de 4 a 17 anos, o Pnud toma como principal critério de avaliação o fluxo escolar. Enquanto não houver uma ação concentrada do MEC, dos estados e municípios na educação de jovens e adultos esse desencontro permanecerá.

Tabela 12**Piauí – Evolução do IDHM**

Pontuação	Classificação	Ano	Total	Renda	Longevidade	Educação
0,000 - 0,499	Muito baixo	1991	0,362	0,488	0,595	0,164
0,000 - 0,499	Muito baixo	2000	0,484	0,556	0,676	0,301
0,600 - 0,699	Médio	2010	0,646	0,635	0,777	0,547

Fonte: Pnud – *Atlas do Desenvolvimento Humano*

O IDHM do Brasil evoluiu de “muito baixo” em 1991 (0,493) para “médio” em 2000 (0,612) e “alto” em 2010 (0,717). O Piauí ocupa a 24ª posição entre os 27 estados, com a mesma pontuação do Pará e acima da pontuação do Maranhão e de Alagoas.

AS AÇÕES FOCADAS NA INCLUSÃO SOCIAL

Em geral, os analistas destacam três razões principais para o crescimento da renda e a mudança do perfil de distribuição: as políticas de transferência direta de renda, o aumento do valor real do salário-mínimo e o crédito. É necessário, porém, considerar, como fazem alguns analistas, a descentralização e interiorização de investimentos ou financiamento, seja em infraestrutura econômica e social e mesmo em investimentos produtivos públicos e privados².

TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

O programa Bolsa Família, por exemplo, expandiu em 263% o número de famílias beneficiadas entre 2003 e 2013, ou seja, de 159.312 famílias para 449.310.

O valor de R\$ 921.875.316,00, em 2013, representa cerca de 3% do PIB estadual; no Brasil, equivale a 0,5% (Ipea). Mas, observando o ritmo do crescimento das famílias atendidas, percebe-se que o benefício já atingiu praticamente todo o universo das famílias elegíveis para o programa.

O BPC (para pessoas deficientes ou com mais de 70 anos sem contribuição previdenciária), também foi ampliando seu número de beneficiados e em 2010 beneficiou 63.563 pessoas, transferindo R\$ 378 milhões no ano. Ou seja, 1,2% do PIB estadual; no Brasil, representa 0,6% (Ipea).

2. Na seção sobre estrutura produtiva e infraestrutura trataremos desses últimos temas.

Tabela 13

Piauí – Desempenho do programa Bolsa Família

Ano	Famílias beneficiadas	Crescimento do atendimento (%)	Recursos transferidos (R\$)
2003	159.213	---	23.663.784,00
2004	222.034	39,4	155.096.629,00
2005	292.003	31,5	207.096.629,00
2006	376.098	28,7	268.741.489,00
2007	372.565	-1	365.930.892,00
2008	360.511	-3,3	381.290.573,00
2009	388.213	7,6	349.831.541,00
2010	418.021	7,6	491.031.397,00
2011	420.390	0,5	595.272.240,00
2012	---	---	---
2013	449.310	6,8	921.875.316,00

Fonte: MDS. Elaboração: Sasc-PI-Sisan

Mas são as aposentadorias de contribuintes do regime geral de Previdência e a aposentadoria dos trabalhadores rurais que constituem o maior mecanismo de redistribuição regional da renda. Segundo o MPAS e a SRF/MFE, em 2010, os aposentados e pensionistas do Piauí somavam 445.620 (média mensal) pessoas, incluindo os aposentados rurais. O valor dessas aposentadorias e pensões, naquele ano, somava R\$ 3,3 bilhões. Considerando que a contribuição previdenciária recolhida no estado é de R\$ 892 milhões, a previdência transfere R\$ 2,479 bilhões anualmente, o que representa cerca de 10% do PIB.

SALÁRIO-MÍNIMO

O salário-mínimo no Brasil teve um dos maiores crescimentos de sua história na última década. A consequência foi um ganho real na renda para os assalariados, sobretudo para os de menor qualificação profissional ou que trabalham na informalidade. Evidentemente, o Piauí foi bastante beneficiado por essa política salarial, considerando o percentual de pessoas com rendimento que recebem o salário-mínimo (Tabela 14).

Mas algumas qualificações devem ser feitas na análise. As pessoas de 10 anos e mais com rendimento somam 1.597.784 no Piauí. E a grande maioria se situa em faixas de rendimento baixas: 29% recebem até meio salário-mínimo, e 19% recebem de mais de um a até dois salários mínimos. Por outro lado, apenas 11,9% recebem de dois a dez salários mínimos, e 1,6% mais de dez salários mínimos.

Os que recebem entre meio a um salário-mínimo somam 612.223, ou seja, 38,3%. Daí o impacto da melhoria do seu valor na distribuição de renda.

Tabela 14

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento mensal
2010

Salários-mínimos	Total		Economicamente ativas	Não-economicamente ativas
	Pessoas	%	Pessoas	Pessoas
Total	1.597.784	100	1.098.795	498.992
até 1/4 do salário	284.730	17,8	131.636	153.094
de mais de 1/4 a 1/2 do salário	179.417	11,2	135.482	43.935
de mais de 1/2 a 1 salário	612.223	38,3	386.460	225.764
de mais de 1 a 2 salários	304.199	19	254.787	49.412
de mais de 2 a 10 salários	191.524	11,9	167.524	23.999
de mais de 10 salários	25.691	1,6	22.906	2.788

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

E ressalte-se que 36,8% (225.764 pessoas) dos que se situam nessa faixa de rendimento são não economicamente ativos: aposentados rurais, beneficiados com o BPC e, certamente, boa parte dos aposentados do regime geral da previdência.

CRÉDITO E CONSUMO

A expansão do crédito se deu pelas mais diversas formas: empréstimos consignados, aumento do limite de cartões de crédito, ampliação dos prazos no financiamento de bens duráveis, além do financiamento da casa própria e dos empréstimos para empresas. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o BNDES,

Tabela 15

Piauí – Atuação do BNB no estado
Desempenho 2002 a 2010

Tipo	Quantidade /valor	Total das contratações (valores em R\$ 1.000,00)					Cresc. 2002/09	2010 ^(*)
		2002	2003	2005	2007	2009		
Crédito longo prazo ¹	Quantidade	17.095	17.412	51.923	44.963	32.570	90,50%	36.315
	Valor	36.187	62.299	229.816	303.562	573.807	1585%	1.093.565
Crédito curto prazo ²	Quantidade	34.922	42.421	61.030	106.058	185.003	529%	240.277
	Valor	35.174	42.883	95.200	186.648	365.110	1038%	620.606
Total operações de crédito	Quantidade	52.017	59.833	112.953	151.021	217.573	418%	276.592
	Valor	71.361	105.182	325.016	490.210	938.917	1315%	1.714.171

Fonte: BNB – Gabinete da Presidência

¹ Financiamentos rurais; industriais; agroindustriais; infraestrutura; comércio/serviços;² Empréstimos de microcrédito (Crediamigo); Crédito Direto ao Consumidor (CDC); capital de giro; desconto; câmbio; Conta Garantida.^(*) Este ano foi atípico, pois foram contratadas a operação do Pró-Desenvolvimento de R\$ 228 milhões e da linha de transmissão da lenne no valor de R\$ 220 milhões. Daí termos calculado o crescimento do crédito tomando como referência 2002 e 2009.

além dos bancos e financiadoras privadas, foram os grandes operadores, inclusive expandindo suas agências e postos de atendimento para cidades menores.

Tomamos o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por seu papel estratégico na região e pelo direcionamento de seus empréstimos para a agricultura familiar e os pequenos e médios negócios. O total das contratações inclui as operações com recursos do FNE, do Pronaf, do Crediamigo e, desde 2005, do Agroamigo e do MPE (Micro e Pequenas Empresas).

O crescimento do valor geral das operações foi exponencial, atingindo 1.305% nos oito anos do governo Lula, chegando a quase R\$ 1 bilhão em 2009, valor ultrapassado em 2010 (mesmo desconsiderando as operações atípicas de R\$ 448 milhões, referidas no quadro) – o que representa 4% do PIB do Piauí naquele ano. Os créditos de longo prazo representaram uma vez e meia os créditos de curto prazo. Por outro lado, a expansão do crédito associou-se à sua democratização, pois a quantidade de contratos cresceu 90% nas operações de longo prazo e 418% nas operações de curto prazo. A política de crédito mantém, portanto, coerência com o modelo de desenvolvimento com distribuição de renda.

Se considerarmos especificamente o Pronaf, por seu papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, também é significativo o crescimento: duplica o número de atendidos e quadruplica o valor emprestado. Ressalte-se que o Pronaf é também operado pelo Banco do Brasil e, mais recentemente, pela Caixa Econômica Federal.

Em 2005, o BNB criou um novo programa – o Agroamigo, Programa de Microfinança Rural, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Partindo de R\$ 3.144.200,00 financiados, chegou a R\$ 57.290.700,00 em 2010, beneficiando, nesse último ano, 31.309 pessoas. Apesar dos valores limitados, pela própria natureza do programa, seu crescimento em cinco anos foi também exponencial: 1.822% (Tabela 17).

Programa mais antigo entre os citados, criado em 1998, o Crediamigo “é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul” (de acordo com o site do BNB), voltado para empreendedores pertencentes

Tabela 16

Piauí – Financiamentos do Pronaf

Em R\$ 1.000

	2002	2003	2005	2007	2009	2010	Crescimento
Quantidade	19.978	16.576	50.725	42.939	29.583	33.486	102%
Valor	13.965,00	29.036,00	104.306,00	106.468,00	69.116,00	91.069,00	214%

Fonte: BNB

Tabela 17

PiauÍ – Financiamentos do Crediamigo
Em R\$ 1.000

	2002	2003	2005	2007	2009	2010	Crescimento
Quantidade	32.254	37.100	50.468	81.964	140.557	189.325	410%
Valor	28.564,10	35.465,10	51.487,40	85.286,90	167.385,30	236.339,60	566%

Fonte: BNB

aos setores formal e informal da economia (microempresas enquadradas como microempreendedor individual, empresário individual, autônomo ou sociedade empresária). A novidade é sua grande expansão, tanto no volume de crédito (566%) quanto no número de pessoas (410%) que tiveram acesso ao programa.

Por fim, desde 2005, o BNB passou a operar um programa voltado para o fomento das Micro e Pequenas Empresas (MPE). O programa começou atendendo 1.085 empresas, e em 2010 atendeu 7.039. Os valores financiados cresceram 583%, partindo de R\$ 20.423.700,00 para R\$ 139.463 milhões.

DESCONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS E INVESTIMENTOS

Quanto à desconcentração e interiorização de investimentos e serviços públicos, tomamos aqui o caso do ensino universitário e técnico-profissional como exemplo. Além da oferta de vagas em nível superior e nível médio profissionalizante, a expansão implicou significativos investimentos em prédios e equipamentos, bem como na contratação de profissionais qualificados, como professores provenientes de diversas partes do país. O município de Bom Jesus, por exemplo, com 22 mil habitantes, conta atualmente com 40 professores com doutorado.

No PiauÍ, a Universidade Federal contava com os campi de Teresina, Parnaíba e Picos, além de colégios agrícolas de nível médio em Teresina, Floriano e Bom Jesus.

A expansão e interiorização da UFPI foram significativas entre 2003 e 2013, num processo amplo e rápido. O *campus* de Parnaíba teve seus cursos ampliados de quatro para onze, e em Picos também foram abertos sete novos cursos. E junto aos colégios agrícolas de Floriano e Bom Jesus foram implantados campi com uma oferta de cinco cursos de nível superior em cada um. São 4 mil novas matrículas. No médio prazo, o impacto social e cultural dessa expansão será enorme nos polos regionais onde funcionam – e os resultados já são visíveis.

O antigo Cefet tinha três unidades: duas em Teresina e uma em Floriano. Entre 2003 a 2010, as unidades do IFPI cresceram para 13: uma a mais em

Teresina e dez em cidades polos regionais do interior. Em 2013, já são 14 as unidades em funcionamento, e em 2014 serão 16. Ao lado do Sistema S, é a rede do IFPI que está sendo suporte para o Pronatec.

A melhoria nas condições de vida da população atingiu todas as regiões do país. No caso do Piauí, considerando os baixos índices dos quais se partia, o impacto deveria ser maior, como de fato foi. Entretanto, é preciso ressaltar que, considerando o papel estratégico das políticas sociais nesse processo, a operacionalização dessas políticas pelas administrações estaduais e municipais foi decisiva. Nessa perspectiva, o fato de o governo estadual do Piauí, nos mandatos entre 2002 e 2010, estar em sintonia com a política nacional – o governador Wellington Dias é do Partido dos Trabalhadores – potencializou o impacto das diversas iniciativas políticas, inclusive porque houve um esforço de mobilização e apoio aos municípios.

Desde a adoção do novo modelo de desenvolvimento, em 2003, os avanços na inclusão social, na melhoria da distribuição de renda e na redução das desigualdades foram consideráveis. Evidentemente, ainda persiste um forte grau de desigualdade social no estado e uma distância significativa em relação às médias nacionais (que, muitas vezes, não são tão altas) em muitos dos indicadores socioeconômicos. Mas, se o Piauí era, em regra, o último colocado em todos os indicadores de riqueza e bem-estar há 11 anos, hoje ele se coloca numa situação – certamente ainda desconfortável – um pouco mais promissora, entre o 25º e o 27º lugar, atingindo em alguns casos (no Ideb e na taxa de mortalidade infantil, por exemplo) posições bem melhores.

O Piauí existe. *Eppur si muove!*

BEM-ESTAR SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO

É necessário fazer uma distinção. Não resta dúvida de que as transferências diretas de renda sem contrapartida financeira do beneficiário, como o Bolsa Família, o BPC e a chamada aposentadoria rural, desempenham um papel fundamental no avanço da inclusão social, sobretudo nos estados pobres e nas regiões periféricas das grandes cidades. Mas é preciso destacar o sentido das políticas de proteção social e distribuição de renda, que estão vinculadas à remuneração do trabalho ou aos direitos sociais dos cidadãos; benefícios que se caracterizam mais como “salário indireto” que como “renda mínima e/ou segurança alimentar”. No mundo contemporâneo, a democracia exige que o Estado seja o mediador de um fundo público que regule e corrija os mecanismos de concentração de riqueza e renda inerentes ao capitalismo e garanta proteção social aos cidadãos.

O novo modelo de desenvolvimento do Brasil, nos próximos anos, precisa ter o investimento, e não apenas o consumo motor do crescimento. O grande desafio dessa nova fase é incorporar permanentemente os avanços sociais, de modo a não se regredir àquela situação anterior tão característica do país na qual o crescimento do PIB e da renda *per capita* andava junto com o crescimento da desigualdade. As políticas sociais, como “políticas de Estado” (e não apenas de governo), dentro do espírito da Constituição Federal de 1988, são o principal instrumento de promoção do bem-estar social. O processo parece consolidado e avançou bastante na última década, mas ainda demanda avanços e aperfeiçoamentos. Os avanços têm se dado mais na área da ampliação da cobertura rumo à

universalização e menos na efetiva qualidade dos serviços oferecidos. Sobre tudo nos estados mais pobres, essa situação é bem visível.

Em três áreas – educação, saúde e assistência social – um arranjo institucional foi construído, com forte marca de cooperação federativa, e vem produzindo resultados consideráveis.

Analisamos neste capítulo como o Piauí se inseriu nesse processo, complementando as informações sobre a situação social com dados sobre a questão da cultura, das minorias e da segurança.

EDUCAÇÃO

Em 1971, a lei n. 5.692 criou o ensino de primeiro grau de oito anos, tornando-o obrigatório. À época, apenas 50% das crianças de 7 a 14 anos frequentavam o ensino primário de quatro anos. Durante 25 anos, a evolução rumo à universalização do novo ensino obrigatório foi muito lenta.

Em 1996, dentro do ordenamento legal da nova Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) manteve como obrigatórios oito anos de estudo, agora constituindo o ensino fundamental. E logo a seguir, com a criação do Fundef em 1997, de fato se avançou num ritmo acelerado para a universalização do acesso a esse nível de ensino.

No período 2003-2010, o escopo da universalização foi ampliado. Em 2006, o ensino fundamental passou a ser de nove anos. Com a emenda constitucional 59/2009, a educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) tornou-se obrigatória, determinação que deve ser cumprida até o final de 2016.

Concomitantemente, transformou-se o Fundef em Fundeb, e todas as ações complementares (livro didático, merenda escolar e transporte escolar), que anteriormente cobriam apenas o ensino fundamental, passaram a beneficiar a educação infantil e o ensino médio. Vale destacar também o peso da complementação da União aos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Em 2002, a contribuição da União chegou a representar apenas 3% dos recursos aportados por estados e municípios para o Fundef. Com o Fundeb, o valor dessa contribuição foi crescendo, e desde 2009 a União contribui necessariamente com 10% dos aportes dos estados e municípios. Em 2012, essa complementação ultrapassou a barreira dos R\$ 10 bilhões. No Piauí, sobretudo para os municípios, o Fundeb funciona como um “verdadeiro segundo FPM”, na expressão dos próprios prefeitos.

DEMOCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO

É nesse contexto que tem se desenvolvido a política educacional no Piauí na última década. A administração estadual e as administrações municipais têm respondido razoavelmente às políticas implementadas pelo MEC.

Com certeza, o fato de no período 2002-2010 o estado ter um governo comprometido com o mesmo projeto político do governo federal contribuiu para a melhor articulação federativa e, em consequência, melhores resultados. Nesse sentido, chama atenção o fato de que um estado que ainda se situa entre os mais pobres se encontre, em vários indicadores educacionais, próximo ou no mesmo patamar da situação nacional.

Em 2002, o ensino fundamental já estava praticamente universalizado. A expansão do ensino médio antecipou-se ao Fundeb, pois foi política prioritária do governo estadual desde 2003, conseguindo implantá-lo em todos os municípios do estado. E os municípios, desde 2008, têm avançado também num ritmo acelerado rumo à universalização do acesso à pré-escola.

As taxas de atendimento na educação básica atestam esse crescimento das oportunidades e o avanço rumo à universalização:

Tabela 18

Piauí – Atendimento na área da educação

Faixas etárias	Piauí			Brasil
	População residente (A)	Frequentavam escola (B)	B/A	
0 a 3 anos	196.362	39.702	20,2	20,8
4 e 5 anos	104.097	92.991	89,3	77,4
6 a 14 anos	529.379	516.566	95,5	98,2
15 a 17 anos	184.255	157.448	85,4	83,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010; Censo Escolar

Com relação às crianças de 0 a 3 anos (atendimento não obrigatório), a meta proposta no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Congresso Nacional, é que se chegue a 50% de atendimento nos próximos dez anos. Partindo do patamar de 20% de crianças atendidas em 2010, tanto no Piauí como no Brasil, essa meta parece factível.

O atendimento na pré-escola (4 e 5 anos) tem avançado num ritmo suficiente para cumprir o que determinou a Emenda Constitucional n. 59 de se chegar à universalização em 2016, como prevê também o PNE. Tanto as famílias como os gestores assimilaram a nova determinação legal. No Piauí, em 2010, 89,3% das crianças eram atendidas na pré-escola – acima da taxa de atendimento do Brasil (77,4%). Em 2013, segundo os dados preliminares do Censo Escolar, as matrículas da pré-escola somaram 99.653, o que representaria 95% das crianças de 4 e 5 anos.

O atendimento da população de 6 a 14 anos no ensino fundamental encontra-se praticamente universalizado, coroando um processo que se iniciou em 1997. Como veremos adiante, o desafio, já posto há vários anos, é o da qualidade.

Situação mais complexa e desafiadora é a universalização do atendimento aos jovens de 15 a 17 anos. Conforme estabelece a meta do PNE, todos deverão estar na escola em 2016, preferencialmente no ensino médio. Ora, ainda são 14,6% os jovens dessa faixa etária fora da escola no Piauí, e 16,7% no Brasil. Sem um esforço mais concentrado, a meta da universalização pode não ser atingida, seja no estado, seja no país. E a situação se torna mais preocupante, pois vem se configurando uma tendência à redução ou estagnação da matrícula no ensino médio.

Tabela 19**Evolução da matrícula no ensino médio**

Ano	Piauí	Brasil
2002	140.547	8.783.737
2003	167.809	9.072.942
2004	180.329	9.169.357
2005	188.216	9.081.302
2006	193.313	8.956.802
2007	181.373	8.369.369
2008	185.457	8.366.100
2009	178.545	8.337.160
2010	167.070	8.357.675
2011	161.568	8.400.689
2012	155.450	8.176.852
2013	148.952	---

Fonte: Inep – Censos Escolares

Como se pode observar, de 2002 a 2006, a expansão do ensino médio no Piauí foi expressiva, tendo se estendido a todos os municípios. Desse modo, muitas pessoas que haviam terminado o ensino fundamental há vários anos, acima da faixa etária de 15 a 17 anos, se matricularam no ensino médio. Esse processo começou a arrefecer em 2007. E, desde 2009, a matrícula tende a cair, chegando a 148.952 (dados preliminares) em 2013; uma queda de 20% em cinco anos. Processo semelhante vem acontecendo na média do Brasil, com uma queda na matrícula em 2006 que desde então vem se mantendo estagnada.

É verdade que o percentual de pessoas de 15 a 19 anos diminuiu 8,8% entre 2000 e 2010, mas considerando que cresce o percentual de concludentes do ensino fundamental, e que mais alunos estão concluindo o ensino fundamental com até 15 anos de idade, a matrícula do ensino médio deveria estar aumentando. Talvez a evasão esteja neutralizando o crescimento.

Devido à grande distorção idade/série, apenas 52,25% dos jovens de 15 a 17 anos que estudam estão no ensino médio; 25,5% estão ainda no ensino

fundamental (IBGE/Pnad 2011), e os demais não estão na escola. Sem um avanço mais rápido rumo à universalização do ensino médio, permanecerá grande o número de jovens e adultos sem educação básica completa.

A GRANDE DÍVIDA HISTÓRICA

E essa é a grande dívida educacional da sociedade brasileira: a conclusão da educação básica por aqueles que não tiveram oportunidade de completá-la na idade mais adequada,

Os dados do Censo Demográfico de 2010 dão uma ideia da amplitude e gravidade do problema.

Tabela 20

Piauí – Nível de instrução das pessoas de 15 anos ou mais^(*)

Nível	Pessoas	%
Sem instrução (**)	524.710	22,9
Fundamental incompleto (**)	793.533	34,6
Fundamental completo e médio incompleto	392.249	17,1
Sub-total (*)	1.710.492	74,6
Médio completo e superior incompleto	437.681	19,1
Superior completo	132.757	5,8
Sub-total	570.438	24,9
Total	2.280.930	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

(*) O Censo oferece os dados relativos à população de 10 anos e reúne na mesma categoria os “sem instrução ou com ensino fundamental incompleto”. Deduzimos, do total de 1.624.674, a população de 10 a 14 anos (309.431); e deduzimos dos 1.317.243 restantes os analfabetos de mais de 15 anos (524.710), chegando aos números da tabela referentes aos que têm fundamental incompleto.

No Piauí, apenas 24,9% da população tem a educação básica completa, ou seja, tem curso médio completo, superior incompleto ou superior completo. São, portanto, 74,6% os maiores de 15 anos que não completaram a educação básica: os analfabetos, os que não concluíram o ensino fundamental e os que não concluíram o ensino médio. Considerando que parte dos que não completaram a educação básica ainda está estudando (150 mil alunos do ensino médio e os maiores de 15 anos que ainda fazem o ensino fundamental), com base na tabela anterior, que registra 1,185 milhão de pessoas com ensino fundamental ou médio incompleto, podemos estimar que cerca de 1 milhão de pessoas não concluíram a educação básica e estão fora da escola no Piauí. Essa é a população-alvo da EJA.

Ora, a matrícula total de EJA, presencial e semipresencial, no Piauí, semelhante ao que vem acontecendo no ensino médio, apresenta uma tendência decrescente.

A mudança significativa no período é que a matrícula de EJA presencial no ensino médio, que era de 8.595 em 2002, subiu para 18.660 em 2013; na modalidade semipresencial, a matrícula no ensino médio mantém-se em torno de 50%.

Tabela 21**Piauí – Evolução da matrícula de EJA**

Ano	Presencial	Semipresencial
2002	117.935	8.525
2003	154.187	10.705
2004	138.345	-
2005	126.964	12.250
2010	77.733	11.370
2011	69.493	9.614
2012	65.120	9.957
2013	62.502	9.112

Fonte: Inep – Censos Escolares.

A dificuldade de mobilização é imensa; a chamada “busca ativa” e a antecipação do Fundeb pelo MEC/FNDE, através do programa Novas Turmas de EJA, não têm dado o resultado esperado.

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais no Brasil, em 2000, era 13,6%, e em 2010 era 9,6%; no Piauí, 30,2% e 23,4%, respectivamente. A Pnad 2012 aponta uma taxa de 18%, a maior redução registrada no Brasil, entre 2010 e 2012.

O desafio é que a taxa de analfabetismo vai se elevando à medida que consideramos a faixa etária das pessoas, partindo de 4% na faixa etária de 15 a 19 anos; 9% na faixa de 20 a 29 anos; 37% entre as pessoas de 50 a 59 anos; e

Tabela 22**Piauí – Analfabetismo das pessoas com 15 anos e mais**

	População total de 15 anos e mais (A)	Analfabetos (B)	% (B/A)
15 a 19 anos	301.868	13.482	4,0
20 a 29 anos	576.820	51.157	9,0
30 a 39 anos	453.672	84.305	19,0
40 a 49 anos	359.160	93.877	26,0
Subtotal	1.691.520	242.821	14,3
50 a 59 anos	264.927	97.783	37,0
60 anos ou mais	331.877	184.106	55,0
Total	2.228.324	524.710	23,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

55% na faixa de 60 anos e mais. Se, por um lado, os dados mostram o impacto positivo da expansão da educação básica com os baixos índices de analfabetismo na população de até 19 anos e mesmo entre 20 a 29 anos, por outro, são conhecidas as limitações para enfrentar o problema entre a população mais idosa. Talvez nesse ponto esteja uma das razões de estarmos reduzindo o analfabetismo num ritmo lento.

Quanto à educação profissional de nível médio no estado, houve um crescimento excepcional das matrículas de 5.535 alunos em 2005 para 15.733 em 2010, ou seja, de 184%. A rede estadual se expandiu bastante com a implantação de 30 novas escolas profissionalizantes de nível médio, das quais dez agrotécnicas. Mas o crescimento da educação profissional foi geral, pois a matrícula em escolas particulares cresceu 117%. Já os Institutos Federais só tiveram o crescimento de suas matrículas acelerado depois de 2011, mas em relação a 2005 o número cresceu 55%.

Tabela 23

Piauí – Evolução da matrícula do ensino profissional de nível médio

Dependência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Estadual	1.506	570	6.090	5.328	7.889	9.300	6.278	5.179	2.539 (*)
Federal	2.596	2.432	2.913	2.914	2.822	3.275	4.390	4.165	4.034
Municipal	195	320	187	280	623	467	216	310	160
Particular	1.238	1.577	1.425	1.201	1.898	2.691	3.108	3.239	3.382
Total	5.535	4.899	10.615	9.770	13.232	15.733	13.992	12.893	10.115

Fonte: Inep – Censo Escolar

(*) A Gerência de Ensino Profissional informa que a matrícula é de 18 mil alunos. Como a maioria dos alunos está em turmas específicas nas escolas de ensino médio regular, estão sendo computados no Censo Escolar como alunos do ensino médio.

Considerando a informação da Secretaria Estadual de Educação, a matrícula em escolas e turmas de educação profissional, diferentemente dos números registrados no Censo Escolar, continua crescendo em ritmo acelerado. A Seduc fornece inclusive a lista de alunos por escola e tipo de curso.

O PNE prevê a triplicação da matrícula em dez anos, a partir de sua aprovação. O Piauí conseguiu triplicar a matrícula na educação profissional de nível médio em cinco anos (2005-2010). De 2,9% das matrículas do ensino médio, a educação profissional passou a representar 9,3%. Hoje, representa 12%. De qualquer modo, triplicar a matrícula na educação profissional, no Brasil, em dez anos, significa que 35% dos alunos do ensino médio deverão estar em cursos técnicos. No Piauí, se a matrícula do ensino médio se mantém em torno de 150 mil alunos, 45 mil deverão estar no ensino médio profissionalizante. Sem um esforço concentrado, a meta pode não ser cumprida.

É também meta do PNE associar 25% da matrícula de EJA com educação profissional (formação inicial e continuada). Em 2010, no Brasil, apenas 1,7% da matrícula de EJA estava associada à educação profissional; no Piauí, 0,3%. Nessa área, os impasses não têm sido superados. A matrícula em EJA decresce e não se associa ao ensino profissional; e a formação profissional (inicial e continuada), que se expande fortemente através do Pronatec, não tem conseguido se associar ao EJA. O MEC começou a desenvolver um programa nessa área, o Pronatec-EJA, equivalente ao Proeja anteriormente existente. O impasse vem da compatibilização da carga horária: os cursos do Pronatec variam de 120 a 400 horas, e para cumprir a carga horária de uma série ou ano do ensino fundamental são necessárias 400 horas de aula em EJA.

Quanto ao *ensino superior*, no Piauí, o número de matrículas era de 22.782 em 1999 e subiu para 91.828 em 2011, um crescimento de 403%. As vagas oferecidas mudaram a composição: atualmente, são 43.560 (44,7%) os alunos nas universidades públicas e 48.318 (55,3%) nas faculdades privadas. No Brasil, a matrícula em faculdades privadas é de 73,4%. A escola pública, mesmo de nível superior, ainda é a oportunidade de acesso ao ensino para as populações e os estados mais pobres, como o Piauí. Considere-se ainda que boa parte da expansão dos cursos superiores das escolas privadas é na modalidade de educação a distância.

As taxas líquidas de matrícula (matrícula de jovens de 18 a 24 anos/população de 18 a 24 anos) são as seguintes no Piauí: 5,3% em 2002 e 12,9 em 2011; no Brasil, 9,9% e 14,9% nos mesmos anos, respectivamente³. A meta 12 do PNE propõe que, em dez anos, essa taxa suba para 33%.

A LENTA MARCHA DA MELHORIA DA QUALIDADE

Para a educação básica, próxima da universalização, o desafio maior que se coloca, atualmente, é o da qualidade. Os programas implementados pelos entes federados, sob coordenação do MEC, têm tido um impacto relativamente pequeno. Os avanços realmente significativos atingem um percentual pequeno de alunos. Estamos dando “passos de qualidade” quando precisamos dar “saltos de qualidade”.

O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), desde 2005, se tornou a principal referência para avaliação do desempenho das escolas e dos alunos.

Tanto no Brasil como no Piauí, tem havido uma *melhoria das médias* a cada edição. E as metas estabelecidas pelo MEC, em geral, têm sido cumpridas ou superadas.

Em relação aos *anos iniciais* do ensino fundamental, o conjunto das escolas do Piauí ocupa agora a 11^a posição em 15 níveis diferentes para os 27

3. Anuário Brasileiro de Educação. São Paulo: Moderna.

Tabela 24

Evolução do desempenho no Ideb

	Piauí				Brasil			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Anos iniciais do EF	2,8	3,5	4,0	4,4	3,8	4,2	4,6	5,0
Pública	2,6	3,3	3,8	4,1	3,6	4,0	4,4	4,7
Privada	5,4	5,7	5,8	6,3	5,9	6,0	6,4	6,5
Anos finais do EF	3,1	3,5	3,8	4,0	3,5	3,8	4,0	4,1
Pública	2,8	3,2	3,5	3,6	3,2	3,5	3,7	3,9
Privada	5,3	5,3	5,6	5,9	5,8	5,8	5,9	6,0
Ensino Médio	2,9	2,9	3,0	3,2	3,4	3,5	3,6	3,7
Estadual	2,3	2,5	2,7	2,9	3,0	3,2	3,4	3,4
Privada	5,4	5,1	5,7	5,6	5,6	5,6	5,6	5,7

Fonte: Inep

estados. A média do estado ainda está abaixo da média do Brasil; mas a diferença que era de 1 ponto em 2005 caiu para 0,6 em 2011. A média das escolas públicas também tem evoluído a cada prova: em 2005, era 50% menor que a média das escolas privadas no estado, e em 2013 essa diferença caiu para 35%.

Os dados para os anos finais do ensino fundamental apontam na mesma direção: o Piauí ocupa agora a nona posição em 18 níveis diferentes para os 27 estados; e se situa numa posição melhor do que 13 estados. Sua média ainda está abaixo da média do Brasil. Mas a diferença que era de 0,4 pontos em 2005 foi de 0,1 em 2011. A média das escolas públicas também tem evoluído a cada prova: em 2005, era 52% menor que a das escolas privadas no estado; atualmente essa diferença caiu para 39%.

Quanto ao ensino médio, repete-se o mesmo fenômeno da melhoria gradual das notas, tanto no Piauí como no Brasil. Em 2007 e 2009, a rede estadual do Piauí não cumpriu as metas estabelecidas pela MEC, conseguindo, entretanto, cumprir a meta em 2011. O Piauí ocupa a 12ª posição em 15 níveis diferentes para 27 estados e se situa em melhor posição que quatro estados. A diferença entre a média nacional e a média do Brasil também não se alterou desde 2005: continua 0,5.

Precisa ser ressaltado, porém, que as médias do Ideb no ensino médio ainda são extremamente baixas, sobretudo pelo fraco desempenho das escolas públicas. A observação vale tanto para o Piauí quanto para o Brasil. As escolas privadas mantêm a nota no mesmo nível do ensino fundamental, e a nota das escolas públicas cai bastante. É verdade que o ensino médio só passou a ter mais recursos a partir do Fundeb em 2007, dez anos depois do Fundef. Mas

Tabela 25**PiauÍ – Evolução do desempenho no Ideb das escolas estaduais em tempo integral**

Escola	Ideb observado				Metas projetadas			
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2011
Cefti Duque de Caxias	2.5	2.3	4.8	4.8	2.6	2.9	3.3	4.8
Cefti Padre Joaquim Nonato Gomes	3.2	3.0	4.9	5.5	3.2	3.6	4.9	5.4
Cefti Pequena Rubim	2.4	2.7	4.2	4.8	2.6	3.2	3.7	5.2
Cefti Prof. Darcy Araújo	2.5	2.8	4.7	5.8	2.6	3.1	3.5	5.0
Cefti Prof. Raldir Cavalcante Bastos	2.8	3.7	6.2	6.9	2.9	3.3	3.8	5.3

Fonte: Inep

este *déficit* continua a ser um grande desafio para a política educacional, inclusive na definição sobre quais políticas se devem implementar.

Nos últimos anos, cresce o interesse pela escola em tempo integral. No PiauÍ, em 2009 começaram as primeiras experiências. O Censo Escolar de 2011 registrou 110 escolas com 35.180 alunos; o de 2012, 133 escolas com 50.493, correspondendo a 5,5% da matrícula total. Esse parece ser o caminho da melhoria de qualidade da escola pública. As cinco escolas de ensino fundamental da rede estadual, em Teresina, que adotaram o tempo integral em 2009 tiveram uma melhoria do Ideb que chama a atenção.

Pode-se acrescentar como política de expansão da escola em tempo integral o Programa Mais Educação do MEC, iniciado em 2008, que viabiliza e orienta a frequência de parte dos alunos da escola, nos dois turnos, em pelo menos três dias na semana. Em 2012, no PiauÍ, foram cerca de 70 mil alunos, e, em 2013, 100 mil participaram do Programa Mais Educação, conforme informação da Secretaria Estadual de Educação. Este número representa 11% da matrícula total. As condições para o funcionamento do programa são, no entanto, muito precárias, o que reduz o impacto que ele poderia ter para a qualidade do ensino.

O MEC lançou em 2013, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Com esse programa se poderá enfrentar um dos grandes empecilhos para um melhor desempenho dos alunos: o sucesso na alfabetização nos primeiros anos da escola. Ainda é cedo para uma avaliação de seus resultados, mas as perspectivas são promissoras.

Vale ressaltar também o papel estratégico do Plano de Ações Articuladas (PAR). Além de instrumento de colaboração federativa e de indutor de uma cultura de planejamento, o PAR tem sido um exemplo de gestão republicana. Até 2006, cerca de 1.500 municípios conveniavam com o FNDE. Hoje, todos os 5.565 municípios mantêm cooperação através do PAR.

São destaques do regime de colaboração:

■ apoio à instalação de bibliotecas e salas de informática, atingindo hoje 80% das escolas. A instalação de laboratórios de ciências tem andado lentamente;

■ a rede de creches que está sendo construída, ainda que com algumas dificuldades de execução por parte das prefeituras (recursos do PAC);

■ a construção de quadras cobertas e cobertura de quadras existentes (recursos do PEC);

■ o programa de ônibus escolares, que beneficiou praticamente todos os municípios, em especial no Nordeste e Norte;

■ a aquisição de equipamentos escolares, que têm beneficiado também todos os municípios.

SAÚDE

Na composição do IDHM, como já mostramos, a dimensão longevidade sempre apresentou resultados melhores que o IDHM total, tanto no Brasil como no Piauí, tendo hoje a classificação de “muito alto” (Brasil) e “alto” (Piauí).

A esperança de vida ao nascer, principal indicador para o IDHM, melhorou durante a década: no Piauí, de 60 anos para 71; no Brasil, de 64 para 73 anos. A defasagem entre o estado e o país, portanto, reduziu-se no período.

Tabela 26

IDHM – Longevidade

Ano	Piauí			Brasil	
	Total	IDHM longevidade	Esperança de vida ao nascer	IDHM longevidade	Esperança de vida ao nascer
1991	0.362	0.595	60.71	0.662	64.73
2000	0.484	0.676	65.55	0.727	68.61
2010	0.646	0.777	71,62	0.816	73.94

Fonte: Pnud – Atlas do Desenvolvimento Humano

A EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO

Evidentemente, a tendência ao envelhecimento da população se deve a uma multiplicidade de fatores, que ultrapassam a área específica da saúde. Mas revela também o efeito positivo de ações de prevenção que integram a política de saúde dentro da proposta do SUS: saúde da família, vacinação, cuidados perinatais, prevenção do câncer da mama e do colo do útero, acesso a medicamentos etc. Essas ações de cobertura quase universal têm impacto praticamente igual em todos os estados da federação, independente de seu nível socioeconômico.

A cobertura vacinal no Piauí já vem sendo quase universal desde a década de 1990. Nos últimos anos, a meta continua sendo cumprida, conforme

Tabela 27**Taxa de mortalidade infantil**
Mortos nascidos vivos, por mil

Ano	Piauí	Brasil
2000	36,5	24,9
2002	33,2	26,3
2003	31,5	23,9
2005	28,6	21,4
2007	26,2	20,0
2010	20,7	16,0

Fonte: Ripsa/MS. Elaboração: Ipea para 2002 a 2007; IBGE para 2000 e 2010

os dados do DataSUS: 2003, 91,17%; 2005, 92,99%; 2007, 105,75%; 2009, 99,57%; e 2010, 96,55%.

A redução da taxa foi gradativa ao longo da década; a defasagem entre o estado e o país diminuiu de 12 para 4 pontos de diferença. E a taxa do Piauí tem sido menor que a do Nordeste ao longo da década: 36,9%, em 2002, e 28,7%, em 2007.

A taxa bruta de mortalidade também caiu de 7,2% da população em 2000 para 6% em 2010, inclusive apresentando resultado melhor que a média nacional, que baixou de 6,6% a 6,3%.

O registro das causas de mortalidade tem se aperfeiçoado no estado; se a mortalidade por causas mal definidas foi de 32,1% dos óbitos em 2000, teve uma drástica redução para 4,3% em 2010. Alguns indicadores específicos de mortalidade permitem avaliar o maior ou menor impacto na década de algumas políticas focadas:

- a taxa média específica de mortalidade (mortos por 100 mil habitantes) causada por doenças transmissíveis subiu de 31,1 para 36,7 mortes; e aumento semelhante ocorreu na taxa de mortalidade por Aids: de 1,8 para 2,9 mortes;

- a mortalidade por infecção respiratória entre menores de 5 anos se manteve estável na década: 3,7% dos óbitos;

- já a mortalidade por doença diarreica aguda em menores de 5 anos caiu de 6,8 de óbitos registrados para 2,9%.

Quanto à mortalidade por causas externas, também foi diferenciada a evolução entre 2000 e 2010:

- por acidente de trabalho reduziu-se de 12,3 para 9,1 óbitos – o que traduz um trabalho sistemático desenvolvido nessa área;

- por acidentes de trânsito subiu de 17,4 para 31,4 – o que aponta para problemas que se aguçam com o crescimento das cidades.

Alguns indicadores de morbidade também mostram os impactos das políticas com focos específicos. Houve algum êxito na redução, no período considerado, da taxa de incidência (casos da doença por 100 mil habitantes) de algumas doenças que atingem, em geral, as populações mais pobres:

- tuberculose: de 38 para 25,9 casos;
- dengue: de 304,8 para 214,9 casos;
- hanseníase: de 55,6 para 48,6 casos.

Os casos de malária e febre amarela são próximos de zero no Piauí.

Ainda nos anos 1990, teve início o programa de Agentes Comunitários de Saúde, que foi fundamental para o acompanhamento e a mobilização das famílias em relação às políticas de prevenção. Em 2002, 222 dos 224 municípios do Piauí tinham 5.925 agentes de saúde e 95,6% da população já era atendida. O programa continua universalizado, mas enfrenta alguns problemas eventuais de gestão em alguns municípios.

Tabela 28

Piauí – Programa Saúde da Família

Ano	Agentes comunitários de saúde			Equipes do PSF			Equipes de saúde bucal	
	Municípios	Agentes	Cobertura população	Municípios	Equipes	Cobertura população	Municípios	Equipes
2002	222	5.925	95,82	217	704	76,46	201	269
2003	221	5.960	95,87	218	761	79,79	209	391
2005	222	6.267	98,33	221	980	95,17	221	720
2007	222	6.347	96,98	222	1.032	95,04	222	816
2009	223	6.824	99,80	221	1.088	97,32	222	914
2010	223	6.881	99,65	223	1.099	97,37	223	931
2012	224	7.114	99,45	218	1.109	95,48	218	953

Fonte: MS/Ripsa

A atuação dos agentes ganhou um caráter mais sistemático com a criação, em 1994, do Programa Saúde da Família (PSF). Em 2002, o PSF já atingia 217 dos 224 municípios do Piauí, com 704 equipes, e sua cobertura era estimada em 76,46% da população. O programa está universalizado e já atinge mais de 95% da população.

Na última década, o número de agentes comunitários de saúde cresceu 17%, e as equipes do PSF aumentaram em 37%. Mas foi na área da saúde bucal, sobretudo com o lançamento do programa Brasil Sorridente, que as equipes de atendimento mais cresceram (72%): de 269 em 2002 para 953 em 2012.

DESAFIOS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR-AMBULATORIAL

O estado do Piauí possui 2.650 estabelecimentos de saúde registrados no Cnes (Conselho Nacional dos Estabelecimentos de Saúde), sendo 60,83% públicos e 39,17% privados ou filantrópicos.

Do total de estabelecimentos, estão incluídos aqueles que estão mais voltados para a gestão da saúde. Em 2010, dos 224 municípios do estado, 73 (32,5%) possuíam Secretarias de Saúde como órgão específico. Já funcionam 12 Centrais de Regulação de Serviços de Saúde, cobrindo uma parcela dos municípios. E são 32 as Unidades de Vigilância em Saúde, situadas em cidades maiores e cobrindo as regiões.

Quanto às unidades de atendimento, o tipo predominante de estabelecimento são as Unidades Básicas de Saúde (23%), a maioria gerida pelos municípios e situada na sede e, em alguns povoados maiores; elas já ultrapassam os Postos de Saúde (18%) das comunidades menores. As Unidades Mistas de Saúde somam 81, instaladas em um terço dos municípios, embora servindo à região. A quase totalidade de UBS, Postos e Unidades Mistas é pública.

Tabela 29**Piauí – Principais tipos de estabelecimentos de saúde**

Tipo de estabelecimento	Público	Filantrópico	Privado	Total
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	792	0	5	797
Posto de Saúde	446	2	0	448
Unidade Mista (atendimento 24 h – internação e urgência)	81	0	3	84
Hospital geral	58	6	42	106
Hospital especializado	6	0	16	22
Clínica especializada	33	3	247	283
Consultório isolado	6	0	454	460
Unidade de apoio de diagnóstico e terapia	14	1	220	235
Subtotal (91%)				2.435

Fonte: Conass

Obs.: os outros tipos de estabelecimento são em número pequeno e concentrados na capital ou cidades maiores.

Dos hospitais gerais, 54,7% são públicos e 39, % privados; os filantrópicos são apenas três.

O número de leitos hospitalares por mil habitantes na última década decresceu tanto no Brasil (de 3 para 2,3) quanto no Piauí (de 2,7 para 2,4), apresentando, portanto, taxas baixas e praticamente iguais.

Houve uma radical mudança na dependência administrativa desses leitos. O processo de municipalização dos hospitais no Piauí só ocorreu depois de 2006. Os leitos em hospitais municipais passaram de 9,7% em 2005 para

32,2% em 2010; nos hospitais estaduais, baixaram de 49,9% para 29%, e os privados também baixaram um pouco: de 40,3% para 38,9%.

A participação dos estabelecimentos privados ainda aponta para um caráter seletivo ao sistema de atendimento hospitalar: 16 (72%) dos 22 hospitais especializados são privados, assim como 87% das 283 clínicas especializadas, sendo que estas, por sua natureza jurídica e técnica, tendem a ser aprovadas. A situação é mais seletiva no caso das unidades de apoio de diagnóstico e terapia: a participação do setor privado é de 93%.

Entre 2000 e 2010, o número de médicos por mil habitantes no Piauí cresceu de 0,64 para 0,93, mas se manteve num patamar muito baixo, ou seja, a metade da média do Brasil, que subiu de 1,4 para 1,95. O padrão estabelecido pela Organização Mundial da Saúde vai de 3 a 5 médicos por mil habitantes. Com o Programa Mais Médicos, esse quadro está passando por uma mudança radical.

A cobertura por planos de saúde com certeza é um indicador dos limites colocados pelo poder aquisitivo da população, que, quando baixo, limita o acesso aos serviços de saúde. Entre 2002 e 2008, a cobertura dos planos de saúde cresceu no Piauí de 10,8% para 12,6%. Mas, se considerarmos apenas a cobertura por planos privados, fica evidente a grande desigualdade entre o estado e o país: é verdade que quase dobrou a cobertura no Piauí, de 3,3% em 2002 para 7,6% da população em 2008; mas é menos que um terço da cobertura no Brasil, que cresceu de 17,8% para 23,9%.

O quadro do atendimento ambulatorial e hospitalar tende a melhorar com as ações do PAC: ampliação e construção de 349 Unidades Básicas de Saúde (UBS) no valor de R\$ 44,6 milhões; e de quatro Unidades de Pronto Atendimento (Upas) no valor de R\$ 10,3 milhões – além, evidentemente, do novo Programa Mais Médicos, já referido.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, criado em 2004, teve uma atuação estratégica para os avanços na inclusão e proteção social das famílias e indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade. A sua atuação, em parceria com a administração estadual, se deu pela institucionalização nos municípios de uma rede de Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e de Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas).

Tabela 30

Piauí – Novos Cras implantados por ano

2005	2006	2007	2008	2010	2011	Total
24	42	70	52	44	32	264

Fonte: Sasc-PI Obs.: todos cofinanciados pelo governo federal.

No Piauí, a implantação dessa rede manteve um ritmo que permitiu beneficiar todos os 224 municípios, inclusive com mais de um centro em alguns, até 2011.

Os Creas, em 2010, eram 52, dos quais quatro estão em Teresina. Não existem Creas regionalizados.

O quadro da (in)segurança alimentar também se alterou:

■ subiu o número de domicílios em situação de segurança: de 36,4% em 2004 para 41,5% em 2009;

■ diminuiu o número de domicílios com insegurança moderada de 25% para 12,9%

■ ainda que pouco, diminuiu o número de domicílios com insegurança grave: de 10,79% para 9,75%.

Tabela 31

Piauí – Grau de (in)segurança

	2004	2009
Domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional	36,46%	41,35%
Domicílios em situação de insegurança leve	27,70%	35,99%
Domicílios em situação de insegurança moderada	25,05%	12,91%
Domicílios em situação de insegurança grave	10,79%	9,75%

Fonte: MDS

Os programas de combate à fome têm, portanto, melhorado a segurança alimentar para a maioria da população (77%).

A mudança do perfil ocorreu, sobretudo, pela passagem das famílias em situação de insegurança leve e moderada para a situação de segurança ou de insegurança leve. Mas foi muito pequena a redução dos domicílios em situação de insegurança grave, o que aponta para situações mais críticas de marginalização ou vulnerabilidade, que constituem o foco do Programa Brasil Sem Miséria.

Já vimos o que o programa Bolsa Família representa na renda do estado e como está atendendo praticamente todo o universo de famílias elegíveis.

O número de pessoas com deficiência beneficiadas com o BPC, em 2013, chega a 39.417. Como já mostramos, as pessoas com deficiência visual, auditiva e motora grave (“não conseguem”) somam 24.599 ao todo, e as pessoas com deficiência mental somam 50.876 (sem indicação do nível de gravidade). Pode-se afirmar que, em princípio, estariam beneficiadas com o BPC quase todas as pessoas com deficiência grave, inclusive as com deficiência mental. Os idosos beneficiados são cerca de 20 mil. O número de deficientes e idosos beneficiados vem crescendo (em média 8% ao ano) desde 2010.

Tabela 32**Piauí – Pessoas beneficiadas com BPC**

Ano	Tipo	Beneficiários	Recurso/ano
2010	Pessoa(s) com deficiência	32.337	188.280.720,00
	Idosos	16.311	95.487.471,00
2011	Pessoa(s) com deficiência	34.821	219.339.712,00
	Idosos	18.443	110.972.461,00
2012	Pessoa(s) com deficiência	37.801	270.749.349,00
	Idosos	18.849	136.434.521,00
2013 ^(*)	Pessoa(s) com deficiência	39.417	209.325.539,85
	Idosos	19.536	104.153.820,80

Fonte: Sasc-Piauí

(*) Número de beneficiários e valor de recursos pagos até agosto de 2013.

As ações de Proteção Social Especial, em 2013, atenderam quase 40 mil pessoas, distribuídas pelos vários programas. O programa que se destaca é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), beneficiando 34.936 crianças, que recebe 90% dos recursos. O acompanhamento de crianças e adolescentes que cumprem medida socioeducativa ou necessitam de acolhimento só é feito em Teresina.

Tabela 33**Piauí – Proteção social especial
2013**

	Nº de municípios	Nº de unidades	Capacidade de atendimento	Previsão repasse anual
Paefi ^(*)	48	51	2.700	
Peti	223	223	34.936	10.536.000,00
Medida socioeducativa	9	10	720	405.800,00
Acolhimento crianças/adolescente/idosos	1	1	100	108.000,00
Pessoas em situação de rua	2	2	300	276.000,00
Acolhimento de população de rua	1	1	150	360.000,00
Total	-	-	38.906	11.685.800,00

Fonte: MDS. (*) O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) oferece apoio, orientação e acompanhamento.

CULTURA

Os municípios brasileiros são carentes de equipamentos culturais, havendo uma grande concentração deles nas capitais. O Piauí não foge à regra e apresenta um índice da carência maior que a média nacional, embora tenha melhorado sua situação e posição na década passada (Tabela 34).

Tabela 34**Municípios com equipamentos culturais (%)
2009**

Equipamentos	Piauí		Brasil
	% municípios	Posição entre os estados	% municípios
Bibliotecas públicas	78,9	22 ^o	89
Teatros	5,8	25 ^o	21,2
Salas de cinema	1,8	25 ^o	8,7
Museus	9,8	20 ^o	21,9
Centros Culturais	10,7	26 ^o	24,8
Livrarias	8	2 ^o	34

Fonte: MinC. Obs.: os dados relativos a 2002 (a seguir) são da Fundação Cultural do Piauí (Fundac).

Na década 2000-2010, houve um esforço mais focado do Ministério da Cultura em apoiar a expansão de bibliotecas públicas e a melhoria dos seus acervos. No Piauí, em 2002, apenas 39% dos municípios tinham biblioteca pública; em 2009, eram 78,9%; no Brasil, 89%. Em 2013, 222 dos 224 municípios tinham instalado biblioteca, embora apenas 45 delas inscritas no Cadastro Nacional de Bibliotecas (dados da Fundação Cultural). Espaços foram disponibilizados pelos municípios e os acervos foram ampliados, mas o funcionamento para acesso ao público é muito irregular e o acervo é subutilizado. Melhorou a posição do Piauí entre os estados brasileiros (22^a posição entre os 27 estados).

Quanto a teatros, apenas 5,8% dos municípios piauienses os mantêm como espaços específicos – um quarto da média brasileira, que é de 21,2%. As apresentações teatrais locais ou de fora ocorrem em clubes ou locais multiuso. E já entraram no calendário turístico do estado a apresentação da paixão de Cristo em Floriano, Bom Jesus do Gurguéia e no bairro Monte Castelo, em Teresina. Apenas 1,8% dos municípios no Piauí possuem salas de cinema permanentes; no Brasil são 8,7%. Há uma concentração dos cinemas em Teresina. Evidentemente, o acesso à produção cinematográfica é bem maior, por meio das TVs (inclusive de assinatura) e de vídeos.

O Piauí tem museus em 9,8% de seus municípios – também menos da metade da média brasileira, de 21,2%. O mesmo acontece com centros culturais: em 10,7% no Piauí, e 24,8% no Brasil. A tradição de visita aos museus não se firmou como roteiro turístico; há uma programação de visitas pelas escolas.

Por fim, vale registrar o protagonismo cultural no Piauí. A presença mais significativa é de bandas (38,4% dos municípios) e corais (26%), envolvendo uma proporção de municípios mais próxima à média nacional. Os grupos de

teatro (amadores) também estão presentes em vários municípios (20,6%), sem contabilizar os grupos teatrais estudantis, que são eventuais.

Tabela 35

Municípios com grupos artísticos (%)
2009

Equipamentos	Piauí		Brasil
	% municípios	Posição entre os estados	% municípios
Orquestras	3,4	25 ^o	11,5
Bandas	38,4	23 ^o	53,2
Grupos teatrais	20,6	25 ^o	39,9
Corais	26	22 ^o	44,9
Grupos folclóricos	49,7	19 ^o	47,2

Fonte: MinC

A forte presença dos grupos folclóricos é consequência de uma clara priorização dessa área pelo governo estadual, em dois mandatos (2002 e 2010), através da Fundação Cultural. Tanto assim que as manifestações populares tradicionais estão presentes em 61,4% dos municípios, enquanto no Brasil o percentual é de 49,7%.

Cresce também o percentual de municípios que promovem festivais de música: 21,8%. Evidentemente, os grupos artísticos e as manifestações culturais recenseadas pelo Ministério da Cultura são aqueles que têm caráter mais permanente. Existe uma forte tradição de atividades culturais nas escolas. E fazem parte da tradição cultural popular os clubes de forró, de caráter comercial, existentes em praticamente todos os municípios, inclusive em comunidades rurais.

Tabela 36

Bens e serviços existentes no domicílio

Tipo	2002	2003	2005	2007	2009	2009 – Brasil
Computador	4,6	3,3	5,8	9,6	24,2	36
Acesso à internet	3,1	2,8	4,3	6,7	11,2	28,1
Telefone celular	13	15,3	31,9	44,4	57,6	81
Telefone fixo	25,1	25	21,6	21,6	18,1	43,3
Televisão	68,3	72	76,4	82,3	86,8	96,2
Rádio	81,6	82,6	83,2	84,4	80,6	88,1

Fonte: Pnad. Elaboração: Ipea

Numa sociedade de cultura de massas, ter acesso a meios de informação e comunicação não é um simples critério de estratificação social (as chamadas classes A, B, C, D e E); é também um indicador da integração cultural. Esse

processo vem se acelerando no Brasil, e o Piauí tem se inserido nele, embora em ritmo mais lento, mantendo uma distância considerável em relação aos padrões nacionais, exceto no acesso à televisão e ao rádio.

Em relação ao acesso a vários bens, o Piauí tem avançado até mais rapidamente que o Brasil. É o caso dos computadores. Some-se ao acesso nos próprios domicílios (que subiu de 4,6% para 24,2%) os de uso comunitário, como os das escolas e das estações digitais. Ações implementadas pelo governo federal, em articulação com o estado e municípios, na área da inclusão digital se mostraram como um dos mecanismos de inclusão social, educacional e cultural dos mais efetivos. O acesso a computadores deve continuar avançando.

A defasagem entre o estado e o país está se reduzindo de forma mais lenta no que se refere ao acesso à internet. A taxa de acesso das famílias quase quadruplicou (de 3,1 para 11,3%) entre 2002 e 2009, mas partiu de um patamar muito baixo. A Pnad de 2011 já contabiliza 24,2% de pessoas que utilizam internet. Entre os estudantes, o percentual sobe para 44,4%; mas a desigualdade é grande entre estudantes da rede pública (38% de uso) e privada (85,5%). Também ainda persiste uma deficiência de cobertura com banda larga em boa parte do território do estado, sobretudo no que se refere à disponibilidade contínua e à rapidez no acesso.

O crescimento do acesso a telefones celulares foi significativo entre 2002 e 2009 – subiu de 13% para 57,6% das pessoas. A Anatel informou que em junho de 2013 o Piauí tinha 3.867.416 linhas de telefones ativos para uma população de 3,2 milhões de habitantes. Há, portanto, uma concentração de usuários que têm acesso aos serviços de mais de uma operadora, bem como um número razoável de telefones institucionais.

O acesso das famílias à televisão tende a se universalizar, sobretudo pela universalização do acesso à energia elétrica na zona rural, com o Programa Luz para Todos. Como em todo o Brasil, predominam as programações nacionais das grandes emissoras, via afiliadas ou diretamente.

A expansão de outros meios de comunicação não teve impacto negativo em relação ao rádio, tanto no Piauí como no Brasil. No Piauí, as emissoras de rádio desempenham uma clara função de alimentar a comunicação local/municipal, com suas conotações culturais, sociais e políticas específicas. Isso explica por que em 76,2% dos municípios piauienses haja rádios comunitárias (algumas não tão comunitárias assim); e há rádios FM, assim como rádios AM, em 14,8% dos municípios. É preciso ressaltar, porém, que muitas das rádios comunitárias – e justamente as mais ligadas aos movimentos sociais – foram sistematicamente reprimidas e fechadas nos últimos dez anos. Hoje predominam aquelas ligadas a forças partidárias locais.

Um meio de comunicação que tem crescido exponencialmente são os portais de notícias. Além de alguns com mais acesso, geralmente ligados a empresas de TV, rádio e jornal, é muito grande o número de portais regionais.

Por fim, apenas 8% dos municípios do estado têm jornal impresso local, embora haja várias publicações ocasionais e a cobertura da vida municipal pelos jornais de circulação estadual esteja se ampliando.

MINORIAS

A sociedade piauiense, assim como a brasileira, vem incorporando novos valores de respeito à diversidade.

Em Teresina, existe uma Delegacia da Mulher com atuação destacada, e começam a se constituir delegacias semelhantes em cidades do interior. O índice de homicídios de mulheres é o mais baixo do país. Em 2012, no Brasil, foram mortas 4,6 mulheres por 100 mil habitantes; no Piauí, 2,5.

No entanto, a violência doméstica em 2012 foi maior no Piauí: 59,3% dos registros de queixa de violência contra a mulher; no Brasil, o percentual foi de 41,6%. Com esse valor, o Piauí é o terceiro estado em casos de violência doméstica.

Por outro lado, liderada pelos movimentos LGBT, todo ano se realiza, em Teresina, a Parada da Diversidade. Em 2013, realizou-se a 17ª parada, que reuniu, segundo estimativas da imprensa, cerca de 100 mil pessoas; ressalte-se que a população da cidade é de 900 mil habitantes.

O serviço Disque Direitos Humanos (Disque 100) recebeu 856 denúncias de casos de homofobia no Brasil entre janeiro e setembro de 2013. O estado de São Paulo lidera o ranking com 134 telefonemas, seguido pela Bahia e por Minas Gerais, ambos com 71, e pelo Piauí, com 61. Esse dado pode indicar um número relativamente grande de casos no Piauí, mas também sugere uma atitude pró-ativa dos movimentos LGBT.

Os movimentos negros têm uma forte presença na vida cultural. Tanto na universidade federal como na estadual há núcleos consolidados de pesquisadores sobre a questão étnico-racial e a negritude, formados por professores e alunos que assumem uma postura militante.

SEGURANÇA

A sensação de insegurança vem crescendo entre a população piauiense. Mas, evidentemente, não atinge o nível das grandes cidades brasileiras, mesmo na capital Teresina; e nas cidades do interior o nível é bem menor. Mas é importante ter uma referência mais objetiva, considerando os óbitos por causas externas como indicador do grau de violência (ou de insegurança).

Tabela 37**Óbitos por 100.000 habitantes**
População total

	Piauí			Brasil		
	Homicídios	Transporte	Suicídios	Homicídios	Transporte	Suicídios
2000	8,2	15,6	2,6	27	17,4	4
2003	10,8	18,5	4,4	30,5	56,1	4,4
2005	12,8	21,4	5,1	28,2	51,4	4,6
2007	13,2	25,6	7	28,4	52,9	4,7
2009	12,7	29,6	(*)	26,9	54	(*)
2010	13,8	33,7	(*)	27,5	54,7	(*)
2011	14,7	31,7	(*)	27,1	53,4	(*)

Fonte: Mapa da Violência 2013 - Secretaria Nacional da Juventude/PR
(*) Não consta no mapa.

Tabela 38**Óbitos por 100.000 habitantes**
Jovens de 15 a 24 anos

	Piauí			Brasil		
	Homicídios	Transporte	Suicídios	Homicídios	Transporte	Suicídios
2000	14,3	15,5	5,1	52,1	18,9	4
2003	17,6	20,5	6,3	56,1	21,1	4,7
2005	26,1	24,4	6,5	50,9	23	4,7
2007	19,5	28,2	7,4	52,9	25,7	4,7
2009	23,6	(*)	(*)	54	(*)	(*)
2010	21,1	(*)	(*)	54,7	(*)	(*)
2011	25	33,2	(*)	53,4	27,7	(*)

Fonte: Mapa da Violência 2013 - Secretaria Nacional da Juventude/PR
(*) Não consta no mapa.

No Piauí, como no Brasil, os óbitos por acidente de trânsito apresentam uma taxa de mortos por 100 mil habitantes bem maior que a de homicídios. E a taxa de mortes de jovens entre 15 e 24 anos também é maior que a da população total. As taxas no Brasil têm oscilado pouco, com tendência decrescente; entretanto, no Piauí há uma tendência ao crescimento dessas taxas (Tabelas 37 e 38).

Mesmo com essa tendência de crescimento, o Piauí, em 2011, ainda foi considerado o estado brasileiro com o menor índice de homicídios, segundo o Mapa da Violência organizado por Julio Jacobo Waiselfisz (Flacso). De acordo com o levantamento de 2011, a cada grupo de 100 mil habitantes são registrados 14,7 homicídios no Piauí; no Brasil, esse número é 27,1. Na classificação

utilizada, em que as primeiras posições são ocupadas pelos estados com maior número de homicídios, o Piauí, nos últimos dez anos, ficou entre a 22^a e 27^a posição. O preocupante é que, na década, cresceu 71% a taxa de homicídios no estado: de 8,2 para 14,7 por 100 mil habitantes.

Entre os jovens, o número de homicídios é cerca de 70% maior que o número de homicídios totais.

No Piauí, o número de mortes por 100 mil habitantes em acidentes de trânsito duplicou em 11 anos, enquanto no Brasil o número permanece estável, desde 2003, para o conjunto da população. Para os jovens, o Piauí também dobra o número de óbitos, e o Brasil cresce 32%. O problema se concentra na capital; se o Piauí ocupa a 21^a posição em óbitos por acidente de trânsito, Teresina ocupa o 9^o lugar. Com certeza, o fato está relacionado com o grande uso de motos e bicicletas no estado e na capital, considerando o baixo poder aquisitivo da população; em Teresina, das 33,2 mortes em acidentes de trânsito, 21 foram em acidentes de moto.

Quanto aos suicídios, o número desse tipo de óbito por 100 mil habitantes, no Piauí, é maior que o do Brasil. Entre jovens, chama atenção que o número de suicídios no estado é maior que na população total, enquanto no Brasil o número é quase igual. E tem crescido a cada ano.

Observa-se na última década uma tendência nacional de interiorização da violência. A mesma tendência parece estar ocorrendo no Piauí. Entre 2000 e 2010, as mortes por 100 mil habitantes em acidentes de trânsito subiram de 8,3 para 13,7, e os suicídios de 2,6 para 6,4 nas cidades do interior; não houve alteração significativa no número de mortes por homicídio.



SEGUNDA PARTE

**OS DESAFIOS
DA INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA**

INTEGRAÇÃO REFLEXA NA ECONOMIA NACIONAL

Os impactos sociais e regionais positivos do padrão de desenvolvimento com distribuição de renda são reconhecidos em todas as análises. Atualmente, vem crescendo a preocupação com o esgotamento de um modelo de desenvolvimento baseado sobretudo no consumo, e a discussão se volta para as perspectivas e os desafios da transição para um modelo que tenha como base principal o investimento. Esse é o ponto crucial para pensar a inserção do Piauí no desenvolvimento nacional. Espera-se que as políticas sociais continuem tendo seu efeito de inclusão social e de distribuição regional da renda, mas o desafio é superar alguns impasses que limitam a integração ativa do Piauí na economia nacional (e mesmo global), rompendo com uma situação que se configurou desde os anos 1950.

SETORES DA ECONOMIA

O Produto Interno Bruto (PIB) do Piauí, em 2002, a preços correntes, era de R\$ 7,4 bilhões; em 2010, foi de R\$ 22 bilhões; em 2011, R\$ 24,6 bilhões. Continua representando em torno de 0,5% do PIB nacional, com uma ligeira tendência a crescer. Como a população do estado representa 1,6% da brasileira, mesmo relembrando que o PIB do Piauí cresceu mais que o do Brasil na última década, fica evidente que o estado ainda está numa posição economicamente desfavorável no contexto nacional.

O PIB *per capita* em 2002, também em valores correntes, era R\$ 2.544,00; em 2010, R\$ 7.078,00; em 2011, R\$ 7.835,00. A situação é semelhante: o PIB

Tabela 39

Piauí – Composição setorial do PIB

Setores	2004	2010	2011
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	26,4	29,8	29
Comércio	14,1	17	16
Outros serviços	9,2	12,3	12,2
Sub-total			57,2
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,1	8	7,8
Construção civil	5,6	6,9	7,7
Indústria de transformação	6,4	6,2	5,6
Agropecuária	12,6	6,2	7,4
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza	4,4	4,9	4,4
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,3	3,6	3,7
Transportes, armazenagem e correio	3,8	3,2	3,4
Serviços de informação	3,2	1,6	1,6
Indústria extrativa	0,1	0,3	0,5
Total	99,2	100	99,3

Fonte: IBGE – Estados@ para 2010 e 2011; e para 2004 Cepro-PI – Avaliação das Contas Regionais

per capita do Piauí cresceu, nos últimos dez anos, numa taxa maior que a do Brasil, mas permanece como o estado com menor PIB *per capita*.

A composição setorial do PIB, que não sofreu grandes alterações nos últimos dez anos, é o retrato da integração reflexa ou passiva da economia piauiense na economia nacional.

O setor administração pública e seguridade social continua representando um terço da renda estadual. Sua participação apresentou uma tendência de crescimento, se comparada a 2004, pela intensificação dos mecanismos de transferência e distribuição de renda. No Ceará, esse percentual é de 20%; em São Paulo, 13%.

Somados os setores de comércio (17%) e serviços (12%), chega-se à metade do PIB (57%). Evidentemente, em todas as sociedades modernas – e assim é no Brasil – o terciário tende a ocupar mais trabalhadores e a ter um peso considerável no PIB. A diferença na economia piauiense é que a participação dos setores produtivos é pequena: 7,7% da construção civil, cuja participação tem crescido; 7,4% da agropecuária, que teve uma grande queda e está se recuperando; e 5,6% da indústria de transformação, que vem perdendo espaço. Isso significa que boa parte do dinheiro que movimentava o comércio e os serviços não é excedente da produção local, e sim da transferência de excedente da riqueza produzida em outros territórios. Essa é a marca principal da integração reflexa ou passiva na economia nacional.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

A arrecadação do ICMS oferece uma ideia da composição dos setores comércio e serviços:

Tabela 40

Piauí – Arrecadação do ICMS
2013

Setor	Média mensal	%
Combustíveis	64.191.337,19	28,2
Varejo	35.597.835,34	15,6
Indústria	34.307.005,23	15
Atacado	26.029.393,09	11,4
Energia	19.688.234,76	8,6
Comunicação	17.321.938,00	7,7
Bebidas	15.403.623,51	6,7
Medicamentos	6.419.301,07	2,8
Simplex	3.409.141,55	1,5
Cigarro	2.643.160,34	1,1
Transporte	2.351.409,94	1
Total	227.362.380,02	99,6

Fonte: Sefaz-PI (em valores correntes)

Os três setores que congregam as atividades mais comuns do comércio representam 42% da arrecadação – varejo (15,6%), vendas da indústria (15%) e atacado (11%). Pelo perfil da economia do estado, o varejo deveria ter uma participação maior. Mas nas cidades do interior ainda existe um grau elevado de “informalidade empresarial” ou subestimação das vendas. A concentração da arrecadação do ICMS na capital expressa uma concentração do comércio e dos serviços que, de fato, é um pouco menor. Tem avançado a adoção do Simplex e, com acompanhamento do Sebrae, o registro de Microempreendedores Individuais. O Simplex contribui com apenas 1,5% da arrecadação. O comércio atacado, por sua vez, tende a crescer, inclusive em polos regionais do interior.

Quanto aos produtos de tributação específica, e com arrecadação mais estruturada, chama atenção o peso do imposto sobre combustíveis, representando 28,2% da arrecadação do ICMS – mais, portanto, que a arrecadação total do varejo. Mais uma vez, fica evidente o impacto da informalidade. Os outros setores com contribuição significativa são o de energia (8,6%), comunicação (7,7%) e bebidas (6,7%), com participação de peso mais razoável, embora ainda elevado.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL

A indústria de transformação mantém-se estável em torno dos 6% do PIB estadual, com ligeira queda em 2011; no Brasil, tem representado entre 17% e 20% na composição do PIB.

A Federação das Indústrias do Piauí (Fiepi) publicou o Cadastro Industrial do Piauí 2013-2014. Estão listadas 2.701 empresas industriais, contando cada filial como uma unidade diferente. Destas, 34,5% são microempresas; e 63% das empresas estão sediadas na capital Teresina. Dos 31 segmentos enumerados, nove concentram 82,2% das empresas. Não consta na publicação a participação dos vários segmentos no valor da produção.

Tabela 41

**Piauí – Segmentos da indústria
2013**

Segmento	Empresas		Microempresas	
	Quantidade	% do total	Quantidade	% no segmento
Construção civil	534	19,7	117	21,9
Alimentos e bebidas	525	19,4	196	37,3
Moda e vestuário	388	14,3	172	44,3
Reparação de automóveis e acessórios	157	5,8	91	57,9
Indústria gráfica	156	5,7	50	32
Ferro e outros metais	154	5,7	53	34,4
Cerâmica e concreto	124	4,5	43	34,6
Móveis e artefatos de madeira	119	4,4	58	48,7
Captação, tratamento e distribuição de água	100	2,7	0	0
Sub-total	2.257	82,2	780	34,5
Outros	444	***	***	***
Total	2.701	***	***	***

Fonte: Fiepi – Cadastro Industrial

Fora a construção civil (ver a seguir), predominam os setores produtores de bens de consumo simples, que usam tecnologia menos sofisticada e são de consumo generalizado:

- alimentos e bebidas (19,4% das empresas);
- moda e vestuário (14,3%), valendo destacar que 44,3% das empresas desse setor são microempresas;
- móveis e artefatos de madeira (4,4% das empresas), também com uma forte presença de microempresas (48,7%);
- indústria gráfica (5,7%), que tem passado por um processo de modernização e concentração do faturamento;

■ metalurgia (ferro e outros metais, também com 5,7% das empresas, mantendo um caráter ainda bastante artesanal).

O setor de abastecimento e tratamento de água aparece entre os segmentos com maior número de empresas porque são computadas como unidades autônomas as 68 filiais da Agespisa, empresa pública.

Por outro lado, o setor de couros e derivados, embora com um pequeno número de empresas, tem uma produção significativa, pois várias empresas são de porte médio. E a indústria têxtil tem uma única empresa (Indústria Coelho, grupo pernambucano), mas de grande porte, situada em Picos.

Tomando como referência os municípios com as maiores rendas *per capita*, fora da área dos cerrados, temos boas indicações sobre o peso dos vários setores produtivos da área industrial ou mineral. Fronteiras, com a segunda maior renda *per capita* estado (R\$ 17.421,00), tem uma fábrica de cimento; Antônio Almeida, com a quarta maior renda *per capita* (R\$ 13.785,00), é produtora de calcário; e Guadalupe, com a quinta maior renda *per capita* (R\$ 13.631,00), é a sede da usina hidrelétrica de Boa Esperança.

Os outros municípios com PIB *per capita* acima da média estadual são os maiores centros de comércio e serviços do estado: Teresina, a capital – 6º lugar, renda de R\$ 12.941,00; Picos – 7º lugar, com R\$ 9.539,00; e Floriano – 8º lugar, renda de R\$ 9.408,00. A renda *per capita* de Parnaíba, outro grande centro de comércio e serviços, está abaixo da média estadual – R\$ 6.499,00.

A construção civil, que concentra o maior número de empresas (19,7%), apresenta uma tendência de crescimento: 6,9% em 2010 e 7,7% em 2011, enquanto representava apenas 5,6% do PIB em 2004. Tem um perfil bastante heterogêneo que vai de grandes a microempresas. A descentralização dos investimentos públicos em infraestrutura e em habitação vem produzindo esse efeito positivo no crescimento do setor e tem atraído também empresas com matriz em outros estados – não necessariamente as grandes empreiteiras.

Se considerarmos que 4,5% das empresas são do segmento cerâmica e concreto, 1,6% do segmento gesso, mármore e granito e 1,6% do segmento extração de minerais não metálicos, fica clara a capacidade de polarização do setor da construção civil.

AGROPECUÁRIA

A agropecuária, sobretudo o agronegócio da produção de grãos no cerrado, é atualmente o setor mais dinâmico da economia piauiense. Surpreende a queda da participação do setor entre 2004 (12,6%) e 2010 (6,2%), embora com recuperação em 2011 (7,4%), considerando o boom da soja e o crescimento do crédito via Pronaf. Esse resultado certamente tem alguma relação

com o impacto negativo da seca, mas aponta para outros problemas na agricultura familiar, sendo alguns recorrentes.

De fato, os produtos em que estão adotadas novas tecnologias, em geral sob o comando de empresas, tiveram um crescimento sistemático durante a década passada, tanto em área plantada como em valor da produção. Ao mesmo tempo, decresceu tanto o valor da produção como a área plantada (exceto a mandioca) dos “produtos tradicionais” (arroz, feijão e mandioca).

Tabela 42

Piauí – Histórico da produção agrícola
2000 a 2008

	Safrá 2000/2001		Safrá 2007/2008		Safrá 2011/2012		Crescimento 2000/2012	
Soja (grão)	61.841	128.315	253.566	819.258	444.856	1.242.574	719,3	968,3
Milho	277.962	144.540	282.981	321.390	354.837	769.387	21,7	532,2
Algodão herb. (caroço)	8.167	2.832	11.047	9.012	21.902	74.820	268,1	2.641,00
Caná-de-açúcar	6.942	394.197	12.629	778.284	15.629	807.877	125,1	204
Arroz (em casca)	156.708	163.176	133.003	224.292	117.684	130.702	-25	-20
Feijão	200.715	30.156	236.464	65.326	218.241	26.520	-8,7	-13
Mandioca	41.259	429.282	55.241	468.445	61.183	319.629	48,2	-25,6
Outros	156.327	171.310	200.849	262.595	7.989(*)	374.612	(*)	118,5
Total	909.921	1.463.808	1.185.780	2.918.602	1.242.321	3.746.121	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração: Conab/Sureg-PI para 2000/2001 e 2007/2008; IBGE para 2012

(*) É provável que haja um equívoco nesse dado do IBGE – Produção Agrícola

Tabela 43

Piauí – Lavouras temporárias
Em 2012

	Valor da produção (R\$ 1.000,00)	% do valor da produção
Soja (em grão)	934.416,00	54,8
Milho	400.719,00	23,2
Arroz (em casca)	86.595,00	5
Feijão	72.885,00	4,2
Algodão herbáceo (em caroço)	70.987,00	4,1
Caná-de-açúcar	52.147,00	3
Mandioca	51.854,00	3
Melancia	21.902,00	1,2
Melão	19.999,00	1,2
Outros	9.073,00	0,5
Total	1.720.577	-

IBGE – Produção Agrícola Anual

Os dados do IBGE sobre a produção agrícola de 2012 (lavouras temporárias) mostram a participação dos diversos tipos de cultura no valor da produção, que, mantido o crescimento esboçado em 2011, deve corresponder a cerca de 8% do PIB estadual (Tabela 43).

A soja teve um crescimento exponencial, tanto em valor da produção como em área plantada e volume da produção. Atualmente, o valor da produção da soja representa 54,8% da produção total das lavouras temporárias, que são as que contam no Piauí, pois o valor das lavouras permanentes corresponde a 10% do das lavouras temporárias. Em 2000, a área plantada era de apenas 61.841 ha; em 2012, essa área chegou a 444.856 ha – um crescimento de 719,3%. E a quantidade produzida cresceu de 128.315 toneladas para 1.242.574 toneladas – 968,3%, no mesmo período. O Piauí ainda é o 14º produtor de soja do país, contribuindo com 1,3% da produção nacional, mas vem melhorando sua posição. A Bunge absorve parte da produção e produz apenas o óleo bruto em Uruçuí (PI), tanto para suas usinas de refino como para exportação. O destino da produção tem se diversificado e é vendido para as empresas piauienses e nordestinas de produção de óleo de cozinha e outros derivados.

Dos 13 municípios com renda *per capita* acima da média do Piauí, seis são da área dos cerrados, onde se concentra a produção de soja. O município de Uruçuí tem a renda *per capita* de R\$ 22.022,00, maior que a renda *per capita* nacional; seguem os municípios de Sebastião Leal (R\$ 16.406,00); Baixa Grande do Ribeiro (R\$ 9.316,00); Bom Jesus (R\$ 8.325,00); Ribeiro Gonçalves (R\$ 7.865,00); e Santa Filomena (R\$ 7.206,00).

A produção de milho, que representa 23,2% do valor da produção das lavouras temporárias, espalhadas por todo o estado, tem crescido bastante no volume da produção (532,2% entre 2000 e 2012), sobretudo pela expansão na mesma região dos cerrados com o uso de tecnologia moderna e alta produtividade; tanto assim que a área plantada tem crescido menos. O estado é 14º produtor nacional de milho, contribuindo com 0,95% da produção nacional.

O mesmo acontece com a produção de algodão herbáceo (4,1% do valor das lavouras temporárias), cujo cultivo vem se expandindo e se concentrando também nos cerrados. O crescimento da área colhida foi de 268,1% em dez anos, e o do volume de produção foi exponencial, 2.641%, embora tenha havido oscilação da produção em alguns anos. Com a eliminação do plantio de algodão no semiárido nordestino, o cerrado piauiense se afirma como nova fronteira agrícola para o produto.

Já a cana-de-açúcar (3% do valor das lavouras temporárias) se concentra mais no Meio-Norte do estado (Teresina, União e José de Freitas) e vem crescendo sistematicamente em área plantada (125%) e volume de produção (204%). Nos

últimos anos, vem aumentando a participação da produção de agricultores familiares que se tornam fornecedores da usina, monitorados e apoiados por ela. Mas ainda predomina a produção própria. Há conflitos trabalhistas frequentes; mas, com a intervenção do Sindicato de Trabalhadores Rurais, as condições de trabalho têm melhorado.

As demais lavouras com certo peso no valor da produção são as *tradicionais*, cultivadas predominantemente pelos agricultores familiares e com maior participação do Piauí na produção nacional:

■ arroz: 5% da produção agrícola estadual, oitavo estado produtor, contribuindo com 1,68% da produção nacional. Algumas grandes empresas atuam no setor;

■ feijão: 4,2% da produção agrícola estadual, 11º estado produtor, contribuindo com 1,78% da produção nacional;

■ mandioca: 3% da produção agrícola estadual, 14º estado produtor, contribuindo com 2,17% da produção nacional.

As três culturas têm uma situação instável tanto em área plantada como em volume da produção, em especial o feijão. De qualquer modo, analisando os dez anos, a oscilação no volume produzido tem ficado em intervalos pequenos, exceto para alguns anos de seca ou praga generalizada. Nesse sentido, não há um crescimento do cultivo desses produtos tradicionais, mas não se configura ainda uma tendência de queda e perda de importância do setor.

Diferente é o caso de algumas culturas tradicionais da agricultura familiar – fumo, cebola, alho –, que tinham expressão até 20 anos atrás e praticamente desapareceram.

Chama atenção a queda da produção de mamona. De 4,8 mil toneladas em 2003/2004, subiu para 10 mil toneladas em 2005/2006 e a partir daí vem caindo, chegando a 1,8 mil toneladas em 2009/2010 e mantendo o mesmo volume em 2011/2012. O projeto da Brasil Ecodiesel, que deveria produzir biodiesel de mamona, foi desativado; e o estímulo dado pela Petrobras ainda não teve grande impacto.

Na área da fruticultura, cresce a produção para o mercado de melão (grande propriedade) e melancia (grande propriedade e agricultura familiar), e cada uma das culturas representa 1,2% da produção de lavouras temporárias.

O valor da produção de castanha de caju foi de R\$ 10,714 milhões (0,6% da produção agrícola) em 2011 e envolve tanto agricultores familiares organizados em cooperativa como empresas de certo porte. Cresce o seu beneficiamento no próprio estado, mas ainda é grande a exportação para o Ceará.

O mel de abelha tem uma participação em torno de 0,7% da produção agropecuária. O Piauí se situa, porém, entre os maiores produtores nacionais de mel. E os produtores conseguiram se organizar em torno de uma cooperativa que beneficia e comercializa o produto. Boa parte da produção se destina à exportação.

Tabela 44

Produção de mel

2008		2009		2010	
Quantidade (kg)	Valor R\$ 1.000	Quantidade (kg)	Valor R\$ 1.000	Quantidade (kg)	Valor R\$ 1.000
4.143.804	10.485,00	4.278.146	13.896	3.262.456	11.839

Fonte: IBGE. Elaboração: Cepro

O extrativismo vegetal – em especial a amêndoa do babaçu e seu óleo bruto, e o pó e a cera de carnaúba – foi a base de um ciclo econômico no Piauí na primeira metade do século XX. Hoje representa em torno de 5% da produção agropecuária e 0,4% do PIB. O babaçu, embora tenha perdido importância econômica, ainda é complementação de renda para muitas famílias do centro-norte do estado, o chamado Território dos Cocais, sobretudo pelo trabalho das mulheres (quebradeiras de coco). E a carnaúba – justamente no Território dos Carnaubais – ainda tem importância na pauta de exportação e representa mais de 50% do valor da produção extrativista.

O carvão vegetal tende a ter sua produção reduzida, e a lenha tem mantido seu volume de produção; a produção de toras de madeira é inexpressiva.

Tabela 45

Piauí – Extração vegetal

Produtos	2008		2009	
	Quantidade (t)	Valor R\$ 1.000	Quantidade (t)	Valor R\$ 1.000
Babaçu (amêndoa)	5.070	5.425,00	5.250	5.821,0
Carnaúba (pó)	12.454	40.044,00	12.266	55.415,00
Carvão vegetal	169.664	40.914,00	55.566	19.049,00
Lenha (*)	1.691.018	9.072,00	1.679.688	10.143,00
Madeira em tora (**)	121.287	3.081,00	120.789	4.448,00
Total	---	98.536,00	---	94.876,00

Fonte: IBGE – Produção da extração vegetal e da silvicultura. Elaboração: Cepro

(*) Quantidade em m³.

Na apresentação da composição setorial do PIB, não foi feita a separação entre o valor da agricultura e da pecuária. Mas os efetivos dos rebanhos, situando-os no conjunto da pecuária nacional, dão uma ideia de seu peso na riqueza piauiense. Os rebanhos permanecem estáveis, o que revela que a criação ainda é extensiva, tanto pelo grande proprietário como pelo agricultor familiar, embora já comece a se desenvolver a criação mais empresarial para o mercado (Tabela 46).

Tabela 46**Piauí – Efetivos dos rebanhos**

Animais	2008	2009	2010	% dos rebanhos do país
Bovinos	1.750.910	1.682.111	1.679.957	0,82
Suínos	1.150.329	974.543	949.570	2,56
Caprinos	1.370.372	1.389.384	1.386.515	15,15
Ovinos	1.444.373	1.387.279	1.392.861	8,25
Aves (galinhas, galos, frangos, pintos)	10.265.363	9.668.425	9.742.974	0,78

Fonte: IBGE – Produção da pecuária municipal. Elaboração: Cepro e Gabinete deputado Júlio César

O destaque é para os rebanhos de caprinos (15,15% da produção nacional) e de ovinos (8,25%), animais com boa adaptação ao semiárido.

Há, no entanto, uma avaliação preocupante sobre a dizimação desses rebanhos pela seca dos últimos três anos; a estimativa preliminar é de perda de cerca de 30% dos rebanhos. Os dados até 2010 só apontam para a redução dos rebanhos de suínos.

Os produtos de origem pecuária – leite e ovos –, além de integrarem a produção da agricultura familiar, contam, há algum tempo, com empresas de maior porte e mais modernas, que abastecem parte do mercado local. De 2008 a 2010 o volume de produção se manteve estável, quando a expansão seria o caminho mais lógico, pelas características das empresas produtoras.

O valor da produção de leite e ovos de galinha representa 8,3% da produção agropecuária, com destaque para o leite, que sozinho corresponde a 6%. O valor da produção de leite é maior que a do arroz ou do feijão, por exemplo.

Tabela 47**Piauí – Principais produtos de origem animal**

Produto	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor R\$ 1.000	Quantidade	Valor R\$ 1.000	Quantidade	Valor R\$ 1.000
Leite produzido (1000 l)	77.784	88.713,00	87.165	106.316	87.354	110.502,00
Ovos de galinha (1000 dz)	16.449	42.953,00	15.124	36.853	14.599	41.068,00
						151.570,00

Fonte: IBGE – Produção da pecuária municipal

Foi estruturada uma rede de pequenos fornecedores de leite, que recebe assistência técnica da empresa que industrializa o produto e financiamento do BNB. A escala de produção atingiu os seguintes níveis: 40% dos produtores: um a 50 litros/dia; 30%: 51 a 100 litros/dia; e 20%: 101 a 200 litros/dia. Somente 10% ultrapassam 100 litros/dia.

EXPORTAÇÕES

O valor das exportações piauienses, entre 2008 e 2010, oscilou em torno de 130 milhões de dólares, ou R\$ 260 milhões (valores da tabela transformados de dólar para real, tomando o câmbio de R\$ 2,00), o que representa 1,1% do PIB. É o dobro de valor que era exportado em 2007.

A cera de carnaúba e a soja representam 72% do valor exportado. A cera de carnaúba tem se mantido estável nos últimos três anos, e a soja teve uma queda em 2010, embora tenha dado um salto entre 2007 e 2008. A soja exportada representa 10% do total produzido.

Tabela 48

Piauí – Pauta de exportação

Produto	Faturamento (em US\$ mil)			
	2007	2008	2009	2010
Cera de carnaúba	27.493,00	40.018,70	31.084,50	48.991,60
Soja	2.563,60	62.551,60	64.744,50	45.373,70
Mel	2.903,00	4.405,60	6.071,9	9.611,20
Óleo de soja	---	3.497,20	8.043,30	8.639,30
Extratos vegetais	---	2.369,00	3.852,80	4.481,90
Couros e peles	4.551,30	3.725,50	6.775,80	2.930,60
Bagaços de soja	---	---	38.097,40	2.861,40
Minerais	5.004,20	4.972,00	3.578,40	2.319,20
Algodão	89,1	353,7	737,2	1.643,00
Castanha de caju	5.054,00	5.076,20	2.759,00	1.598,60
Total (*)	56.653,70	136.962,40	167.466,1	129.184,80

(*) Estão computados outros 15 produtos que não exportam 100 mil dólares

O valor exportado de praticamente todos os produtos oscila bastante, em intervalos não muito grandes; de todo modo, não há uma tendência clara de incremento da exportação. As exceções são o mel e o algodão, que têm crescido – este último, sobretudo, tem duplicado o valor de suas exportações a cada ano.

A exportação de frutas caiu de 324 mil dólares em 2008 para 92 mil dólares em 2010. Sucos e extratos e camarões já constaram na pauta em 2007, bem como bagaços e resíduos em 2008, e álcool etílico em 2008 e 2009, com valores variando de 1,2 milhão a 7,5 milhões de dólares.

AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

Os Censos Agropecuários do IBGE trabalham com a categoria “estabelecimento rural” como unidade de produção; o Cadastro Fundiário do Incra

trabalha com a categoria “propriedade”. Mas os dados dos Censos fornecem mais informações sobre os estabelecimentos (tabela 49).

No Piauí, o número de estabelecimentos rurais, que tinha diminuído entre 1985 e 1996, voltou a crescer em torno de 17%, chegando a 245.378 em 2006.

A área trabalhada, depois de uma redução entre 1985 e 1996, não sofreu alteração, situando-se em torno de 9,5 milhões de ha, correspondendo a 38% dos 25 milhões de ha do território total (e não só o agricultável) do estado.

O pessoal ocupado, semelhante ao número de estabelecimentos, tinha caído de 1985 para 1996 e voltou a crescer, chegando a 830.812 pessoas em 2006. Desse total, 662.912 (80%) são pessoas com laço de parentesco com o produtor. Provavelmente, há um problema metodológico ao computar esse número de pessoas ocupadas, pois há uma discrepância grande em relação à PEA do setor agropecuário recenseada em 2010, que apontou 356.875 pessoas.

Em dez anos, a distribuição dos estabelecimentos por área sofreu uma pequena variação, com a diminuição de 10,12% dos estabelecimentos com menos de 10 ha e o aumento de 2,52% dos estabelecimentos de 10 a 100 ha; cresceu bastante o percentual sem declaração de área, o que provavelmente corresponde aos estabelecimentos situados em assentamentos onde não há demarcação de lotes individuais. Embora haja uma redução do minifúndio, a

Tabela 49

Piauí – Estabelecimentos e pessoal ocupado na agricultura

Ano	Estabelecimentos rurais	Área (ha)	Pessoal ocupado
1985	270.443	11.828.025	818.465
1995/96	208.111	9.659.972	666.465
2006	246.249	9.500.597	830.812

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

Tabela 50

Piauí – Estabelecimentos por área

Hectares	1995/96		2006	
	Nº estabelecimentos	%	Nº estabelecimentos	%
< 10	134.948	64,84	134.272	54,72
10 a <100	55.192	26,52	71.270	29,04
100 a <1000	15.683	7,54	14.723	6
1000 e mais	1.174	0,56	1.035	0,42
Sem declaração	1.114	0,53	20.078	8,31
Total	208.111	99,99	241.378	98,49

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

capacidade técnica de exploração de áreas maiores continua baixa, com mais da metade das unidades produtivas permanecendo com menos de 10 ha.

Mais significativa tem sido a modificação do perfil da condição dos produtores, o que mostra claramente o impacto da política de reforma agrária. Os arrendatários e parceiros, que eram 24,34% dos produtores em 1995, são apenas 12,88% em 2006. Como parte da mesma transformação, em dez anos o número de proprietários cresceu de 43,06 para 56,07%; pela primeira vez, os estabelecimentos são dirigidos em sua maioria por seus proprietários. A redução do número de ocupantes também reflete o aumento da formalização de assentamentos.

Tabela 51

Piauí – Condição do produtor

	1995/96		2006	
Proprietário	89.607	43,06	137.593	56,07
Arrendatário/parceiro	50.658	24,34	31.604	12,88
Ocupante	62.916	30,23	45.521	18,55
Administrador	4.930	2,37	6.582	2,68
Total	208.111	100	223.306(*)	90,18

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários

(*) Não foram contabilizados todos os estabelecimentos; há uma diferença de 18 mil estabelecimentos em relação à tabela anterior.

O total da área dos assentamentos, seja desapropriada ou adquirida por outros mecanismos, totaliza 1.808.035 ha, o que corresponde a 7,2% da área territorial do estado e a 18,9% da área utilizada pelos estabelecimentos rurais.

Pelo Banco da Terra (Fundo de Terra e da Reforma Agrária), criado pela Lei Complementar n. 93 de 4/2/1998, e regulamentada em maio de 2000, foram implantados 85 projetos, 1.406 famílias (2,9% dos assentados), num total de 45.046 ha, ou seja, com uma área média de 32 ha por família.

Mas os dois grandes programas são os Projetos de Assentamento do Incra, há bastante tempo, e, ao menos no Piauí, os assentamentos do Crédito Fundiário, implementados no governo Lula (Tabela 52).

Nos 495 projetos do Incra, totalizando 1.380.269 ha (76% do conjunto dos assentamentos), estão assentadas 31.132 famílias, e há 3.104 vagas disponíveis. Há, portanto, ocupação de 90% dos lotes. Como ainda faltam ações de infraestrutura e crédito, mesmo nos assentamentos mais antigos, e como os entraves burocráticos criam obstáculos, apenas 64 famílias já estão tituladas definitivamente, o que é um índice baixíssimo (Tabela 53).

A novidade nos últimos dez anos, com bom desempenho no Piauí, foi o Programa Crédito Fundiário, com a aquisição de terras pelo poder público a preços de mercado e com pagamento imediato, o que ainda hoje gera polêmicas.

Tabela 52

Piauí – Assentamentos

Órgão/programa	Nº projetos	Área em ha	Nº famílias
Incra	495	1.372.195	31.304
Interpi	17 ^(*)	54.873	934
Crédito Fundiário	641	324.926	13.744
Banco da Terra	85	45.046	1.406
Total	1.238	1.807.035	47.388

Fonte: Incra/SR-PI

(*) 176 projetos foram assumidos pelo Incra. Além do Incra, o Instituto de Terras do Piauí (Interpi) implantou assentamentos. Em negociação do governo federal (Lula) e estadual (Wellington Dias), na década passada, 176 assentamentos do Interpi se tornaram Projetos de Assentamento do Incra, de forma que em 2013 permaneceram sob jurisdição do Interpi apenas 17 assentamentos com 934 famílias (19%), e com uma área média de 58,7 ha por família.

Tabela 53

Piauí – Projetos de assentamento do Incra

Área (ha)	Capacidade de famílias	Nº famílias assentadas			Vagas disponíveis	Assentados excedentes
		Titulados	Não titulados	Total		
1.380.269,60	34.096	64	31.068	31.132	3.104	140

Fonte: Incra/SR-PI (Relatório de novembro de 2013)

Em dez anos, foram implantados 641 projetos; as 13.744 famílias beneficiadas representam 29% dos assentados, e os lotes familiares têm, em média, 23 ha. O programa inclui espaços e equipamentos coletivos, além de assistência técnica contratada especificamente para cada assentamento por um período de cinco anos.

No mapa a seguir, é possível visualizar a distribuição dos projetos de assentamento no estado. A microrregião meio-norte, a mais habitada do estado e com um movimento sindical ativo, concentra o maior número de assentamentos, também os mais antigos. O conflito de terra se dava contra latifundiários tradicionais que tinham como atividade principal a pecuária e que cobravam renda de parceiros, controlando fortemente a exploração extrativa do babaçu.

Num segundo momento, os assentamentos se expandiram para o sudeste dos cerrados, onde se concentravam grandes projetos financiados pela Sudene – quase todos subtilizados ou abandonados. A parte oeste dos cerrados (fronteira com o Maranhão) é onde se concentra o agronegócio da soja. Área pouco habitada, gerou menos conflitos, mas que têm se intensificado nos últimos anos. O grande problema da região é o conflito entre grandes empresários em torno da grilagem de terra.

No semiárido, sobretudo na região de Picos, sempre predominou a pequena propriedade, e com alguma tradição de produzir para o mercado. Essa

região não demandou desapropriações e assentamentos, exceto na área mais a oeste da macrorregião, também de antigos projetos financiados pela Sudene.

Não conseguimos levantar dados sobre produção nos assentamentos. Mas, em geral, é um número reduzido de assentados que consegue aumento da produção e da produtividade. As características socioculturais do agricultor familiar piauiense (e nordestino) criam limitações para a produção planejada e para o mercado, as quais ainda não foram superadas, apesar do aumento do crédito e de alguma assistência técnica. Evidentemente, há algumas experiências marcantes, como o Assentamento Marrecas, no município de São João do Piauí, onde se desenvolve atualmente um projeto amplo de cultivo da uva, com forte repercussão sobre a renda dos assentados.

INFRAESTRUTURA

Desde o início do período desenvolvimentista, nos anos 1950, tem havido uma permanente, embora lenta, expansão da infraestrutura econômica e social no Piauí. A concepção era de que a infraestrutura atrairia os investimentos produtivos. É verdade que houve uma melhoria significativa do acesso a serviços públicos, e que uma infraestrutura básica facilitou a comunicação e proporcionou melhores condições de vida. Mas os investimentos produtivos foram insignificantes; mesmo os grandes investimentos das empresas públicas – reclamação presente no debate político que se dirige tanto ao regime militar como aos governos democráticos, inclusive os de Lula e Dilma. Esse é a raiz da integração reflexa da economia piauiense no processo de desenvolvimento nacional.

A situação hoje é mais complexa e desafiadora. Desde a superação da crise da dívida e da inflação persistente, colocou-se em pauta e em prática o crescimento para uma maior integração numa economia globalizada. E a infraestrutura tem estado defasada, mesmo nas regiões mais desenvolvidas e/ou produtivas. Isso significa que, sem uma opção política e sem uma articulação mais efetiva entre infraestrutura e investimento, o Piauí permanecer numa competição desfavorável.

RODOVIAS

O Piauí, com seus 250 mil km², tem uma extensão no sentido norte-sul de 1.500 km, e no sentido leste-oeste varia de 66 km no litoral a 300 km em sua região central.

Tabela 54

Piauí – Malha rodoviária em 2012
Em km

Discriminação	Federal	Estadual - coincidente	Estadual	Municipal
Não-pavimentadas	114	160	5.870	44.108
Pavimentadas	2.429	712	4.386	52
Total	2.543	872	10.256	44.160

Fonte: DER. Elaboração: Cepro

Sua malha rodoviária é de 44 mil km, com tráfego facilitado, exceto nas estradas municipais.

A malha teve sua pavimentação bastante ampliada na última década, em especial nas estradas estaduais. Os municípios com pelo menos uma ligação rodoviária por estrada asfaltada eram 78 em 2002, e chegaram a 178 em 2010; atualmente, todos os 224 municípios já têm ligação por estrada pavimentada. Houve uma intensa intervenção do governo estadual, articulando recursos orçamentários estaduais e federais com os recursos da Cide, de emendas parlamentares e de financiamentos do BNDES. O estado tem tido dificuldade na manutenção das estradas sob sua jurisdição, até porque o tráfego tem se tornado mais intenso e de veículos pesados, o que exige um padrão mais reforçado de pavimentação.

Das rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário do Piauí, falta a implantação de 457 km, destacando os 300 km da Transcerrado, cujas obras tiveram início em 2013.

As estradas federais têm tido uma boa manutenção. Mas não estão previstas duplicações nas BR no Piauí. Os gargalos no tráfego têm uma extensão cada vez maior nos acessos à capital. Na perspectiva da mobilidade urbana, o governo estadual está construindo um anel viário e duplicando alguns quilômetros da estrada federal.

O PAC prevê a pavimentação dos trechos das BR que atravessam o estado: BR-315, entre Bertolínea e Eliseu Martins; BR-235, entre Bom Jesus (no cerrado) e a divisa com o Maranhão; e BR-020 (Fortaleza-Brasília), no trecho entre São Raimundo Nonato e a Divisa com a Bahia.

Estão planejadas duas novas BR que ainda estão em fase de elaboração do projeto: a BR-222, que irá de Fortaleza a Marabá, no Pará, passando à altura de Piripiri e cortando o rio Parnaíba em Matias Olímpio (PI) e Brejo (Maranhão); e a BR-407, que ligará municípios do oeste do Piauí, numa linha paralela à fronteira com o Ceará.

Todos os 224 municípios já receberam, também através do PAC, equipamentos para recuperação de estradas vicinais: caminhões-caçamba, motoniveladoras, retroescavadeiras e pás enchedeiras. As estradas municipais deverão, portanto, ter sua qualidade melhorada.

A frota de veículos é de 292.796 carros, dos quais 35,1% estão emplacados pela capital Teresina. Predominam os automóveis (69%). Os caminhões representam 6% da frota, e as camionetes 18,6%, distribuídas estas na mesma proporção entre capital e interior, o que corrobora a ideia de que os pequenos e médios negócios as usam bastante.

Também é indicativo da melhoria do poder aquisitivo da população e das condições de trabalho o número de motocicletas: 373.210, das quais 67% estão no interior do estado.

Cresce em ritmo acelerado a circulação de veículos pesados – e cada vez com maior tonelagem – oriundos das mais diversas regiões, que alimentam o comércio interestadual. As consequências já são visíveis não só para a manutenção das estradas como para o ritmo e a **segurança do tráfego**.

FERROVIAS

As ferrovias começaram a operar no Piauí a partir da década de 1920. Eram quatro trechos: 1) a estrada de ferro de Teresina a São Luiz (MA), que começou a operar em 1919; 2) a estrada de ferro Central do Piauí, ligando Teresina a Parnaíba/Luis Correia, que começou a operar em 1922. Foi incorporada à RFFSA em 1975 e desativada em 1997, pois não foi arrematada em leilão então promovido; 3) a estrada de ferro de Petrolina (PE) a Teresina, que chegou apenas até a cidade de Paulistana, no centro-sul do Piauí, em 1938, e nunca completou o trecho até Teresina. Foi incorporada à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e totalmente desativada na década de 1970; 4) a estrada de ferro de Teresina a Fortaleza (CE), que começou a operar em 1964.

As estradas de ferro Teresina a São Luiz e Teresina a Fortaleza, depois de incorporadas à RFFSA, em 1997, foram arrematadas pela Companhia Ferroviária do Nordeste (atualmente, Transnordestina Logística), que continua operando os dois trechos. A estrada de Teresina a São Luiz hoje se limita praticamente a garantir o abastecimento de combustíveis para o Piauí, chegados pelo porto de Itaqui (MA).

Os outros dois trechos estão desativados. O trecho Paulistana-Petrolina literalmente desapareceu. O trecho Teresina-Parnaíba ainda tem possibilidade de recuperação.

O grande investimento na área do transporte é a Transnordestina, que, partindo de Eliseu Martins, fará a ligação com os portos de Suape (PE) e Pecém (CE). Obra incluída no PAC, está orçada em R\$ 3,810 bilhões; as obras no trecho piauiense têm andado com lentidão. Também com recursos do PAC, já foram concluídos os estudos para a conexão da Transnordestina com a Norte-Sul, no Maranhão.

Mas a tradicional reivindicação das lideranças políticas, também muito forte no imaginário da população, é que haja a ligação no sentido sul-norte do estado, indo da Transnordestina até Teresina e Parnaíba.

HIDROVIAS

A navegação do rio Parnaíba, desde meados do século XIX até meados do século XX, foi estratégica para a integração econômica do estado e para o funcionamento do modelo extrativista exportador. Com o esgotamento do extrativismo e o desenvolvimento da malha rodoviária, foi perdendo importância e hoje enfrenta problemas de assoreamento. Outro obstáculo grande à sua navegabilidade é que as eclusas da barragem de Boa Esperança nunca foram feitas.

Atualmente, a navegação no delta é regular, em transporte adequado, dentro de programações turísticas. Os demais percursos, tanto no Parnaíba como nos seus afluentes de curso permanente, são pequenos ou eventuais, feitos em canoas e barcos motorizados.

Tem aumentado o número de pontes sobre o Parnaíba, ligando os estados do Piauí e Maranhão. São seis, das quais duas concluídas (Ribeiro Gonçalves e Uruçuí-PI e Benedito Leite-MA) e uma em construção (Luzilândia-PI e São Bernardo-MA) são obras recentes, dos últimos dez anos. E está projetada uma nova ponte ligando Matias Olímpio-PI e Breja-MA, com a construção da BR-222.

A retomada da navegação do Parnaíba continua sendo uma reivindicação e um sonho dos piauienses. Estão em andamento estudos, no valor de R\$ 6,5 milhões do orçamento do PAC, que deverão subsidiar o projeto da hidrovia do Parnaíba.

PORTOS

Desde o período colonial, utilizou-se o litoral de Parnaíba (Amarração, hoje cidade de Luis Correia) como “porto” para exportação de charque. Com o *boom* do extrativismo, a mesma situação se reproduziu. Na realidade, do porto das Barcas, na cidade de Parnaíba, partiam barcaças que levavam os produtos até os navios ancorados no mar, a certa distância da praia, que, por sua vez, traziam produtos importados.

No ciclo extrativo exportador de carnaúba e babaçu, nos anos 1920, houve proposta de construção de um porto moderno em Luis Correia, com capacidade de atracação de navios de grande tonelagem. De fato, só em 1970 começaram as obras, interrompidas em 1975, retomadas em 1996, suspensas e novamente retomadas em 2004. O porto já foi inclusive concedido a empresas privadas, que não mantiveram os contratos.

Agora, numa combinação de recursos do PAC (apenas R\$ 4 milhões) e empréstimos do governo estadual, vem sendo dado novo impulso à obra. Há dúvidas em relação a sua conclusão, como prevê o PAC. Na verdade, o porto de Luiz Correia não tem sido contemplado na política de leilões para concessões à iniciativa privada, até porque o porto é estadual.

Há propostas para implantação de “portos secos” – na realidade, estações aduaneiras – em Teresina e Eliseu Martins (depois da conclusão da Transnordestina). As medidas necessárias não têm tido continuidade.

AEROPORTOS

O Piauí possui dois aeroportos internacionais: o de Teresina e o de Parnaíba; e um aeroporto estadual, com pista capaz de receber grandes aviões, em São Raimundo Nonato, na via de acesso ao parque arqueológico da serra da Capivara.

O movimento no aeroporto de Teresina quase dobrou em quatro anos. Dados da Infraero contabilizam 277.719 passageiros embarcados e 279.851 desembarcados em 2009; esse número cresceu para 509.239 embarcados e 523.312 desembarcados em 2013. O PAC alocou R\$ 3,13 milhões para o novo terminal de passageiros, obra já concluída. E continua em debate a construção de um novo aeroporto fora da cidade.

Já o aeroporto Internacional de Parnaíba não tem voo comercial regular há 13 anos. Com capacidade de receber até 100 mil passageiros por ano, o movimento foi de apenas 2.828 passageiros de voos privados e de táxi aéreo em 2012 – uma média de 3,6 operações diárias (Dados da Infraero).

O Piauí conta ainda com mais seis aeroportos estaduais com pistas asfaltadas: Bom Jesus, Corrente, Floriano, Gilbués, Oeiras, Paulistana e Picos; e três aeroportos particulares: Fronteiras (fábrica de cimento Itapissunga), Guadalupe (hidrelétrica de Boa Esperança) e Uruçuí (Bunge).

Para incentivar a aviação regional, o governo federal lançou o Programa de Investimentos em Logística: aeroportos, com investimentos no valor de R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais. No Piauí, sete aeroportos serão contemplados: Parnaíba, Floriano, Picos, Paulistana, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Corrente.

ENERGIA

A geração e transmissão de energia no Piauí são administradas pela Chesf; a distribuição é de responsabilidade da Eletrobrás Distribuidora – Piauí (antiga Cepisa). Mas há diferentes tipos de geração de energia do Piauí, inclusive lenha, que ainda alimenta, por exemplo, a usina de óleo bruto de soja da Bunge, em Uruçuí.

A usina hidrelétrica de Boa Esperança, da Chesf, é a principal fonte geradora de energia, produzindo 237,3 megawatts. Há previsão de construção de cinco novas hidrelétricas no rio Parnaíba, que produzirão no conjunto 330 megawatts: Castelhana (66MW), Estreito (66MW), Cachoeira (120MW) e Ribeiro Gonçalves (90 MW). Entretanto, no leilão dessas usinas não houve comparecimento de empresas interessadas.

A energia eólica começa a se desenvolver no estado. A Central Eólica da Pedra do Sal é a única usina de geração de energia eólica em operação no Piauí, de propriedade da Tractebel Energia S/A. Começou a produzir no final de 2008, integra o programa Proinfa do Ministério de Minas e Energia e recebeu incentivos do BNDES. Sua capacidade de geração é de 18MW.

A Agência Nacional de Energia Elétrica realizou o 17º Leilão de Energia Nova. Na ocasião, foram vendidos oito empreendimentos de geração de energia eólica localizados no Piauí, com capacidade de gerar 240 MW de potência e a serem entregues para o mercado consumidor em 2016.

Tabela 55

Evolução do perfil dos consumidores de energia

Classes de consumidores	Número de consumidores			
	2009	2010	2011	2012
Residencial	774.486	828.745	883.714	930.429
Comercial	69.510	70.258	74.566	77.547
Industrial	3.945	3.810	3.765	3.945
Rural	27.379	28.900	29.377	30.073
Poder Público	13.671	13.432	13.769	14.248
Iluminação pública	800	854	857	837
Serviços públicos	2.463	3.322	3.847	4.950
Consumo próprio	137	135	171	224
Total	892.391	949.436	1.010.066	1.062.094

Fonte: Eletrobrás (Cepisa)

Há muita expectativa em relação à *energia solar*, que tem sido utilizada em pequenos experimentos. Estudos sobre o tema têm sido desenvolvidos no próprio estado. Não há previsão de sua utilização comercial em curto prazo.

O Brasil está chegando à produção de 120 mil MW; o Piauí produz cerca de 500 MW (0,4% da produção nacional). Com a diversificação da matriz energética no Brasil, têm sido leiloados lotes, no Piauí, não só de hidrelétricas e eólicas, mas também de petróleo e gás.

O grande problema de acesso e utilização da energia elétrica no Piauí é o da transmissão e distribuição. O problema afeta não só a disponibilidade de

energia para unidades produtivas, mas também para o aumento da potência que chega ao consumidor domiciliar.

A Chesf tem implantados 18.468,4 km de linhas de transmissão. O PAC alocou, para o período 2011-2014, R\$ 1,544 bilhão para a construção de subestações e expansão de linhas de transmissão. A empresa tem sua programação própria de investimentos.

A Eletrobrás Distribuidora, que está passando por uma reorganização institucional, elaborou um plano de investimentos que vem sendo executado, embora em ritmo lento e com amplitude limitada.

O número de consumidores de energia cresceu 19% entre 2009 e 2012, mantendo o mesmo peso das várias classes de consumidores. E o consumo cresceu 38,5% – de 1.896,6 MW para 2.627,830 MW. O crescimento se deu sobretudo entre consumidores residenciais.

No Piauí, o Programa Luz Para Todos, iniciado em 2005, já atendeu a mais de 140 mil novos domicílios, propiciando o acesso a energia elétrica a cerca de 700 mil pessoas. A demanda estimada era de 149,6 consumidores. Novo termo de compromisso está sendo celebrado visando ajustar a oferta ao aumento da demanda pelo crescimento vegetativo da população. São 11 mil novas ligações, que, somadas às 28 mil que ainda falta executar, proporcionarão a universalização da energia elétrica no Piauí.

HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

Conforme o Censo Demográfico de 2010, o Piauí tem 848.313 domicílios, sendo 568.461 (67%) urbanos e 279.952 (33%) rurais.

O *déficit* habitacional tem se reduzido nos últimos anos. Estudo elaborado pelo Ipea identificou a diminuição do *déficit* de 16,1% para 10,8% entre 2007 e 2012; uma queda de 27,8%. Evidentemente, a política habitacional que, por razões sociais e econômicas, se tornou uma prioridade do governo federal contribuiu significativamente para essa evolução.

Tabela 56

Piauí – Déficit habitacional

2007	2008	2009	2011	2012
133.436 16,1	111.134 13	112.458 12,8	108.587 12,2	96.352 10,8

Fonte: DER. Elaboração: Cepro

Esse *déficit* apresenta o seguinte perfil no estado: precariedade do imóvel – 35,3%; coabitação familiar – 39%; peso excessivo do aluguel – 22,9%; e adensamento excessivo de aluguel – 1,6%.

Por outro lado, se são levados em consideração a falta de sanitário (fenômeno mais rural, no caso do Piauí) e o adensamento excessivo de moradia, o déficit cresce para 226.121 (26%) domicílios.

O Programa Minha Casa, Minha Vida está investindo cerca de R\$ 2 bilhões na construção de 45 mil unidades habitacionais no estado. São casas e apartamentos em cidades que possuem uma população acima de 50 mil habitantes. Somente a Caixa Econômica Federal financiou ou coordenou os subsídios de cerca de 80 mil moradias desde 2002. No último ano, tem havido uma grande expansão do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Quanto ao saneamento básico, a situação também melhorou desde 2002, embora ainda haja uma defasagem entre o Piauí e o Brasil

Tabela 57**Cobertura de saneamento básico**

	Piauí						Brasil
	2002	2003	2005	2007	2009	2010	2009
Abastecimento de água	50,5	55,4	59,7	62,5	69,2	71,2	87,7
Esgotamento sanitário	14,2	12	14,1	23,8	24,4	28,6	62
Coleta de lixo	47,1	48,5	48,9	53,1	54,9	60,1	87,7

Fonte: Pnad. Elaboração: Ipea; para 2010, IBGE - Censo Demográfico

O abastecimento de água tem maior cobertura de domicílios. E são 67 os municípios beneficiados com a ampliação ou renovação de suas redes de canalização; e alguns também com novos reservatórios.

A coleta de lixo tem ampliado sua cobertura, embora com procedimentos mais rudimentares. Os Planos de Tratamento dos Resíduos Sólidos, com seus aterros sanitários, estão andando muito lentamente e sendo efetivamente assumido por poucos municípios.

O esgotamento sanitário tem menor cobertura de domicílios. O PAC está investindo R\$ 277,8 milhões em ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário em Teresina, Parnaíba Picos e Piripiri.

A Funasa vem elaborando projetos ou já executando obras de melhorias sanitárias e habitacionais nos 224 municípios do estado, aplicando para isso R\$ 200,38 milhões.

E estão sendo aplicados pelo PAC R\$ 417 milhões em obras de prevenção de risco (drenagem, contenção de cheias, manejo de águas pluviais) em 32 municípios, alguns com mais de uma obra.

TRABALHO E RENDA

A análise da estrutura econômica do Piauí pelo ângulo do trabalho e da renda ajuda a complementar a visão do impacto que o novo modelo de desenvolvimento com distribuição de renda teve no estado e, ao mesmo tempo, aponta certos limites colocados pela própria estrutura econômica e social.

FORÇA DE TRABALHO

Em 2010, a População Economicamente Ativa (PEA) era de 1.319.221, sendo 769.908 homens e 549.313 mulheres, e representando 49,2% da população com 10 anos e mais.

A PEA estava distribuída do seguinte modo em 2010, considerando a atividade do trabalho principal (Tabela 58).

A maior parte da força de trabalho continua empregada na agropecuária (29,3%) e não sofreu mudança significativa na década. Se considerarmos que o peso da agropecuária representa 8% a 10% do PIB, fica evidente a baixa produtividade do setor, uma das principais razões da grande desigualdade de renda.

O comércio (16% da PEA) e os serviços também são setores empregadores. A classificação adotada das atividades do trabalho principal dos economicamente ativos não permite fazer uma ligação mais direta entre atividades e o setor de serviços. Algumas atividades são comuns à administração pública e à iniciativa privada: educação – 7,5%; saúde humana e serviços sociais – 3,3%; atividades profissionais, científicas e técnicas – 1,3; artes, cultura, esporte e recreação – 0,5%. Juntas, totalizam 12,6%. Mas não resta dúvida de que são o comércio e os

Tabela 58

Piauí – População Economicamente Ativa
2010

Setor	Nº de trabalhadores	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca-aquicultura	356.875	29,3
Comércio	195.308	16
Construção	100.144	8,2
Educação	92.537	7,5
Serviços domésticos	85.212	6,9
Administração pública, defesa e seguridade social	73.317	6
Indústrias de transformação	69.939	5,6
Sub-total		79,5
Saúde humana e serviços sociais	40.645	3,3
Transporte, armazenagem e correio	33.864	2,7
Alojamento e alimentação	30.384	2,4
Atividades mal especificadas	29.088	2,3
Outras atividades de serviços	27.352	2,2
Atividades administrativas e serviços complementares	25.460	2
Atividades profissionais, científicas e técnicas	17.440	1,3
Atividades financeiras, de seguros	8.107	0,6
Informação e comunicação	7.250	0,5
Artes, cultura, esporte e recreação	7.285	0,5
Água e esgoto	6.808	0,5
Eletricidade e gás	3.266	0,2
Indústrias extrativas	2.688	0,2
Atividades imobiliárias	2.309	0,2
Total	1.215.278(*)	98,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

(*) Total menor que a da PEA, pois considera a população empregada.

serviços que empregam uma grande parcela da PEA. A relação entre proporção dos empregados e proporção do PIB vem se aproximando, o que indica avanço salarial no setor.

A construção civil, numa economia como a piauiense, tem um papel estratégico na absorção de mão de obra (8,2% da PEA). Agrega valor, ocupa mão de obra menos qualificada e tem tido uma demanda muito grande criada pelos programas habitacionais e pelas obras do setor público. A melhoria salarial tem acontecido mais para os operários qualificados, por haver escassez de mão de obra.

Os serviços domésticos empregam 7% da PEA, também um índice relativamente alto. Mais adiante, trataremos das condições em que são oferecidos

os empregos nesse setor e do provável impacto da nova legislação trabalhista sobre o percentual de ocupados.

A indústria de transformação ocupa 5,6% da PEA, percentual compatível com sua participação no PIB (também 5,6% em 2011). Os salários acordados nas diversas categorias têm ficado acima do salário-mínimo.

Alguns setores chamam a atenção por apresentarem uma situação oposta à da agropecuária; ocupam um percentual reduzido da força de trabalho e se apropriam de um percentual bem maior da renda: atividades imobiliárias (0,2% da PEA e 7,8% do PIB), eletricidade e gás (0,2% da PEA e 4% do PIB) e atividades financeiras (0,6% da PEA e 3,7% do PIB). Nesse setores estão os assalariados com maior nível de qualificação; e, no setor de atividades imobiliárias, provavelmente há uma grande concentração de renda.

O Censo oferece dados sobre a ocupação no trabalho principal; é um indicador que aponta mais para a estratificação social e, com certeza, tem grande correlação com a renda.

A classificação utilizada pelo IBGE dificulta uma análise mais precisa. A expressão “trabalhadores qualificados” tanto para a agropecuária como para a indústria e construção pode estar reunindo trabalhadores com níveis bem diferenciados de qualificação.

A maior parcela da PEA (26,7%) está em ocupações elementares, seguida dos que trabalham em serviços e como vendedores (15,5%), um setor que

Tabela 59

**Piauí – Ocupação no trabalho principal
2010**

Ocupação	Nº de trabalhadores	%
Ocupações elementares	324.778	26,7
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	203.702	16,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	189.079	15,5
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	113.801	9,3
Profissionais das ciências e intelectuais	113.351	9,3
Operadores de instalações e máquinas e montadores	67.644	5,5
Trabalhadores de apoio administrativo	55.325	4,5
Técnicos e profissionais de nível médio	52.723	4,3
Diretores e gerentes	34.853	2,7
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	4.684	0,3
Ocupações mal definidas	55.336	4,5
Total	1.215.276	99,3

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

absorve bastante mão de obra, reunindo trabalhadores formais e informais. A quantidade de profissionais que exercem “atividades profissionais e intelectuais” está crescendo com o aumento de profissionais de formação universitária; atualmente, o maior contingente é de professores. O número de militares, policiais e bombeiros parece subestimado; vários deles exercem outras profissões e podem ter escolhido declará-las como principal. Por fim, o número de técnicos e profissionais de nível médio (4,3%) deverá crescer bastante nesta década por conta da expansão do ensino técnico de nível médio federal, estadual ou particular. No conjunto, ainda é relativamente pequeno o número de trabalhadores com qualificação específica, seja de nível elementar, técnico ou superior.

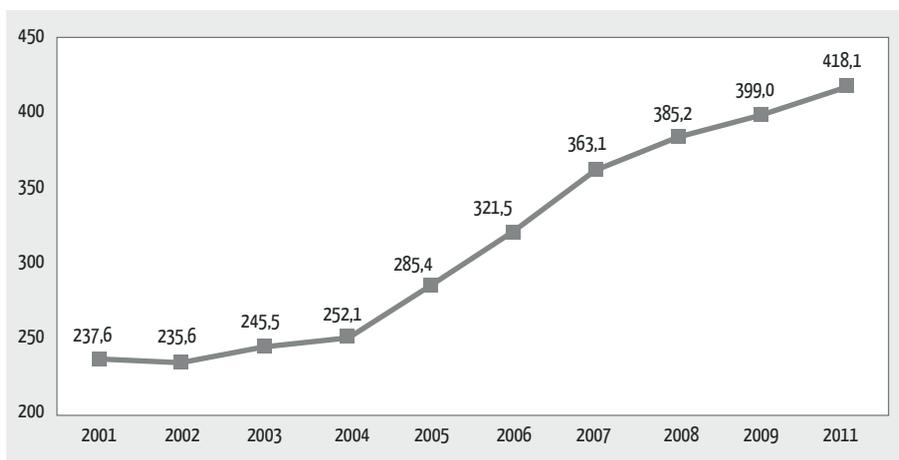
RENDA

É na dimensão da renda que se manifesta de modo mais evidente o nível de pobreza que ainda predomina no Piauí e a persistente desigualdade entre os estados e regiões do Brasil, mesmo com os avanços havidos nos últimos anos.

A renda domiciliar mensal *per capita* no Piauí aumentou de R\$ 237,60 em 2001 para R\$ 418,10 em 2011; no Brasil, aumentou de R\$ 551,60 para R\$ 749,20 no mesmo período. O crescimento no Piauí foi de 80% na década, e no Brasil 35%. A renda no estado representava apenas 43% da média nacional e passou a ter 72%.

Gráfico 2

Piauí – Evolução da renda domiciliar mensal *per capita*
2001-2011



Fonte: IBGE/Pnad. Tabulação: Ipece

Tabela 60

Piauí – Rendimento médio do trabalho
Em R\$

	2001	2002	2003	2005	2007	2009
Piauí	504,3	512,1	453,9	503,3	618,8	636,2
Brasil	1.039,40	1.008,90	37	971,83	1.075,00	1.116,30

Fonte: Pnad. Elaboração: Ipea

O rendimento médio do trabalho no Piauí cresceu de R\$ 504,30 em 2001 para R\$ 636 em 2009; no Brasil, cresceu de R\$ 1.039,40 para R\$ 1.116. A renda média do trabalho também cresceu mais no Piauí (26,1%) do que no Brasil (7,4%).

No caso do Piauí – e vale para o Brasil como um todo –, a comparação entre o crescimento da renda domiciliar mensal *per capita* (72%) com o crescimento do rendimento médio do trabalho (26%) evidencia o impacto dos programas da transferência de renda.

Por outro lado, mesmo tendo melhorado o índice de Gini, o rendimento mensal da maioria das pessoas, nesse estado, ainda é muito baixo. A igualdade avança, mas num patamar de pobreza.

Ganham até um salário-mínimo 67,3% das pessoas; e até dois salários mínimos 19,1%. É preciso ponderar que, numa sociedade com 34% de habitantes na zona rural e 30% da PEA trabalhando na agropecuária, ainda há bastante produção para o autoconsumo, o que reduz a renda monetária; daí, provavelmente, o alto percentual de pessoas com rendimento nominal baixo. A desigualdade de condições de vida é, então, um pouco menor.

Tabela 61

Piauí – Classes de rendimento nominal mensal das pessoas de 10 anos ou mais

Classes de rendimento	Pessoas	%
de até 1/4 de salário mínimo	284.730	17,8
de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	179.417	11,2
de mais de 1/2 a 1 salário mínimo	612.223	38,3
Subtotal		67,3
de mais de 1 a 2 salários mínimos	304.199	19,1
de mais de 2 a 5 salários mínimos	145.749	9,1
de mais de 5 a 10 salários mínimos	45.775	2,8
de mais de 10 a 20 salários mínimos	17.315	1
de mais de 20 a 30 salários mínimos	4.621	0,2
de mais de 30 salários mínimos	3.755	0,2
Total	1.597.784	99,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

O rendimento de 11,9% das pessoas é acima de dois e até dez salários-mínimos. No alto da pirâmide, apenas 1,4% das pessoas ganham mais de 10 salários-mínimos.

DESEMPREGO E INFORMALIDADE

A taxa de desemprego no Piauí, historicamente, tem se mantido abaixo da média nacional.

Tabela 62

Taxa de desemprego

		Piauí			Brasil
2002	2003	2005	2007	2009	2009
4,65	5,26	5,76	3,92	4,32	8,16

Fonte: Pnad. Elaboração: Ipea

Com uma população rural ainda significativa (34,2%) e a maioria da população economicamente ativa trabalhando na agricultura (29,3%), os índices de desemprego tendem a ser baixos. O problema nessa circunstância é a baixa produtividade e o baixo índice de formalização do trabalho.

É o que fica muito claro ao analisar a condição de ocupação das pessoas que trabalham. Os empregados são apenas 59,8% da PEA; este é o contingente afetado pelo desemprego. Quase 49% dos economicamente ativos trabalham por conta própria ou para o próprio consumo (Tabela 63).

É também para os que estão na condição de empregados que se pode avaliar os níveis de (in)formalidade das relações de trabalho. Tomamos como critério de formalização a assinatura da carteira do trabalho (Tabela 64).

Ainda é bastante elevada a taxa de trabalho informal no Piauí: 57,9%, enquanto no Brasil é de 45,4%. E, no caso dos empregados domésticos, a situação é grave: apenas 13,3% têm carteira assinada.

Tabela 63

Piauí – Condição de ocupação
2010

Empregadores	12.377	1
Empregados	727.469	59,8
Conta própria	276.994	22,8
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	165.497	13,6
Não-remunerados	32.937	2,7
Total	1.215.274	99,9

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Tabela 64

Piauí – Trabalho formal e informal
2010

Categoria	Total	Com carteira		Sem carteira		Estatutários
Empregados domésticos	85.212	11.371	13,3	73.841	86,7	---
Demais empregados	571.221	294.953	51,6	276.268	48,4	---
Total de empregados	727.469	306.324	42,1	350.109	57,9	71.036

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Com relação às condições de trabalho que não comportam carteira assinada, podemos utilizar o fato de haver contribuição para Previdência Social como indicador de alguma proteção social no trabalho, algo que equivale à formalização.

Nessa perspectiva, no Piauí, em 2010, dos que trabalhavam por conta própria, apenas 14% contribuía para previdência, o que caracteriza uma precariedade do trabalho. Enfrentam também uma situação de precariedade os não remunerados e os que trabalham para o próprio consumo, que, na quase totalidade, não contribuem para a previdência.

Mas um aspecto novo e positivo a se considerar é o microempreendedorismo. Segundo as informações do Sies/MTE, até 1º de julho de 2012 o Piauí contava com 22.353 microempreendedores individuais formalizados no MEI. Em Teresina, são 10.987; mais da metade (52,8%) são mulheres. Essa formalização tem ajudado na contratação de serviços, em especial no setor público.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Vimos como a Previdência Social é um dos principais mecanismos de transferência de renda para o Piauí. A proporção contribuintes/beneficiários no Piauí é o oposto da proporção no Brasil. No Brasil, em 2010, eram cerca de 41 milhões de contribuintes para 24,4 milhões de beneficiários. No Piauí, são 292.353 contribuintes (média mensal) para 445.620 beneficiários. A situação se explica pelo grande número de aposentadorias de trabalhadores rurais que não contribuem para a previdência. Por essa mesma razão, a cobertura da população idosa pela previdência no Piauí (86,8% em 2010) é maior que a do Brasil (77,3%), como a Pnad tem mostrado numa série de anos.

A formalização do trabalho tem sido o principal fator para o crescimento do número de contribuintes previdenciários no Piauí: de 17,4% da PEA em 2002 subiu para 25,2% em 2009, embora seja a metade da média brasileira, que foi de 50,4% em 2009 (Tabela 65).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, dos 350.109 empregados sem carteira assinada, apenas 40.819 (11,6%) contribuem para a previdência. E,

Tabela 65**Previdência – Proporção de contribuintes na PEA**

	2002	2003	2005	2007	2009
Piauí	17,4	17,9	18,9	24,6	25,2
Brasil	42,7	43,4	44,5	48	50,4

Fonte: Pnad. Elaboração: Ipea

dos que trabalham por conta própria (incluídos os trabalhadores rurais), são 14% os contribuintes autônomos. Situação mais precária é a dos empregados domésticos: dos 86% sem carteira assinada, apenas 3,5% contribuem para a previdência. E mesmo entre os empregadores são 59% os contribuintes.

Em 2010, o valor dos benefícios pagos no Piauí totalizou R\$ 3,37 bilhões. O valor *per capita* pago no estado foi de R\$ 1.080,00; e no Brasil, R\$ 1.336,00.

Tem havido uma expansão dos postos de atendimento do INSS para as principais cidades do interior, o que tem facilitado o acesso aos diferentes tipos de benefício.

A QUESTÃO AMBIENTAL

No território do Piauí estão presentes dois biomas: a caatinga, que se estende do norte ao sudeste do estado, fazendo fronteira com o Ceará, Pernambuco e Bahia; e o cerrado, que se estende pelo sudoeste, margeando o rio Parnaíba e indo até suas nascentes na divisa dos quatro estados: Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins. A caatinga, como todo bioma, tem sua biodiversidade vegetal e animal e sua vegetação característica. Mas, pelo clima, pela concentração do regime de chuvas em alguns meses do ano e pela irregularidade das precipitações pluviométricas em alguns anos (a seca), a questão ambiental na região envolve não só a preocupação com a conservação e o uso sustentável da natureza, mas também o desafio da convivência com o semiárido e sua limitação de recursos hídricos.

Como vem acontecendo no Brasil e no mundo, a preocupação com a questão ecológica também já se incorporou no debate público e na pauta de movimentos sociais. O tema predominante é o assoreamento do rio Parnaíba. E, nos últimos anos, mais entre os ecologistas, tem sido levantado o debate sobre as consequências, em médio e longo prazo, da expansão acelerada e em áreas cada vez maiores da monocultura da soja no cerrado.

O pequeno aproveitamento do potencial turístico das unidades de preservação ecológica compõe o debate.

PARQUES E OUTRAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

A lei n. 9.985/2000 define dois tipos de unidades de conservação da na-

tureza: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. No Piauí, as quatro principais unidades de proteção integral são os Parques Nacionais, todos administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). E são seis as principais áreas de uso sustentável – as Áreas de Preservação Ambiental (APAs) –, algumas de jurisdição federal e outras de jurisdição estadual.

Tabela 66**Piauí – Parques nacionais**

Denominação	Área (ha)	Região/bioma
Nascentes do Rio Parnaíba	729.813	Extremo sul - Cerrado
Serra das Confusões	823.837	Semi-árido - Caatinga
Serra da Capivara	129.000	Semi-árido - Caatinga
Sete Cidades	6.221	Meio norte - Caatinga/Amazônia
Total	1.688.871	

Fonte: ICMBio

(*) Há divergências quanto à área, mesmo em fontes oficiais. Utilizamos a do ICMBio, que informa que a área do Parque das Nascentes ainda está sendo demarcada.

Na própria definição legal, os parques têm como objetivos “preservar ecossistemas naturais, realizar pesquisas, atividades de educação ambiental e promover a recreação e o turismo”. Os Parques de Sete Cidades e Serra da Capivara são os mais visitados; o das Nascentes do Rio Parnaíba é de difícil acesso; e o da Serra das Confusões não oferece ainda infraestrutura de acolhimento, embora, recentemente, tenha sido incluído no Programa Federal Brasil Próximo, com obras de acesso e infraestrutura.

No Parque da Serra da Capivara encontra-se uma grande concentração de sítios arqueológicos, com mais de mil sítios pré-históricos cadastrados, muitos deles com pinturas rupestres. Nos abrigos, além das manifestações gráficas, encontram-se vários vestígios da presença do homem, com datações estimadas em até 50 mil anos. Atualmente estão cadastrados 912 sítios, dos quais 657 apresentam pinturas rupestres. Em 1991, a Unesco inscreveu o parque na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. Desde 1994, a Fundação do Homem Americano (Fumdam) assinou um convênio de gestão com o Ibama.

O Parque da Serra da Capivara é o único onde há programa sistemático de estudos. Em São Raimundo funciona curso de arqueologia oferecido pela Universidade do Vale do São Francisco, criada em 2002, no plano de interiorização das universidades federais.

O Parque Nacional da Serra das Confusões, criado em 1998 com uma área de 502.411 ha, teve sua área ampliada por decreto presidencial em 2010 para 823.436 ha, tornando-se o maior parque nacional do Nordeste.

O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba foi criado em 2002. Possui uma área de 729.813,551 ha que, como informamos, está sendo demarcada.

Existem ainda duas unidades federais de proteção integral: a Estação Ecológica Uruçuí-Una, nos municípios de Bom Jesus e Ribeiro Gonçalves, com 135 mil ha, e a Floresta Nacional de Palmares, no município de Altos, a 20 km de Teresina, com apenas 170 ha.

Iniciativas foram tomadas nos últimos dez anos, sobretudo depois da criação do ICMBio, para melhor gestão dos parques e aproveitamento de suas potencialidades. Mas o processo tem sido lento e, no caso do Parque da Serra da Capivara, os conflitos entre Fundham e governos federal e estadual são frequentes.

Os parques estaduais e municipais definidos em lei são 28; todos de pequena extensão, e a maioria constituída por parques municipais de Teresina, destacando-se a Parque Floresta Fóssil, com 13 ha. Entre os estaduais, destacam-se o Parque Zoobotânico, em Teresina, com 136 há, e a Cachoeira do Urubu, nos municípios de Esperantina e Batalha, com 7,5 ha.

Das APAs, três são federais e abrangem outros estados além do Piauí; e três são estaduais.

A APA Serra da Ibiapaba atravessa de norte a sul o extremo oeste do Ceará, limitando-o com o Piauí, onde fica 38,9% de sua área. Seu relevo possui uma escarpa íngreme voltada para o Ceará e outra, mais suave e gradual, voltada para o Piauí. As condições de relevo ajudam a preservação, mesmo com o dinamismo das atividades econômicas e do turismo na região.

A APA Chapada do Araripe é um planalto ocupado por muitas cidades, o que provoca um forte impacto no meio ambiente. Parte considerável da mata original foi desmatada ou destruída por queimadas. Araripe, centro de referência para a APA, fica no Ceará, e a área se distribui por três estados: 47% no Ceará, 36% em Pernambuco e 17% no Piauí.

Tabela 67

Piauí – Áreas de Preservação Ambiental (APAs)

Denominação	Área (ha)*	Região/municípios
Serra da Ibiapaba	1.628.424	Fronteira nordeste do PI e CE e PI
Chapada do Araripe	972.590	Fronteira sudeste do PI, CE e PE
Delta do Parnaíba	307.590	Fronteira norte do PI e MA
APA do Rangel	26.769	Região sul do Piauí: Curimatá e Redenção do Gurguéia
Lagoa de Nazaré	2.310	Região central do Piauí: Nazaré e São Francisco do Piauí
APA de Ingazeira	653	Região centro-leste do Piauí: Paulistana
Total	2.938.336	

Fontes: Semar. Elaboração: Cepro

(*) As áreas das APAs federais estão distribuídas pelos estados. Há divergências com relação a elas mesmo em fontes oficiais. Para as APAs federais utilizamos a informação do ICMBio.

A APA Delta do Parnaíba se estende pelo entorno fluvial e marítimo do delta, que se abre em cinco braços, envolvendo 73 ilhas fluviais, com uma paisagem cheia de dunas e mangues. Como o rio Parnaíba é interestadual, não faz sentido delimitar a parte da APA que seria território piauiense, embora a cidade de Parnaíba seja a referência para cesso ao delta. O turismo, que vem se desenvolvendo na região, começa a impactar o ambiente a partir da exploração do caranguejo nos mangues, feita por pescadores artesanais.

A APA do Rangel está localizada na região da serra Vermelha. A unidade abriga a nascente do rio Rangel, afluente do rio Gurguéia, que faz parte da bacia do rio Parnaíba. A região está severamente ameaçada por carvoarias, que vêm derrubando indiscriminadamente o tipo de vegetação conhecido como carrasco. Esta vegetação tem sua importância reconhecida por representar uma zona de contato entre três biomas de grande relevância no cenário de conservação da flora brasileira: o cerrado, a caatinga e a mata atlântica. A região possui encaves muito antigos e em estado primitivo de conservação.

DESERTIFICAÇÃO

O atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007, apresenta um quadro bastante preciso dessas áreas na região Nordeste. As áreas suscetíveis de desertificação estão tanto no semiárido como nas áreas subúmidas secas.

São identificados quatro núcleos de desertificação, envolvendo 16 municípios: Gilbués (PI), Irauçuba (CE), Seridó (RN) e Cabrobó (PE), com uma área total de 21.379 km². As áreas em situação muito grave ou grave são dez e estão situadas em todos os estados nordestinos.

O núcleo de Gilbués, no Piauí, tem uma área de 5.912 km² e inclui os municípios de Gilbués e Monte Alegre. Apesar de considerada como núcleo de desertificação, a situação da região – único núcleo fora do semiárido – é considerada grave (e não muito grave). O processo de desertificação foi provocado pela exploração predatória de diamantes, ao longo de anos, por um número elevado de garimpeiros.

Para enfrentar ou minorar o problema, desde 2008 foi incluído no Pró-água Semiárido um segmento Antidesertificação, considerado prioritário, que tem desenvolvido ações também em Gilbués.

RECURSOS HÍDRICOS, CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Há mais de duas décadas, intensificou-se no Piauí o processo de construção de barragens, com capacidade crescente de acumulação de água. São

obras executadas e gerenciadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a Codevasf (só construção) e o governo estadual, seja através da Secretaria de Infraestrutura (e as empresas públicas ou autarquias que manteve ou mantém) ou da Agespisa (companhia estadual de água e saneamento). A justificativa dos projeto define como objetivos: abastecimento de água para consumo humano e animal; controle de cheias ou do nível de lagoas; irrigação; lazer; pesca ou piscicultura; e regularização/perenização de rios.

Atualmente (2013), o estado possui 42 barragens com capacidade de 1 milhão de m³ ou mais, totalizando 2.945.354.203 m³ quando as barragens atingem o nível máximo. Nesse total não está incluído o lago da hidrelétrica de Boa Esperança, que tem capacidade de 5 bilhões de m³.

Como as novas barragens têm capacidade cada vez maior, 11 barragens com 100 milhões de m³ ou mais representam 82% da capacidade de acumulação de água; e somando as 12 com mais de 10 milhões de m³ de capacidade, chega-se ao total de 97% de todo o volume estimado.

A estrutura hídrica existente cresceu 36% na última década, considerando apenas as barragens já concluídas. Com a conclusão das barragens em construção (previstas para 2014), terá crescido 64%. E já está na fase de elaboração do projeto a barragem de Castelo, no rio Poti (município de Juazeiro do Piauí), com capacidade estimada entre 1,5 bilhão de m³ e 2 bilhões de m³.

Mas a marca da gestão de recursos hídricos entre 2002 e 2013 foi a construção de adutoras previstas no projeto das barragens. Foram construídos cerca de 1.000 km de adutora por ano e, ao final, serão beneficiadas 750 mil pessoas no semiárido, em 120 municípios. Essa ação se articula, evidentemente, com a construção da rede de abastecimento nas cidades e em alguns povoados.

Foram construídas, na década, cerca de 35 mil cisternas, programa coordenado pela ASA (Articulação do Semiárido) com participação da Cáritas Bra-

Tabela 68

Piauí – Barragens

Denominação	Área (ha)*	Região/municípios
Serra da Ibiapaba	1.628.424	Fronteira nordeste do PI e CE e PI
Chapada do Araripe	972.590	Fronteira sudeste do PI, CE e PE
Delta do Parnaíba	307.590	Fronteira norte do PI e MA
APA do Rangel	26.769	Região sul do Piauí: Curimatá e Redenção do Gurguéia
Lagoa de Nazaré	2.310	Região central do Piauí: Nazaré e São Francisco do Piau
APA de Ingazeira	653	Região centro-leste do Piauí: Paulistana
Total	2.938.336	

Fonte: Codevasf, Planaf e Semar. Elaboração: Cepro

(*) São 19 barragens com menos de 10 milhões de m³ de capacidade.

sileira, da Igreja Católica. O governo estadual criou em 2003 a Coordenadoria do Semiárido, que teve participação ativa no processo, além de desenvolver outros programas.

Tabela 69

Piauí – Situação dos principais perímetros irrigados do DNOCS
2013

Perímetro	Área irrigável (ha)	Total	%	Área implantada (ha)					
				Pequeno produtor			Empresa		
				Quant	Área total	Área média	Quant	Área total	Área média
Tabuleiros litorâneos (Parnaíba)	8.007,00	2.273,00	28,3	67	541	8	17	1.621,00	95,3
Platôs de Guadalupe	14.957,00	22.009,00	13,4	68	480	7	14	1.529,00	109,2
Lagoas do PI (Luzilândia)	2.335,00	3347	20	123	347	2,8	---	---	---

Fonte: Dnocs

(*) Em nenhum dos perímetros há técnicos agrícolas como produtores; nos tabuleiros litorâneos há seis agrônomos que utilizam 111 ha, com uma área média de 18,5 ha por produtor.

Dois grandes problemas continuam a desafiar a política de convivência com o semiárido: a regularização/perenização de rios e a irrigação. No primeiro aspecto, praticamente não se andou, pois nas barragens construídas não tem havido o manejo de águas necessário à regularização dos rios. Quanto à irrigação no entorno das barragens, a área é muito pequena e a expansão é lenta. Não obtivemos dados mais precisos.

A evolução da implantação da infraestrutura e da utilização da área para produção ilustra bem o ritmo lento da irrigação nas áreas onde tem havido investimento público.

O perímetro irrigado das Lagoas do Piauí foi implantado em 1972, e suas atividades de administração e manutenção começaram em 1974; o perímetro dos platôs de Guadalupe foi implantado em 1987 e teve sua manutenção iniciada em 1993; e o dos tabuleiros litorâneos foi implantado em 1989 e teve sua manutenção iniciada em 1998. Trata-se de um período que vai de 24 a 40 anos, com menos de 30% da área irrigável utilizada. Nos últimos dez anos, os investimentos foram retomados. Em junho de 2013, o ministro da Integração Nacional assinou convênio com o governo do estado no valor de R\$ 120 milhões para a segunda etapa do perímetro de irrigação dos tabuleiros litorâneos.

A irrigação em propriedades privadas vem se expandindo num ritmo mais rápido. Em 2013 foram distribuídos, em ação conjunta dos governos

federal e estadual, 267 kits de irrigação de 2 ha. Cada kit alocará aproximadamente 20 famílias, sendo beneficiadas cerca de 5 mil famílias.

Um debate que ganha expressão é o da integração das bacias, considerando a proximidade do rio São Francisco com alguns rios do estado, em especial o rio Piauí.

OPORTUNIDADES PARA EXPLORAÇÃO DE TURISMO

Tanto os parques nacionais e APAs como as área do entorno de quase todas as barragens representam um potencial turístico apenas parcialmente explorado.

O delta do Parnaíba recebe o maior fluxo de turistas, com seu cenário atraente e “paradisiaco”; tem infraestrutura de hospedagem e programas de percurso em barco. É comum o roteiro turístico que integra Jericoacoara (CE), Delta (PI) e Lençóis Maranhenses (MA). O Parque de Sete Cidades também recebe um fluxo regular de turistas, sobretudo do próprio estado.

O Parque da Serra da Capivara, bastante conhecido dentro e fora do país por sua riqueza arqueológica, tem um bom fluxo de turistas, inclusive estrangeiros, com destaque para a frequente presença de grupos de estudantes sob a coordenação de suas escolas – estimam-se 20 mil turistas por ano. As previsões do potencial de turistas para o parque são as mais variadas, sempre acima de 100 mil visitantes. O parque conta com alguma infraestrutura de recepção, mas o aeroporto, embora com uma pista apropriada para grande aviões, não tem equipamentos e gerenciamento que assegure um fluxo mais intenso de voos.

O Parque da Serra das Confusões, até pela proximidade da serra da Capivara, poderia ser um destino turístico integrado em um roteiro adequado. Mas não oferece infraestrutura, e até o momento nenhuma iniciativa com objetivos mais claros foi tomada.

A APA da serra da Ibiapaba conseguiu se firmar como destino turístico. As cidades e áreas de recebimento estão todas em território do Ceará.



TERCEIRA PARTE

OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ATIVA

GESTÃO PÚBLICA E AÇÃO DO ESTADO

Os avanços na inclusão social e os impasses na integração econômica que caracterizam o momento histórico vivido pelo Piauí na última década, oferecem as coordenadas para se pensar uma mudança estrutural no padrão de desenvolvimento ainda dominante no estado. Mais especificamente, a passagem de uma integração reflexa para uma integração ativa no processo de desenvolvimento nacional, no contexto da globalização.

Evidentemente, o desenvolvimento é um processo complexo que articula a acumulação de capital com fatores de ordem tecnológica, social, política e cultural. Mas, assim como a democracia moderna exige a mediação do estado na garantia de direitos sociais e na promoção da igualdade, o processo de desenvolvimento exige um papel ativo do estado na indução, implementação e mesmo coordenação de políticas que deem maior dinamismo à acumulação de capital. Sobretudo os países que não atingiram um estágio de maturação econômica e um nível satisfatório de igualdade social não podem reduzir sua política macroeconômica ao “tripé” política monetária, política cambial e política fiscal. E, para os estados ou regiões mais pobres dentro de um país, a intervenção estatal é ainda mais necessária, pois dificilmente o simples jogo das forças do mercado promoverá a superação das desigualdades.

Nessa terceira parte será apresentada a situação do setor público estadual, em especial nos aspectos administrativos e financeiros; em seguida, será analisada a dinâmica política das forças sócias e partidárias que disputam a direção do aparelho estatal e da representação parlamentar. Será ainda feita

uma apresentação da estratégia de intervenção do governo federal através do PAC, e seu impacto na política de desenvolvimento.

Por fim, será analisado o debate que se estruturou sobre perspectivas de desenvolvimento do Piauí, envolvendo os diversos atores sociais.

ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

O Piauí tem 224 municípios. O IBGE definiu uma regionalização do estado que sempre é referência para a administração.

São quatro macrorregiões: litoral, meio-norte, semiárido e cerrado.

A partir de estudos realizados por iniciativa da Codevasf para a elaboração de um Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, foram definidos 11 territórios de desenvolvimento: planície litorânea, na macrorregião do litoral; Cocais, Carnaubais e Entre Rios, no meio-norte; vale do (rio) Sambito, vale do (rio) Guaribas, vale do (rio) Canindé e serra da Capivara, no semiárido; e vales dos rios Piauí e Itaueira, tabuleiros do Alto Parnaíba e chapada das Mangabeiras, no cerrado. Os territórios, por sua vez, são divididos em 29 aglomerados. Desses territórios, cinco foram incluídos como territórios da cidadania, e os 11 são considerados pelo MDA territórios rurais.

Essa divisão passou a ser uma referência importante para a ação governamental tanto de programas federais como de programas estaduais, e mesmo de consórcios municipais. Gestores, técnicos e lideranças incorporaram a perspectiva de regionalização proposta. Há, entretanto, um longo caminho a percorrer, seja na institucionalização do processo de planejamento, na mobilização da sociedade e mais ainda na integração com os arranjos produtivos regionais. Num estado onde 62% dos municípios têm menos de 10 mil habitantes, a regionalização é estratégica para o processo de desenvolvimento.

Há bastante tempo, a estrutura administrativa estadual definiu diretorias ou gerências regionais para as várias secretarias estaduais, sobretudo nas áreas da educação, saúde e fazendária. Essa regionalização, em grande proporção, coincide com os territórios e tem interagido com eles, mas não houve ainda uma compatibilização entre o nível do planejamento e o da gestão.

Ainda no período de transição para o novo governo eleito, em 2002, foi elaborada uma proposta de nova estrutura para a administração estadual; tanto que, em 28 de junho de 2003, foi aprovada a Lei Complementar n. 28, que “dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí”.

Contrariando a intenção inicial de se fazer uma estrutura mais “ enxuta”, foi aprovada uma lei que ampliava a máquina estatal: 14 órgãos de assessoramento imediato ao governador, 18 secretarias de estado e 23 órgãos de administração indireta, além da vice-governadoria e do Corpo de Bombeiros.

A maioria dos órgãos da administração direta e indireta reproduz a estrutura do governo federal e dos governos estaduais.

Alguns dos órgãos novos objetivavam possibilitar melhor controle sobre algumas áreas no campo administrativo, como a Coordenadoria de Controle das Licitações Públicas e o Conselho Estadual de Gestão de Pessoas, órgãos ligados diretamente ao governador. Foi instalada a Controladoria Geral do Estado, criada na lei anterior; e criada a Ouvidoria Geral do Estado. Também teve origem a Secretaria das Cidades, na perspectiva de articulação com o Ministério das Cidades no enfrentamento da questão urbana, cada vez mais complexa. E a Secretaria de Agricultura foi dividida em Secretaria de Agronegócios e Secretaria de Desenvolvimento Rural, tendo como inspiração o Mapa e o MDA e sinalizando que a agricultura familiar seria uma prioridade do novo governo.

Também apontavam prioridades políticas a criação da Coordenadoria para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência e a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome. Nessa mesma linha, instituiu-se posteriormente a Coordenadoria de Convivência com o Semiárido.

As secretarias de Ciência e Tecnologia (desmembrada da Indústria e Comércio, que tinha como vinculada a Fundação de Amparo à Pesquisa), de Transporte (desmembrada da Infraestrutura) e de Gestão Interna (desmembrada da Secretaria de Governo) têm mais a ver com as pressões para ampliação da máquina administrativa.

Também foi utilizada a mudança legal para dar uma estrutura mais uniforme a todas as secretarias, autarquias e fundações, com um gabinete do gestor, assessoria técnica, assistência de serviços e uma estrutura hierarquizada: diretorias, gerências, coordenações e supervisões.

Em 2005, houve alterações na Lei Complementar de 2003, reduzindo os órgãos com *status* de secretaria e transformando-os em superintendências, integradas a uma secretaria. E, apesar da extinção da Secretaria de Agronegócios, a Secretaria de Desenvolvimento Rural assumiu mais o perfil de uma secretaria de agricultura tradicional.

Em 2012, considerando as perspectivas de exploração mineral e os leilões de exploração de petróleo e gás na bacia do Parnaíba, foi criada a Secretaria de Mineração, retirando funções da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Após a desorganização do aparelho estatal nos governos Figueiredo e Sarney, somado ao desmonte no governo Collor, o governo Fernando Henrique conseguiu desencadear um processo de reestruturação do estado, embora com marcas “neoliberalizantes”. Nesse sentido, houve gestões junto aos governos estaduais

para adequações em suas estruturas administrativas. Os governos Lula e Dilma deram continuidade ao processo de modernização e à maior articulação entre União, Estados e Municípios, em especial na área financeira.

No Piauí, o processo de modernização da estrutura administrativa do estado só ganhou ritmo e se consolidou na década 2000-2010, com certa defasagem, portanto, em relação ao que ocorreu no Brasil, sobretudo em resposta às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da reforma previdenciária. Além das dificuldades de ordem financeiro-fiscal, contribuíram para essa defasagem a cultura política tradicional de forte viés patrimonialista, a carência de quadros qualificados, a ausência de vontade política e mesmo o estilo pessoal dos governantes.

Medidas que deviam ter sido adotadas antes, apesar da assistência técnica oferecida pelo governo federal, só foram implementadas depois de 2003. É preciso ressaltar que, no caso do Piauí, para a inserção mais efetiva no processo de modernização administrativa foi decisiva a nova feição que assumiu o governo estadual, com a eleição de Wellington Dias (PT).

Um dos estímulos para a modernização da administração estadual veio dos vários sistemas de políticas públicas que foram se estruturando, a partir da Constituição Federal de 1988, nas áreas de saúde, educação e assistência social. Cada política pública, além de desenvolver uma série de programas que exigia a elaboração de projetos técnicos, definia arranjos institucionais federativos a implantar.

Na área financeira e orçamentária, desde 1997 vinha se desenvolvendo o Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira do Estado do Piauí (Promotaf/Pnaf). Ao longo de sete anos, foram aplicados 22.501.093 dólares, com um aporte de 10.423.228 dólares do BID. Além da capacitação de pessoal, foram adquiridos equipamentos de informática e de comunicação, melhorada a infraestrutura e oferecida consultoria para aperfeiçoamento da inspeção, vigilância, controle de gastos etc.

A efetiva valorização do programa de modernização após 2003 permitiu a adesão do estado ao Sifem, que representou um salto qualitativo na gestão orçamentária, uniformizando procedimentos e fornecendo relatórios de acompanhamento e prestação de contas, além de ter ajudado no diálogo com o Ministério da Fazenda.

Foi possível fazer uma programação financeira que beneficiou especialmente os servidores, pois foi definida uma tabela de pagamento com dia certo para todo o ano. Anteriormente, não havia data fixa de pagamento, e os servidores do interior eram pagos em dias diferentes, com pelo menos um mês de atraso.

Outra medida de impacto estrutural foi a reforma da previdência. Foi criado o Fundo Previdenciário, diferenciando os registros contábeis e explicitando o que era gasto de previdência e de assistência, em especial à saúde. As contribuições não evoluíram como parcela do financiamento de aposentadorias, mas cobre as pensões. O Tesouro Estadual continua cobrindo o *déficit* do Fundo. No setor da educação, a mudança foi mais impactante, pois até então as aposentadorias de professores eram pagas com recursos do Fundeb.

Foi criada a Escola de Governo, com a promoção de seminários sobre temas de maior alcance. No entanto, as capacitações ainda se limitaram às áreas de informática, contabilidade e atualização legislativa, não se chegando ao nível da capacitação do gestor público.

Teve início o Programa de Modernização da Gestão Estadual (Pnage), que não chegou a implantar os novos procedimentos administrativos, e está praticamente paralisado.

SERVIDORES PÚBLICOS

O quadro de servidores estaduais do Piauí cresceu 19% entre 2002 e 2013. Houve concursos para as diferentes áreas administrativas, totalizando 14 mil vagas. Ao mesmo tempo, cresceu o número de terceirizados, através de empresas prestadoras de serviço, sobretudo na área de vigilância e serviços gerais.

Tabela 70

Piauí – Quadro de pessoal

Ano	Funcionários	Ativos	Inativos	Pensionistas
2002	87.692	62.337	20.416	4.939
2011	104.853	82.125	27.774	8742

Fonte: Mensagens à Assembleia Legislativa

Foram alterados os Planos de Cargos, Carreira e Vencimentos de várias categorias específicas, inclusive do pessoal do magistério. Em algumas situações, o novo plano permitiu unificar o quadro, diante de distorções oriundas do regime anterior de admissão. E a Lei Complementar n. 28, de 23/3/2004 – que “dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do Estado do Piauí” – beneficiou sobretudo os servidores administrativos e de serviços gerais, que não tinham carreira definida.

O peso da despesa com pessoal tem se mantido em torno de 40% da despesa total.

E o estado tem conseguido cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, mantendo-se abaixo do limite prudencial (Tabelas 71 e 72).

Tabela 71**Piauí – Despesa com pessoal**
Em R\$

Ano	Despesa Total (A)	Pessoal e Encargos (B)	% (B/A)
2002	1.866.995.174	932.408.746	49,9
2003	2.032.677.578	1.109.473.853	54,5
2006	3.294.565.862	1.023.455.904	31
2007	3.771.611.089	1.520.502.190	40,3
2009	5.261.164.181	1.861.572.185	35,3
2010	5.598.210.139	2.125.929.568	37,9
2011	5.873.397.687	2.437.387.579	41,4
2012	6.853.769.046	2.660.353.068	38,8

Fonte: Balanço geral do estado

Tabela 72**Piauí – Despesas com pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL)**

Poderes	2006	2007	2011	2012	LRF
Executivo	42,8	43	44,21	44,61	49
Judiciário	4,96	4,55	4,3	4,4	6
Legislativo	3,22	2,96	2,68	2,44	3
Ministério público	2,02	1,97	1,32	1,63	2
Total	53	52,5	52,51	53,08	60

Fonte: Balanço geral do estado

Tabela 73**Piauí – Receita arrecadada**
Em R\$ 1.000

	Receita Total	Tributária ^a	Transferências correntes	Operações de de crédito	Transferências de capital				
2002	1.759.485,00	574.622,00	32,6	1.064.950,00	60,5	18.065,00	0,1	52.903,00	0,3
2003	2.088.479,00	651.739,00	31,2	1.108.377,00	53	13.046,00	0,06	17.233,00	0,08
2006	3.211.038,00	1.235.301,00	38,4	1.938.116,00	60,3	12.953,00	0,04	102.064,00	3,1
2007	3.499.403,00	1.387.852,00	39,9	2.212.924,00	63,1	9.791,00	0,02	95.400,00	2,7
2009	5.191.233,00	1.865.161,00	35,9	2.864.057,00	55,1	567.543,00	10,9	163.234,00	3,1
2010	5.546.863,00	2.255.792,00	40,6	3.165.123,00	57	415.724,00	7,4	115.999,00	2
2011	5.869.450,00	2.486.191,00	42,3	3.659.953,00	66,7	216.829,00	3,6	30.206,00	0,05
2012	7.435.359,00	2.839.829,00	38,1	3.945.987,00	53	1.077.190,00	14,4	78.116,00	0,1

Fonte: Siafem – Balanço geral 2012

Tem avançado a melhor distribuição dos servidores públicos pelos vários municípios do estado, embora ainda continue a tendência das pressões para concentração dos servidores na capital e cidades maiores.

Tabela 74

Piauí – Comparativo entre PFE e ICMS
Em R\$ 1.000

Ano	Despesa total (A)	Pessoal e encargos (B)	% (B/A)
	FPE (A)	ICMS (B)	B/A
2002	902.035,00	540.606	59,9
2003	938.390,00	611.695	65,1
2004	1.034.368	760.498	73,5
2005	1.294.564	901.061	69,6
2006	1.432.717	1.071.811	74,8
2007	1.659.777	1.170.862	70,5
2008	2.029.237	1.399.575	68,9
2009	1.955.780	1.573.881	80,4
2010	2.107.984	1.906.011	90,4
2011	2.596.651	2.072.810	79,8
2012	2.672.349	2.376.413	88,8

Fonte: Balanço geral do estado

No caso do Poder Judiciário e do Ministério Público, por exemplo, aumentou consideravelmente a presença de juízes e promotores nas cidades do interior, embora haja absenteísmo. Em 2013, eram 96 as comarcas nos 224 municípios do interior. Em Teresina elas têm aumentado e se especializado nas diferentes varas.

A substituição de delegados “leigos” ou militares por bacharéis tem se dado de maneira mais lenta. Em 2001, em 180 dos 224 municípios não havia delegados bacharéis; em 2012, os delegados com a qualificação exigida para o cargo já atuavam em 100 municípios (dados da Secretaria de Segurança).

Os concursos têm favorecido a entrada de pessoas mais qualificadas no quadro de pessoal do estado. Mas, ainda há sérias deficiências de qualificação, o que reduz a eficiência dos serviços e dificulta a adoção de procedimentos mais técnicos e a adoção de uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação.

FINANÇAS PÚBLICAS

RECEITA

A receita arrecadada do estado cresceu de R\$ 1.759.485.000,00 em 2002 para R\$ 7.435.359.000,00 em 2012, ou seja, 511% – embora a receita de 2012 tenha sido atípica por uma grande operação de crédito. Mas a média anual de crescimento da receita tem sido 15%, com oscilações entre 5,8 e 26%. Por sua vez, a receita representa cerca de 25% do PIB estadual.

A composição da receita arrecadada mostra como a receita tributária e as transferências correntes representam cerca de 90% da receita total; sobre-

tudo as operações de crédito oscilam bastante, mas também as transferências de capital. As outras receitas correntes (patrimonial, de serviços e outras) e de capital (alienação de bens, amortização de empréstimos e outras) não chegam a 10%; e as contribuições representam em torno de 0,5% da receita.

A receita tributária e as outras receitas correntes e de capital ainda são menores que as transferências. Não se configurou ainda uma tendência de inversão da participação de cada tipo de receita. O ICMS representa entre 85% a 90% da receita tributária e tem crescido com regularidade. Além de refletir o crescimento do PIB, é fruto também de maior profissionalismo na arrecadação. Seu valor está se aproximando do valor do FPE, embora com oscilações anuais nesse crescimento.

As transferências continuam tendo um peso maior que as receitas próprias porque cresceu significativamente o valor de outras transferências, mesmo com o aumento proporcional da participação do ICMS. O Fundeb e outras transferências do FNDE, que somavam R\$ 86 milhões em 2002 e R\$ 90,3 milhões em 2003 (quando era então o Fundef), aumentaram para R\$ 475,9 milhões em 2009 e R\$ 556 milhões em 2010. Agora, além do Fundeb e do Salário-Educação, o FNDE transfere recursos para merenda e transporte escolar e para alunos da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e EJA.

O SUS, na transferência Fundo a Fundo, repassou R\$ 238,6 milhões em 2009 e R\$ 239,7 milhões em 2010. Se em 2003 as transferências legais nas áreas de educação e saúde representavam 15% do valor repassado pelo FPE, hoje representam cerca de 35%.

O valor dos convênios, predominantemente como transferência de capital, tem oscilado bastante. As situações de inadimplência do estado, diferentemente da situação dos municípios, têm sido menos frequentes e rapidamente resolvidas.

Tabela 75

Piauí – Transferências correntes - Convênios (em R\$)

Órgão	2010	2012
Ministério da Agricultura	20.429.000,00	26.000,00
Ministério do Desenvolvimento Social	7.395.000,00	3.755.000,00
Ministério da Educação	39.193.000,00	32.000.000,00
Ministério da Integração Nacional	24.121.000,00	57.249.000,00
Ministério da Saúde	3.423.000,00	8.290.000,00
Ministério do Trabalho	9.848.000,00	5.127.000,00
Ministério do Transporte	11.987.000,00	143.071.000,00
Ministério do Turismo	8.109.000,00	1.091.000,00
Outros	112.982.000,00	15.216.000,00
Total	137.487.000,00	265.825.000,00

Fonte: Balanço geral do estado

Embora a capacidade de elaboração de projetos tenha melhorado, ainda subsistem problemas nessa área. Mas o grande gargalo é o ritmo de execução das obras.

DESPESA E ENDIVIDAMENTO

A evolução da composição da despesa orçamentária do estado indica o esforço de racionalização na alocação dos recursos e a busca do equilíbrio fiscal.

As despesas com pessoal e encargos, que representavam mais de 50% do total em 2002 e 2003, tiveram sua participação reduzida. As outras despesas correntes puderam se expandir, e melhorou a manutenção dos serviços públicos oferecidos. Na área da segurança é visível um aparelhamento melhor, embora não se deva desconsiderar a contribuição dos programas federais.

Por outro lado, os juros e encargos da dívida passaram a ter um peso menor, o que também possibilitou não só a diversificação das despesas, mas o aumento do investimento. O ano de 2012 foi atípico, pois foi realizada uma operação na qual a dívida com a União foi paga e substituída por uma dívida ao Banco Mundial, em condições melhores.

A capacidade de endividamento do estado também melhorou. A Dívida Consolidada Líquida (DCL), que representava 1,7% da Receita Corrente Líquida (RCL), se aproximando portanto do limite de dois estabelecido pela Resolução do Senado Federal, caiu para menos de um, mais precisamente, tem ficado entre 0,50 e 0,60% (Tabelas 76, 77 e 78).

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Certamente, a principal consequência da maior racionalização da administração estadual foi o aumento da capacidade de investimento do estado: de

Tabela 76

Piauí – Evolução da despesa orçamentária realizada

Em R\$ 1.000

Ano	Pessoal e encargos da dívida	Juros e despesas	Outras despesas	Investimentos	Inversões financeiras	Amortização da dívida	Total
2002	932.408,00	81.276,00	597.069,00	92.931,00	5.260,00	178.048,00	1.886.995,00
2003	1.109.473,00	97.805,00	652.215,00	52.726,00	5.282,00	115.174,00	2.032.677,00
2006	1.023.455,00	170.192,00	1.634.470,00	290.205,00	12.508,00	163.733,00	3.294.565,00
2007	1.520.502,00	259.366,00	1.493.866,00	216.789,00	45.788,00	235.297,00	3.771.611,00
2009	1.861.572,00	155.446,00	1.897.594,00	770.524,00	225.196,00	350.829,00	5.261.164,00
2010	2.125.356,00	133.820,00	1.965.616,00	763.767,00	198.060,00	411.025,00	5.598.210,00
2011	2.437.387,00	140.521,00	2.163.202,00	525.347,00	13.460,00	599.475,00	5.873.397,00
2012	2.660.353,00	139.407,00	2.318.760,00	710.346,00	117.243,00	911.659,00	6.863.769,00

Fonte: Balanço geral do estado

PIAUÍ
2000-2013

Tabela 77

Piauí – Dívida consolidada líquida

Ano	RCL	DCL	DCL/RCL (B/A)
2002	1.586.526	2.722.127	1,71
2003	1.647.130	2.473.172	1,5
2004	1.940.461	2.667.538	1,37
2005	2.357.829	2.580.295	1,09
2006	2.262.043	2.262.084	0,84
2007	2.380.199	2.380.281	0,79
2008	2.308.949	2.308.190	0,6
2009	2.435.144	1.990.526	0,49
2010	4.524.857	2.443.125	0,6
2011	5.050.100	2.815.559,00	0,56
2012	5.575.498,00	2.867.499,00	0,5

Fonte: Balanço geral do estado

Tabela 78

Piauí – Evolução da despesa com investimento

Em R\$ 1.000

	Investimentos	Investimento sobre a despesa total
2002	92.981,00	4,9
2003	52.726,00	2,6
2004	108.796,00	4,5
2005	184.522,00	7,1
2006	290.205,00	8,8
2007	216.789,00	5,7
2008	432.528,00	9,9
2009	770.524,00	14,5
2010	763.767,00	13,6
2011	525.347,00	8,9
2012	710.346,00	10,3

Fonte: Balanço geral do estado

menos de 5% do orçamento deu um salto, chegando a 14,5% em 2009, com tendência a se manter pelo menos em torno de 10%.

O aumento da capacidade de investimento tem um papel de multiplicador, pois permitiu ao estado garantir as contrapartidas aos convênios com o governo federal, ampliando sua participação em diversos programas e linhas de crédito.

Os investimentos têm se concentrado bastante na construção, recuperação e pavimentação das rodovias estaduais.

DINÂMICA POLÍTICA

ATORES, ALIANÇAS, PROJETOS

QUADRO PARTIDÁRIO E DESEMPENHO ELEITORAL

Todos os partidos políticos nacionais têm Diretório Estadual ou pelo menos Comissão Provisória no Piauí. Evidentemente, os grandes partidos nacionais são também os mais importantes no estado, com suas especificidades locais. Todos eles têm ligação orgânica com o partido em nível nacional, com graus diferentes de afinidade político-programática.

Podemos tomar como referência inicial para identificar os maiores partidos a composição das bancadas federal e estadual para a legislatura 2010-2014. Sete partidos têm representação na Câmara Federal e onze na Assembleia Legislativa. Os atuais senadores são de três partidos diferentes: PT, PP e PTB.

O PMDB, o PT, o PSB e o PTB são os partidos com maiores bancadas, em nível federal e estadual. O DEM manteve sua bancada federal anterior, mas os dois deputados hoje estão filiados ao PSD; o mesmo acontecendo com um de seus deputados estaduais. O PSDB é o único dos grandes partidos nacionais que não tem representação federal. Certamente, pesa o fato de sua base eleitoral ser quase exclusivamente na capital Teresina, que tem 25% do eleitorado do estado.

Da mesma maneira, a trajetória do PTB está associada à liderança do Senador João Vicente Claudino, que se filiou em 2004, provocando a saída das lideranças que dirigiam o partido no estado. Eleito senador em 2006, na coligação liderada por Wellington Dias do PT, João Vicente dedicou-se à estruturação do partido nos municípios como parte de sua estratégia para disputar o governo do estado em 2010, quando não se elegeu. O PTB elegeu o maior número de prefeitos em 2008; em 2012 elegeu 35.

Tabela 79**Piauí – Bancadas federal e estadual
2010-2014**

	Deputado federal	Deputado estadual
PMDB	2	6
PT	2	5
DEM	2	2
PSB	1	5
PTB	1	3
PP	1	1
PCdoB	1	1
PSDB	0	3
PDT	0	2
PTC	0	1
PPS	0	1
Total	10	30

Fonte: TSE

O PSDB elegeu um deputado federal em 2002, oriundo do PFL, que foi reeleito em 2006, quando migrou para o PSB. Tem mantido uma bancada de três deputados estaduais desde 2002. Disputou o governo estadual com candidato próprio em 2006 e 2010 indo para o segundo turno, nesse último pleito. Tem como principais lideranças os ex-prefeitos de Teresina, Firmino Filho e Sílvio Mendes, que têm vinculação histórica e ideológica com o PSDB nacional. Detêm a prefeitura de Teresina há seis mandatos, desde 1992, exceto no intervalo de nove meses entre 2011-2012, quando o vice-prefeito do PTB assumiu a prefeitura em virtude do afastamento do prefeito, que se candidatou a governador.

O PP é oriundo do antigo PDS, mas ganhou identidade própria com a emergência da liderança de Ciro Nogueira em nível nacional, o qual foi eleito senador em 2010. Tem uma deputada federal e uma deputada estadual. Tem se comportado como uma força aliada importante; mas vem se afirmando como um ator mais estratégico.

O PCdoB vem elegendo um deputado federal desde 2002. É liderado pelo deputado federal Osmar Júnior, militante histórico saído do movimento estudantil. Seu deputado estadual, eleito em 2006 e 2010 migrou para o PDT.

O PDT é formado por lideranças regionais, quase todas, com base eleitoral igual. Tem apresentado chapa “pura” e elegeu dois deputados estaduais em 2006 e dois em 2010.

O PPS congrega uma liderança regional e várias lideranças municipais, sem maior articulação entre si. E o PTC tem feito um trabalho de articulação

Tabela 80

Evolução da votação dos partidos

Partidos ^(*)	Deputado federal						Deputado estadual					
	2002		2006		2010		2002		2006		2010	
	%	Cl	%	Cl	%	Cl	%	Cl	%	Cl	%	Cl
PT	17	4 ^o	18,1	1 ^o	18,5	3 ^o	8	5 ^o	13	3 ^o	17,4	1 ^o
PSB	--	--	4,6	8 ^o	10,1	5 ^o	---	---	5,7	7 ^o	15,6	2 ^o
PMDB	19	3 ^o	17,1	2 ^o	21,6	1 ^o	16,7	2 ^o	20,5	1 ^o	15	3 ^o
PTB	-	-	9,4	5 ^o	10,9	4 ^o	5,5	6 ^o	10,1	4 ^o	12,5	4 ^o
PSDB	20	2 ^o	14,2	4 ^o	3,4	8 ^o	14,8	3 ^o	9,1	6 ^o	12,4	5 ^o
PDT	--	--	----	--	---	--	3,4	7 ^o	9,4	5 ^o	8,4	6 ^o
PFL - DEM	32	1 ^o	16,5	3 ^o	20,7	2 ^o	24,5	1 ^o	13,9	2 ^o	5,4	7 ^o
PCd B	5,7	6 ^o	6,3	6 ^o	6,1	7 ^o	1,4	8 ^o	3,7	9 ^o	3,3	8 ^o
PP	7	5 ^o	5,6	7 ^o	6,8	6 ^o	10	4 ^o	4,5	8 ^o	2,6	9 ^o
PP ^(**)	--	--	----	--	---	--	--	--	--	--	1,4	11 ^o
PTC ^(***)	--	--	----	--	---	--	--	--	--	--	0,9	12 ^o
Total^(***)	1.296.358		1.668.005		1.615.254		1.350.611		1.461.838		16.850.332	

Fonte: TSE. Elaboração do autor

(*) Os partidos estão ordenados pela votação de deputado estadual em 2010. (**) Total de votos válidos, inclusive dos outros partidos.

de doze “pequenos partidos” que elegeu um deputado estadual em 2010 e a coligação elegeu 6 dos 29 vereadores de Teresina, em 2001.

Dentre as principais “forças políticas” do Piauí, cinco são grupos partidários de maior identidade e continuidade – PT, PCdoB, PSDB, PMDB e PP; o PSB e PTB ainda têm o perfil de “partidos de um líder-referência”, embora, interajam com a dinâmica nacional da vida partidária, sobretudo o PSB depois que passou a ocupar o governo estadual.

Os ex-governadores, senadores, a maioria dos deputados federais e alguns deputados estaduais “dão as cartas” nas alianças e posicionamentos. No Piauí, como está se tornando prática comum no Brasil, há uma migração partidária intensa. Dos dez atuais deputados federais, por exemplo, cinco têm três mandatos, ou mais. Um desses deputados sempre se elegeu pelo PMDB e quatro já foram do PFL e agora estão no PSD, no PTB e no PSB, tendo um deles passado antes pelo PSDB. Mesmo uma liderança “emblemática” do PFL como o ex-senador Heráclito Fortes filou-se ao PSB e será candidato a deputado federal, em 2014.

ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS E ALIANÇAS

Nas eleições presidenciais, desde 2002, Lula e Dilma foram vitoriosos com expressiva votação. Aliás, Lula venceu todas as eleições em Teresina desde 1989, mesmo com o PSDB no comando da prefeitura.

Tabela 81**Piauí – Eleições presidenciais**

2002 ^(***)		2006 ^(**)		2010 ^(*)	
Lula	60,73	Lula	67,28	Dilma	67,02
Serra	39,27	Alckmim	28,05	Serra	20,97
				Marina	11,44

Fonte: TSE. (*) 1º turno. (***) 2º turno.

Em 2002, como ocorreu em todo o Brasil, a eleição extrapolou o quadro partidário, e o apelo foi direto ao eleitorado. No Piauí, mesmo na zona rural dos municípios do interior, ouviam-se declarações de eleitores às suas lideranças locais: “os outros votos são seus, mas o de presidente é meu”.

Em 2006, exceto o PSDB, o DEM e o PP, todos os outros partidos apoiaram Lula; mesmo setores do PFL subiram nos palanques de Lula-Wellington. Em 2010, manteve-se o mesmo bloco, incluindo então a participação do PP. Evidentemente, vários dos chamados pequenos partidos se integraram à base de apoio, em especial o PRB e o PMN.

Nas eleições para governador, o quadro foi semelhante em 2002. Ao final da campanha, os candidatos do PMDB e do PTB, embora sem retirarem formalmente suas candidaturas, manifestaram publicamente apoio à candidatura de Wellington Dias do PT, participando inclusive do comício final. Wellington foi eleito no primeiro turno. Em 2006, com exceção do PMDB, que teve candidato próprio, com Mão Santa liderando uma dissidência, reproduziu-se em nível estadual o mesmo bloco de apoio a Lula. Mesmo uma parte do PMDB assumiu abertamente a campanha de Wellington, inclusive o senador Alberto Silva.

Já em 2010, embora mantida a unidade em torno de Dilma, a chamada base aliada se dividiu: PT, PMDB e PCdoB apoiaram Wilson Martins (PSB) para governador, e PTB, PP e PDT apoiaram João Vicente (PTB).

O quadro de senadores eleitos ilustra bem a dinâmica das alianças, das acomodações e dos partidos com presença política mais efetiva. A regra tem sido, quando duas vagas estão em disputa, coligações diferentes elegendo um dos senadores.

Em 2014, para as eleições presidenciais, se delineia no Piauí um quadro semelhante ao de 2010. Dilma tem amplo apoio do eleitorado, e o bloco de partidos que formam sua base no Congresso deverão apoiá-la, mesmo com divisões na disputa estadual.

Para a disputa estadual, o quadro para 2014 ainda está indefinido. O ex-governador Wellington Dias é um “candidato natural” a governador e, até

Tabela 82**Piauí – Eleições para governador**

2002		2006		2010(1º turno)	
Wellington Dias (PT)	50,06	Wellington Dias (PT)	61,68	Wilson Martins (PSB)	46,37
Hugo Napoleão (PFL)	44,97	Mão Santa (PMDB)	25,26	Sílvio Mendes (PSDB)	30,08
		Firmino Filho (PSDB)	12,21	João Vicente (PTB)	21,5

Fonte: TSE

Tabela 83**Piauí – Eleições para senador**

2002		2006		2010	
Mão Santa	PMDB	João Vicente	PTB	Wellington Dias	PT
Heráclito Fortes	PFL	---	---	Ciro Nogueira	PP

fonte: TSE

o momento, é amplamente favorito; e os senadores João Vicente (PTB), candidato à reeleição, e Ciro Nogueira (PP) estão articulando aliança com o PT.

O governador Wilson Martins (PSB) está liderando articulação de uma aliança que envolve o PMDB, que apresentaria o deputado federal Marcelo Castro como candidato a governador, com a participação do PSDB.

SETORES SOCIAIS E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Embora ainda se fale nos “grotões” ao se analisar o comportamento eleitoral, sobretudo no interior e na zona rural do Nordeste, na verdade o coronelismo típico acabou; subsiste o mandonismo local, mas sua força vem do controle dos recursos públicos que hoje estão mais disponibilizados aos municípios. O que predomina mesmo, na relação das lideranças políticas convencionais com as classes populares, é o clientelismo, que vai desde a prestação de favores (muitos em áreas que deveriam ser atendidas pelo serviço público – a saúde é o maior exemplo) até o uso direto do dinheiro. Esta é a “mãe de todas as corrupções”, e daí a importância do financiamento público e da contabilidade com controle partidário nas campanhas eleitorais.

Os prefeitos e as principais lideranças municipais ainda são o elo estratégico na rede do clientelismo. Cada vez mais, os vereadores e lideranças de comunidades e grupos reivindicam mais reconhecimento e espaço nessa rede. E assim mantém-se a capilaridade até chegar ao eleitor.

Com a urbanização e a elevação do nível de escolaridade tende a crescer o voto de opinião, muitas vezes transformado em voto de massa (ou útil), com a possibilidade de “contaminação” motivada pelo ambiente clientelista.

Mas é preciso observar que há uma diversidade de comportamentos políticos das mesmas pessoas ou dos mesmos setores sociais conforme o cargo em disputa. A eleição para presidente da República, por exemplo, é uma “eleição moderna”. As pessoas se sentem mais livres para escolher, com base na avaliação das ações e propostas, na imagem dos candidatos e no clima criado pelos meios de comunicação de massa. A influência dos grupos políticos tradicionais é menor.

Na eleição para governador, as tendências ainda se equilibram. Está se difundindo a mesma atitude de escolha a partir de certos critérios mais coletivos, mas a articulação das forças políticas convencionais talvez ainda seja decisiva em estados como o Piauí. Evidentemente, o clima de descontentamento é latente, e candidatos populistas como Mão Santa nasceram aí.

É nas eleições para o legislativo que predomina o peso da articulação das forças políticas convencionais e do clientelismo, o que exige um alto custo financeiro. Mas também com gradações conforme seja a disputa: para senador, deputado federal e deputado estadual.

Nas eleições municipais, esse quadro também é dominante, embora o descontentamento se manifeste, em várias oportunidades, elegendo “o candidato da oposição”, mesmo que tenha perfil semelhante ao do candidato da situação e, em alguns casos, apostando em um candidato que pode representar (e às vezes representa de fato) o novo.

Os movimentos sociais no Piauí, como no Brasil, têm tido menor envolvimento e menos influência no processo eleitoral como tal, embora sejam atuantes em relação às políticas públicas. Alguns setores, sobretudo sindicais urbanos e de servidores públicos, se identificam com os partidos mais à esquerda (PsoL, PSTU); mas a relação com o PT permanece em alguns setores. Sobretudo no sindicalismo rural, há um forte apoio por conta das políticas desenvolvidas pelo governo federal. Já os movimentos de bairro oscilam entre a organização popular autônoma e o clientelismo. Por isso têm apoiado os mais diferentes partidos ou candidatos, inclusive com mudanças de uma eleição para outra.

Os movimentos sociais que se articulam com candidaturas ao Legislativo, mas indenticadas com suas reivindicações.

Nessas circunstâncias, a preocupação com um projeto de desenvolvimento para o Piauí ocupa um lugar secundário ou suplementar. Mas a clara definição de políticas públicas e a diversidade de programas propostos pelo governo federal – muitos em convênios com o estado e os municípios – terminam criando uma agenda de debates. É necessário que haja um debate mais qualificado, bem como a articulação entre forças políticas e setores empresariais e sociais, em torno de um projeto de desenvolvimento.

PAC E INVESTIMENTOS

A integração ativa da economia piauiense no processo de desenvolvimento do Brasil, nessa nova fase em que se enfatiza o investimento mais que o consumo, exige uma ativa e competente articulação entre o estadual e o nacional, entre o público e o privado. E é preciso ficar claro que as forças de mercado, por si próprias, dificilmente provocarão a ruptura necessária. Daí a importância dos investimentos públicos, hoje coordenados no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PAC NO PIAUÍ

Os investimentos programados – e em parte já realizados – do PAC no Piauí somam R\$ 22,81 bilhões (R\$ 13,41 bilhões até 2014 e R\$ 9,39 bilhões pós-2014). Desses recursos, 29,5% são aplicados em obras de amplitude apenas estadual, e 70,5% são investimentos de amplitude regional, envolvendo os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Aqui analisaremos as ações planejadas (algumas já executadas ou em execução) para o período 2011-2014 (Tabela 83).

Os maiores investimentos exclusivos no estado são na área de habitação, saneamento e transporte. São investimentos de grande alcance social e alguns com impacto econômico mais direto.

Na área habitacional, o grande investimento (com ações já concluídas) foi a construção de casas (1,218 bilhão) ou seu financiamento (R\$ 490 milhões). Estão sendo realizadas as obras de urbanização de assentamentos precários

(R\$ 132 milhões), incluindo a elaboração do plano local de habitação, beneficiando praticamente todos os municípios do estado.

Tabela 84

Investimentos do PAC no Piauí
Em R\$ milhões

	Exclusivo (estadual)		Regional	
	2011-2014	Pós-2014	2011-2014	Pós-2014
Transporte	1.544,74	-	3.817,30	1.633,20
Energia	343,99	-	3.833,28	6.775,14
Cidade Melhor	321,23	786,98	-	-
Comunidade Cidadã	152,89	9,14	-	-
Minha Casa, Minha Vida	1.841,01	86,9	-	-
Água e Luz para Todos	1.554,34	101,05	6,06	-
Total	5.758,19	984,08	7.656,65	8.408,34

Fonte: Cartilha do PAC – Piauí

O Programa Luz para Todos investirá R\$ 315 milhões para a execução de mais 40 mil ligações, universalizando a cobertura de todos os domicílios.

O Programa Água para Todos está investindo R\$ 105 milhões.

O investimento mais significativo é na área de recursos hídricos (R\$ 1,113 bilhão). Dez ações estão em execução⁴. São elas:

- barragem Atalaia: R\$ 56,15 milhões;
- barragem Tinguis: R\$ 71,07 milhões;
- barragem Pedregulho: R\$ 4 milhões;
- adutora do Sudeste: R\$ 27,11 milhões;
- sistema adutor de Piau: R\$ 5,47 milhões;
- perímetro de irrigação Marrecas-Jenipapo: R\$ 51 milhões;
- perímetro de irrigação platôs de Guadalupe: R\$ 104,04 milhões;
- perímetro de irrigação tabuleiros litorâneos: R\$ 120,27 milhões;
- esgotamento em cidades à margem do rio Parnaíba: R\$ 37,6 milhões;
- sistemas de esgotamento sanitário: R\$ 165,28 milhões.

Todas essas ações certamente contribuirão para a melhoria do acesso à água no semiárido. O desafio continua sendo a utilização do potencial da infraestrutura de irrigação instalada.

Segue o investimento em transporte, de R\$ 1,544 bilhão (27%), com as seguintes obras:

- BR-235/PI: construção do trecho Gilbués – divisa PI/MA, envolvendo a maior parte do recursos (R\$ 1,360 bilhão);
- BR-020/PI: pavimentação da divisa PI/BA – São Raimundo Nonato;

4. E 11 estão em fase preparatória.

- BR-135/PI: pavimentação do subtrecho Bertolínea – Eliseu Martins;
- terminal de passageiros do aeroporto de Teresina (R\$ 3,13 milhões);
- equipamentos para estradas vicinais (R\$ 177,14 milhões)
- conclusão da construção do porto de Luis Correia (R\$ 4 milhões);
- será feito estudo sobre a dragagem.

A construção e pavimentação das BR e, em parte, a melhoria das estradas vicinais têm impacto econômico importante. A alocação de R\$ 4 milhões para a “conclusão” do Porto de Luis Correia, que teria impacto estrutural, é pouco provável.

Na área de energia, na qual estão sendo aplicados 6% dos recursos (R\$ 343 milhões), as obras têm impacto importante para o desenvolvimento:

- geração de energia elétrica: usinas eólicas no litoral;
- transmissão de energia elétrica: linha de transmissão no estado e interligando com outros estados;
- as cinco usinas hidrelétricas no rio Parnaíba, após as ações preparatórias, foram a leilão, mas não foram arrematadas.

Considerando a interligação dos sistemas de transmissão de energia elétrica, o grande problema do Piauí, em curto e médio prazo, não é a geração de energia, mas a transmissão e distribuição. A carência de linhas de transmissão é bem maior do que as programadas no PAC.

Cabe destacar a ação regional de estudos e gestão de informação na área de petróleo e gás, que estão sendo feitos na bacia do Parnaíba e no mar, para os quais estão alocados cerca de R\$ 600 milhões. O andamento dessa operação contribuirá significativamente para a integração produtiva do Piauí na economia nacional.

O eixo Cidade Melhor está aplicando R\$ 321,23 milhões em mobilidade urbana e proteção nas áreas de risco.

E o Comunidade Cidadã é o grande eixo social, voltado para a educação e saúde:

Tabela 85

Tipo de obra	Valor (em R\$ milhões)
UBS - Unidade Básica de Saúde	44,68
UPA - Unidade de Pronto Atendimento	10,35
Creches e pré-escolas	58,09
Quadras esportivas nas escolas	35,85
Praças dos esportes e da cultura	3,92
Total	152,89

Fonte: Relatórios do PAC, agosto de 2013 (site)

Sem dúvida, o investimento mais estratégico, e que deve trazer mudanças mais densas na estrutura econômica do Piauí, é a Transnordestina (ação regional). Além do escoamento da produção de soja e de uma prevista produção de minério de ferro (na área de Paulistana), pode incentivar a implantação de uma ZPE em Eliseu Martins, pela qual existem grupos econômicos interessados.

PAC E INVESTIMENTOS PRODUTIVOS NO NORDESTE

O PAC proporcionou também a descentralização e interiorização de investimentos produtivos que estão dinamizando a economia do Nordeste; no Piauí, esses investimentos foram mais limitados.

Considerado o investimento *per capita* do PAC, o Piauí ocupa a 5ª posição entre os nove estados do Nordeste, com a previsão de mais investimento *per capita* do que o Ceará e a Bahia, por exemplo. Em Sergipe, Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte, os investimentos produtivos estão mais voltados para a exploração do petróleo. No caso do Rio Grande do Norte, a quantidade de usinas de energia eólica programadas representa um volume grande de investimento.

O que chama a atenção são alguns investimentos para os quais, claramente, além de estudos de viabilidade, projetos técnicos, foi decisiva a decisão política. É o caso de alguns investimentos em Pernambuco, no Ceará e no Maranhão.

Tabela 86

Investimentos do PAC Em R\$ bilhões

	2011-2014	Pós 2014	Total	Per capita (em R\$)
Sergipe	9,62	34,03	43,65	21.107,00
Rio Grande do Norte	25,23	19,04	44,28	13.976,00
Pernambuco	73,48	17,12	90,6	10.300,00
Maranhão	17,71	45,95	63,55	9.673,00
Piauí	13,41	9,39	22,81	7.313,00
Ceará	29,69	31,31	61	7.220,00
Bahia	50,19	44,25	95,45	6.807,00
Alagoas	9,84	9,25	19,6	6.280,00
Paraíba	12,5	3,22	15,72	4.173,00

Fonte: Cartilha do PAC - Piauí

Para romper com uma integração reflexa na economia nacional, que já se estende por seis décadas, o Piauí precisaria encontrar o caminho do investimento diretamente produtivo; e os recursos públicos são decisivos nesse processo.

INVESTIMENTOS PRIVADOS PROGRAMADOS

A integração ativa na economia nacional tem como motor principal os investimentos produtivos. Nesse sentido, é importante analisar as perspectivas de investimentos privados, que poderão se somar aos investimentos do PAC, em infraestrutura ou diretamente produtivos.

Tabela 87

Investimentos produtivos
Em R\$ bilhões

	Refinaria	Estaleiro	Petroquímica
Pernambuco	29,6	3,7	5,7
Maranhão	37,9		
Ceará	21,4b		
Bahia		Sim	
Alagoas		Sim	

Fonte: Relatórios do PAC, agosto de 2013 (site)

EMPREENHIMENTOS EXISTENTES E SUA EXPANSÃO

A produção de grãos no cerrado deve continuar como o setor mais dinâmico da economia piauiense. É um processo que ganhou dinamismo próprio, inclusive com suas linhas próprias de financiamento. As projeções estimam que a produção dobrará em cinco anos. E a demanda por alimentos no mundo continuará garantindo o mercado consumidor. O Piauí dispõe de 4 milhões de ha agricultáveis no cerrado. Além da soja, deve ser expandida a produção de milho e algodão herbáceo.

O desafio que os próprios produtores se colocam é a agregação de valor, com o processamento da produção agropecuária. A Bunge mantém sua usina apenas como produtora de óleo bruto, mas não abandonou o projeto inicial da produção direta para o consumo. O Grupo Tomazini já anunciou a implantação, no município de Uruçuí, de um complexo agroindustrial para corte de frango e esmagamento de soja. Toda essa expansão, para uma melhor rentabilidade, precisa reduzir os custos logísticos de armazenagem, escoamento e transbordo.

A plantação de cana-de-açúcar para abastecer a usina de produção de etanol do próprio Grupo Olho d'Água deve continuar se expandindo.

Novos investimentos na produção de cana e outros alimentos, em especial a fruticultura, deverão se expandir, tendo como referência o Perímetro Irrigado dos Platôs de Guadalupe do DNOCS. O órgão já investiu cerca de R\$ 200 milhões no perímetro e pretende ampliar a infraestrutura com canais

de irrigação, bombeamento e outros equipamentos com mais R\$ 190 milhões que devem ser investidos pela iniciativa privada, cujos investidores terão um período para exploração da área de até 35 anos. O projeto já produz banana, goiaba e melancia para exportação e deve passar a produzir coco e acerola.

Uma das empresas interessadas no projeto é a Terracal Alimentos e Bioenergia. A previsão de investimentos é de R\$1,5 bilhão, para produzir alimentos, etanol e energia. Os recursos serão aplicados na agricultura irrigada de cana-de-açúcar, tomate e cacau, matérias-primas que serão processadas localmente. E, além de Guadalupe (que abrigará as plantas industriais da Terracal), serão beneficiados os municípios de Jerumenha, Floriano e Marcos Parente. De acordo com a empresa, a expectativa é de criar 3.596 empregos diretos no processo de instalação e 3.488 empregos diretos na fase operacional da empresa.

O projeto compreende o plantio de 27 mil ha com cana-de-açúcar e uma usina com capacidade de moagem de até 3.420.000 toneladas/ano de cana para produção de etanol e açúcar, além de suprir a capacidade instalada de cogeração de até 137 MW de energia elétrica; plantio de aproximadamente 4.700 ha com tomate e uma planta industrial com capacidade de processamento de até 5.000 toneladas/dia de tomate in natura para produção de pasta (polpa concentrada) de tomate; plantio de 3.000 ha com cacau e linhas industriais para o beneficiamento de até 10.500 toneladas/ano de amêndoas de cacau.

Até o final de 2013, a Terracal pretende encerrar a fase de desenvolvimento do projeto e começar a operar entre o final de 2016 e o início de 2017.

Um setor que deve manter seu dinamismo é o da construção civil, inclusive incorporando tecnologias mais modernas. Os programas habitacionais, aos quais se somam a construção de rodovias, as obras de saneamento, a infra-estrutura hídrica e a expansão de equipamentos sociais, devem manter a demanda em expansão.

A rede de grandes lojas nacionais de varejo – alimentos, objetos de uso pessoal e eletrodomésticos – se expandiu no Piauí, na última década. Da capital Teresina começa a se expandir para as maiores cidades do interior. Uma rede estadual – Comercial Carvalho – tem liderado o processo e hoje se situa entre as 1000 maiores empresas do Brasil. O modelo de desenvolvimento baseado na distribuição de renda e no consumo está na base dessa expansão e, nos estados pobres, ainda continuará apresentando certo dinamismo. Expansão semelhante acontece com a oferta de serviços.

O turismo é sempre apontado como um setor com grandes potencialidades, mas sua expansão no Piauí reflete mais a melhoria de renda da população, do que a implementação de um programa mais articulado, envolvendo a iniciativa privada e o setor público.

Na área da indústria da transformação tem se expandido a produção de bicicletas, exportando para vários países, em especial a China, que manifestou interesse em investir no setor.

Evidentemente, mantido o ritmo de crescimento do PIB acima da média nacional, outros empreendimentos de pequeno e médio porte na área da indústria de transformação continuarão se expandindo.

NOVAS FRENTES DE EXPANSÃO: MINÉRIOS, ENERGIA E PETRÓLEO E GÁS

Há uma grande expectativa com relação à mineração como um setor que impulsionará a economia piauiense nos próximos anos. O governo do estado, inclusive, criou em 2012, uma Secretaria de Mineração e está realizando o cadastramento de empresas com licenciamento para extração de recursos minerais no estado. Até agora foram cadastrados 345 empreendimentos em 103 municípios. O cadastramento deve ser concluído até o final de 2014. Com base nesse levantamento, por um lado serão avaliados os tipos de obras e investimentos necessários para ajudar a estimular a exploração, bem como o dimensionamento do potencial de arrecadação tributária e a situação do emprego e do atendimento às exigências de proteção ambiental.

Na área de minerais não metálicos, a expansão da produção de cimento acompanhará o ritmo da expansão da única empresa produtora – a Itapissuma, do grupo pernambucano João Santos, que produz o cimento Nassau, com a oferta de 600 empregos diretos, operando uma fábrica em Fronteiras (PI) desde 1996.

O Boletim Conjuntural da SUDENE (2011) apresenta o quadro da evolução da produção de cimento no Nordeste, situando-se o Piauí como 7º estado produtor, à frente do Maranhão e do Rio Grande do Norte.

O crescimento da produção no Piauí, embora acima do crescimento do PIB nacional, manteve-se no mesmo nível do crescimento do PIB estadual, mas abaixo do crescimento da produção no Nordeste e no Brasil. Alagoas teve um crescimento exponencial de 64,8% e ultrapassou em volume a produção do Piauí. Nessa perspectiva, o setor de cimento, embora mantenha o municí-

Tabela 88

Produção de cimento Portland
Em 1000t

	2009	2010	Crescimento 2010/2011
Piauí	508	627	6,6
Nordeste	8.910	11.281	12,8
Brasil	51.747	59.117	14,7

Fonte: Sudene

pio de Fronteiras como a segunda melhor renda *per capita* do Piauí (em 2008 era a maior, perdendo a posição para Uruçuí, polo da soja no cerrado), não deve se constituir como um setor de dinamismo da economia estadual.

A produção de calcário, que também, já implanta há bastante tempo deve apresentar maior dinamismo. Com 0,3% das reservas do Brasil, a produção é feita por empresas de médio porte do Piauí e da região Nordeste; nenhuma das grandes produtoras opera no estado.

A produção concentrava-se em Antonio Almeida, com 250 mil toneladas/ano. Deve se expandir para o município de Santa Filomena, com produção estimada em 430 mil toneladas/ano.

Novos empreendimentos poderão se concretizar em curto prazo, na exploração de níquel.

No Brasil as reservas de níquel aprovadas pelo Departamento Nacional de Pesos e Medidas (DNPM) encontram-se nos estados de Goiás (74,0%), Pará (16,7%), Minas Gerais (5,1%) e Piauí (4,2%). Novas pesquisas indicam novos depósitos em Mato Grosso; o Brasil ocupa a 8ª posição no *ranking* mundial.

Tabela 89

Reservas brasileiras de níquel (medidas)

Em 1000t

UF	Minério (t)	Níquel contido	Teor (%)
GO	228.415.454	3.380.549	1,48
PA	45.560.000	797.148	1,83
PI	20.007.510	314.118	1,57
MG	9.034.016	140.027	1,55
Total	301.016.980	4.631.842	1,61

Fonte: DNPM – Sumário Mineral - 1999

No Piauí, no município de Capitão Gervásio Oliveira (centro-leste do Piauí), a Vale avançou na prospecção para exploração de níquel. Os estudos chegaram a conclusões positivas com uma estimativa de 25 milhões de toneladas de níquel. A mina já conta com planta piloto e um projeto com investimento estimado em R\$ 2 bilhões. Foi comprada pela empresa de mineração *Brazilian Nickel*, com sede, em Londres, em 2013.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração, a *Brazilian Nickel* iniciou um *roadshow* para captar até US\$ 30 milhões para desenvolver o estudo final de viabilidade do projeto de níquel que a mineradora tem no Piauí. O objetivo é fazer uma oferta privada de ações, para captar cerca de US\$ 20 milhões, e uma oferta de títulos de dívida para obter cerca de US\$ 10 milhões.

Quando pronta, a planta de Capitão Gervásio vai ser capaz de produzir 22 mil toneladas de níquel contido, a partir de 100 mil toneladas de *Mixed Hydroxide Precipitate* (MHP), e 800 toneladas de cobalto. A projeção é usar a ferrovia Transnordestina, que deve chegar à região em 2018, segundo o cronograma atual, e os portos que serão utilizados são: o porto de Pecém, próximo a Fortaleza (CE), e o porto de Suape, perto de Recife (PE).

Ainda no campo da mineração, destaca-se o projeto Planalto Piauí, da mineradora Bemisa, no município de Paulistana, onde há grande concentração de ferro. O projeto tem mais de 1,0 bilhão de toneladas de minério de ferro certificadas e conforme estudos realizados, a extração pode gerar 15 milhões de toneladas por ano. O Grupo Bemisa já fez sua implantação e anunciou um investimento de R\$ 3,4 bilhões, com início da operação em 2016, contando inclusive com a Transnordesina (situada a 6 km da cidade) para escoamento da produção. A barragem de Porto Marruás pode oferecer a água necessária e já está sendo construída uma subestação com capacidade de 500 KW pela Eletrobras Distribuidora.

Teve início a produção de energia eólica no litoral piauiense e mais investimentos estão programados. No último leilão (23.08.2013) foram contratados 66 novos projetos, 14 dos quais no Piauí. O setor de energia eólica vai possibilitar um investimento direto de pelo menos R\$ 10 bilhões nos próximos quatro a cinco anos. A soma dos valores previstos em cinco projetos é de R\$ 8,55 bilhões, até 2017. Além das possibilidades oferecidas pelo litoral, as condições no Sudeste do estado, que integra a Chapada do Araripe, são consideradas muito boas. A Vensobras anunciou investimentos na ordem de R\$ 1,2 bilhão para produzir 200 MW; a Omega Energia, R\$ 250 milhões para produzir 130 MW e a Atlantic Energia deverá investir R\$ 1,5 bilhão com a meta de produção de 400 MW.

Outra área que parece madura para atrair investimentos, a curto e médio prazo é a exploração de gás na bacia do Parnaíba, na divisa com o Maranhão e Tocantins. Dos vinte lotes de exploração de óleo e gás entraram no leilão da 11ª Rodada, treze estão no Piauí. As empresas vencedoras – Imetano, OGX, Ouro Branco, Sabre, Petrobras/Petrogal e Petra – começam a atuar dentro dos cronogramas definidos nos contratos.

Os investimentos destacados são aqueles que já estão anunciados ou em andamento e têm como suporte a exploração de recursos naturais. Já se dispõe de informações que apontam para a viabilidade da exploração de outros recursos naturais, o que poderá atrair novos investimentos, como o fosfato para fertilizantes, pedras ornamentais e produtos fitoterápicos. Da mesma forma a produção de energia renovável a partir de biomassa é apontada como uma atividade economicamente viável, mas não tem ido além de experimentos e tentativas.

A Suzano programou a instalação de uma fábrica de papel e celulose no médio Parnaíba, próximo a Teresina; deu início inclusive à plantação de eucalipto. Suspendeu o projeto e está se concentrando na planta industrial de Imperatriz no Maranhão.

O Programa Mais Irrigação do Ministério da Integração Nacional volta a reacender as expectativas em relação à agricultura irrigada. Os recursos previstos totalizam R\$ 10 bilhões para todo o país, prioritariamente para o Nordeste. São R\$ 3 bilhões do setor público e R\$ 7 bilhões da iniciativa privada. Grandes empresas começam a se interessar em investir no Piauí. O desafio é, considerando os grandes investimentos nas barragens, como integrar a agricultura familiar.

CONCLUSÃO

O DEBATE SOBRE AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ

O debate sobre o desenvolvimento do Piauí, com forte presença na imprensa, alimentado por lideranças políticas e menor participação de lideranças empresariais e do mundo acadêmico, se organizou em torno das chamadas “questões estruturantes”.

AS PAUTAS DO DEBATE

Existe uma pauta tradicional, reiterada em pelo menos 30 anos de debate. É uma pauta com forte apelo sentimental, que tem como referência o período “áureo” do modelo agroexportador baseado no extrativismo vegetal do babaçu e da carnaúba. Seu eixo estruturador é a integração interna do Piauí no sentido sul-norte, seguindo o curso do Rio Parnaíba.

Seus temas principais são:

- a) navegação do rio Parnaíba (hidrovia), o que inclui a construção das eclusas da hidrelétrica de Boa Esperança;
- b) Porto de Luis Correia;
- c) reativação da Ferrovia Teresina/Luis Correia;
- d) Estrada de Ferro Central do Piauí (vista de início como a ligação da ferrovia Petrolina-Paulistana com Teresina-Luis Correia, depois como uma grande ferrovia de Corrente a Luis Correia, e mais recentemente como ligação da Transnordestina com a ferrovia Teresina-Luis Correia).

A esses temas foram se acrescentando outros, por influência de experiências de projetos de desenvolvimento em outras regiões do país:

- e) ZPE Parnaíba;
- f) Porto Seco em Teresina ;
- g) aeroporto(s) internacional(is) de Teresina, Parnaíba e São Raimundo Nonato, como condição para o desenvolvimento do turismo.

Para todos esses projetos (exceto a Estrada de Ferro Central) têm sido alocados recursos, ao longo dos anos, muito mais como fruto de barganha política do que como investimento programado para chegar ao término da obra. Esses projetos não têm entrado na pauta de prioridades de infraestrutura do governo federal. Mesmo no PAC, há recursos apenas para estudos sobre a navegação do Rio Parnaíba (R\$ 6 milhões) e para conclusão (sic) do Porto de Luis Correia (R\$ 4 milhões). O recente programa de aeroportos regionais inclui aeroportos piauienses, mas os encaminhamentos feitos pela Secretaria da Aviação Civil não tem priorizado nenhum deles.

Por influência de alguns grandes projetos que começaram a ser executados no Piauí foi se construindo uma pauta ampliada, incorporando novos temas, sem abandonar os antigos:

- h) agricultura irrigada (em especial fruticultura), tendo como referências concretas os Perímetros Irrigados dos Tabuleiros Litorâneos e dos Platôs de Guadalupe, administrados pelo DNOCS e as áreas do entorno das barragens;
- i) agronegócio nos cerrados (ação da iniciativa privada);
- j) energia eólica;
- k) Transnordestina, em relação à qual há reações por ser um “corredor de escoamento” da produção piauiense para outros estados, que se contrapõem ao entusiasmo dos que querem ver a Transnordestina ligada à Norte-Sul;
- l) ZPE de Eliseu Martins (no trecho inicial a Transnordestina no Piauí);

Com o impacto da seca dos últimos anos, as ações que vinham sendo desenvolvidas na área de recursos hídricos – barragens e adutoras – ganhou visibilidade e, o tema foi incorporado ao debate, com destaque para:

- m) Barragem de Castelo, com capacidade de mais de 1 bilhão de metros cúbicos; as cinco barragens no Rio Parnaíba para geração de energia não vistas com entusiasmo;
- n) Adutora do sudoeste piauiense, que se somaria às diversas adutoras como fonte de suprimento à água subterrânea abundante no Piauí;
- o) integração de bacias (do São Francisco com afluentes do Parnaíba), tema que ainda é visto com ceticismo.

O governo do estado, com assessoria especializada, vem desenvolvendo estudos e reuniões de mobilização, em torno de um Plano de Desenvolvimen-

to - Piauí 2050, que seria a referência para a nova pauta da estratégia de desenvolvimento. Os estudos preliminares identificaram 14 setores com potencialidades para investimentos, considerando a existência de recursos naturais e/ou a viabilidade econômica:

1. agricultura irrigada
2. agronegócio (soja e outros)
3. alimentos, bebidas e óleos vegetais
4. construção civil e atividade imobiliária
5. energias renováveis (solar, eólica e biomassa)
6. extrativa mineral
7. fármacos e fitoterápicos
8. fertilizantes
9. infraestrutura de transporte e logística (viária, portuária, aeroportuária, portos secos e terminais multimodais)
10. metal-mecânico
11. papel e celulose
12. petróleo e gás (petroquímica e elos da cadeia de petróleo e gás)
13. serviços especializados (educação, saúde e serviços superiores)
14. turismo

Ainda não está muito clara qual a natureza do documento a ser produzido. Às vezes, aparenta ser mais um portfólio de oportunidades de investimento do que um plano que articule investimentos estaduais, federais e da iniciativa privada – referência para mobilização da sociedade e do empresariado e direcionamento das ações governamentais. E não está claro também como o plano incorporará (ou não) a pauta tradicional e a ampliada.

Um livro lançado em 2013 pelo ex-ministro piauiense Reis Veloso é bastante ilustrativo o debate sobre desenvolvimento do Piauí, a partir do título: “O Vale da Decisão”: “o Piauí é rico” – em Grandes Oportunidades (as aspas são do próprio título). A visão sentimental é explícita. O prólogo trata sobre o Piauí nas lutas da Independência e o capítulo final é sobre a Serra da Capivara, como o berço do Homem nas Américas.

O capítulo I traz o título-chave: “O Vale da Decisão” – o Vale do Rio Parnaíba como nova rota de desenvolvimento, no Brasil. Os demais capítulos apresentam as oportunidades de investimentos nas regiões do estado: Cerrados, Meio Norte, Delta do Parnaíba e Semiárido. Para cada região são listadas as grandes ações em curso e as oportunidades de investimento, incorporando os temas da pauta tradicional, da ampliada e de uma possível nova pauta. Para essa nova pauta propõe-se uma diretriz: O Piauí de Amanhã: dos recursos

naturais à economia do conhecimento e a inclusão econômica e social. Com certeza, essa diretriz é a perspectiva em que se deve trabalhar qualquer projeto de desenvolvimento para o Piauí.

QUALIFICAÇÃO DO DEBATE, ESTRATÉGIA E ARTICULAÇÃO DOS ATORES ESTRATÉGICOS

O debate sobre uma nova fase de desenvolvimento para o Brasil tem se intensificado nos últimos anos. De um lado, identifica-se uma inflexão a partir do segundo governo Lula rumo a um projeto neodesenvolvimentista mais estruturado e mais explícito. De outro, é enfatizada a necessidade de se atingir um novo patamar na expansão do consumo.

O debate envolve posições mais divergentes que insistem na necessidade e suficiência de uma política macroeconômica que tenha como fundamentos o tripé: meta da inflação, câmbio flutuante e *superávit* fiscal.

E, num ambiente de radicalização ideológica e política, o debate, sobretudo em alguns órgãos de imprensa, mesmo alguns especializados, tem assumido um caráter sectário e enviesado.

Pode-se ver como positiva a maior contribuição da academia ao debate, pela retomada de produção de estudos e publicações. O IPEA desempenhou um papel importante nesse processo. Além de seus periódicos e da publicação anual da série Brasil em Desenvolvimento, executou um projeto de grande envergadura - Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro - envolvendo um número considerável de pesquisadores.

O debate sobre a situação dos estados e suas perspectivas de desenvolvimento precisa ser melhor qualificado pela articulação com debate nacional mais amplo.

Por outro lado, é preciso enfrentar uma questão estratégica do ponto de vista teórico, político e administrativo: a articulação entre desenvolvimento nacional, desenvolvimento regional e federalismo.

No capitalismo moderno, a estratégia de acumulação e de organização corporativa segue a lógica setorial; política de desenvolvimento regional precisa ser vista como distribuição e integração territorial-regional das políticas setoriais. Do contrário, desenvolvimento regional continuará sendo “o outro desenvolvimento”.

Por sua vez, nos países que ainda não atingiram um patamar de maturação econômica e de igualdade social e regional, o estado democrático só terá efetividade em desempenhar seu papel de indutor, implementador e coordenador do desenvolvimento, se houver articulação entre disputa eleitoral e políticas públicas.

Ora, num país de organização federativa como o Brasil, além da dinâmica partidária e das relações político-administrativas intergovernamentais, é

preciso considerar as relações político-institucionais entre os entes federados. Nesse sentido, bancadas estaduais no cenário nacional e sobretudo os governadores estaduais são atores estratégicos para qualquer esforço de superação das desigualdades regionais.

No Brasil atual, parece não haver mais espaço para instâncias regionais de decisão, direção e execução. Com todo o respeito e carinho que temos pelo que a SUDENE representou e realizou, seu tempo passou. Ou avançamos institucionalmente no federalismo cooperativo ou desperdiçaremos muitos recursos e oportunidades. E isso é fundamental para as regiões e os estados mais pobres na federação brasileira.

Por fim, na construção e implementação de um projeto de desenvolvimento no Brasil e no Piauí, algumas opções precisam ser feitas com clareza e firmeza:

- 1) a manutenção e ampliação dos avanços na inclusão social;
- 2) a inserção produtiva dos beneficiários dos programas de transferência de renda;
- 3) a melhoria da qualidade dos serviços públicos e sociais, com prioridade efetiva (e não retórica) da educação;
- 4) o crescimento puxado por investimento;
- 5) um tratamento prioritário e inovador à agricultura familiar;
- 6) a diversificação da matriz energética com a valorização de energia renovável;
- 7) a consolidação dos empreendimentos que já se mostraram viáveis (no caso do Piauí, a produção de alimentos, a extração mineral e, provavelmente, a área de petróleo e gás, buscando sempre agregar valores);
- 8) a articulação seletiva da expansão e melhoria da infraestrutura com investimentos produtivos em curso ou programados;
- 9) a participação nas iniciativas nacionais de Parcerias Público-Privadas ou de concessões;
- 10) a atenção aos desafios na área de C&T.

Todo projeto só torna-se uma realidade histórica se encontra atores sociais e lideranças políticas que o assumam. O envolvimento no debate e a articulação e mobilização de lideranças empresariais, dos trabalhadores e das classes populares, com a participação da academia e da imprensa é o caminho. Cabe às forças e lideranças políticas, os partidos políticos e os governantes se convencerem que o caminho se faz ao caminhar.

O Piauí existe. E precisa se mover mais rápido no caminho do desenvolvimento!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *O desenvolvimento social do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- CEPRO/SEPLAN-PI. *O Piauí em números*. Teresina: Cepro, 2005 a 2013.
- _____; IBGE. *Produto Interno Bruto do Piauí 2011*. Teresina: Cepro, 2013.
- CODEVASF. *Plano de Ação para o desenvolvimento integrado da bacia do Parnaíba*. Vol. 13, 14 e s/n. Brasília: Codevasf, 2006.
- COORDENADORIA de Segurança Alimentar/Sasc-PI–Sisan-PI. Teresina: Sasc, 2010.
- COUTO, Vítor Athayde. *Piauípsilon: um projeto geopolítico excludente*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- DIAS, Cid Castro. *Piauí: obras que desafiam*. Teresina: Fundac e Fiepi, 2012.
- FIEPI. *Cadastro Industrial do Piauí*. Teresina: Fiepi, 2013.
- Gabinete do deputado Júlio César. *Brasil em dados comparativos das unidades federadas*. Brasília: Câmara dos Deputados. Separata n. 32, 2011.
- Governo do Estado do Piauí. *Mensagens à Assembleia Legislativa*. Teresina: Governo do Estado, 2003 a 2013.
- IBGE. Censos e Pesquisas. *Site estados@-Piauí*.
- INEP. *Censos Escolares e Resultados do Ideb – 2002 a 2012*. Disponível em: <www.inep.gov.br>.

IPEA. *Situação social nos Estados – Piauí*. Brasília: Ipea, 2012.

MERCADANTE, Aloízio. *Brasil, a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

Ministério da Cultura. *Cultura em números*. Brasília: MinC, 2009.

Ministério da Saúde. Site DataSUS – RIPSA.

Ministério do Meio Ambiente. *Atlas das áreas suscetíveis de desertificação no Brasil*. Brasília: MMA, 2007.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Relatórios dos estados*. Agosto de 2013. Disponível em: <www.pac.gov.br>.

SADER, Emir (org.). *10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

SEFAZ-PI. *Balanço Geral do estado (síntese ou relatório) – 2002 a 2012* (sítio da Sefaz, na internet).

VELLOSO, João Paulo dos Reis. “O Vale da Decisão”: “o Piauí é rico” em grandes oportunidades. Rio de Janeiro: Livros do Futuro. 2013.

SOBRE O AUTOR

ANTÔNIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS é sociólogo. Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1971), cursou mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 1993). Fez especialização pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades-RJ) e especialização em Filosofia da Educação na UFRJ, Rio de Janeiro.

Foi professor de Filosofia e Sociologia na Universidade Santa Úrsula e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1973-1974). Retornou ao Piauí na qualidade de técnico da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí (Cepro). Foi assessor da Secretaria de Planejamento e assessor do Centro Piauiense de Ação Cultural (Cepac). Professor de Sociologia na Universidade Federal do Piauí, de 1981 a 2007.

Ativo dirigente sindical, foi secretário-geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), membro da direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi vice-presidente da regional Nordeste da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) (1983-1984).

Eleito vereador de Teresina em 1988, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2002 foi eleito deputado estadual e em 2006 deputado federal, passando a maior parte dos mandatos à frente da Secretaria de Educação no governo Wellington Dias.

O livro *Piauí 2000-2013: Avanços na inclusão social e desafios da integração econômica* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

O novo padrão de desenvolvimento com distribuição da renda atingiu todo o país. Este livro traz dados e análises da realidade do estado do Piauí na última década.

Encontraremos aqui um estudo minucioso sobre políticas públicas, a estrutura econômica estadual e seu desempenho, um balanço da infraestrutura, a participação do trabalho e a questão ambiental.

O livro traz, também, cenários e questões sobre os atores estratégicos para uma transformação que considere sua integração ativa na economia do país, com o aprofundamento da democracia e da inclusão social.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



9 788576 432210